

JOSÉ EDUARDO LEÓN SZWAKO

DA FACULDADE À ACADEMIA:

Mecanismos de reprodução e estruturação burocrática do Setor de
Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR (1974-1986)

**Curitiba
2005**

JOSÉ EDUARDO LEÓN SZWAKO

DA FACULDADE À ACADEMIA:

Mecanismos de reprodução e estruturação burocrática do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR (1974-1986)

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná.


Orientador: Prof. Dr. Marcio de Oliveira

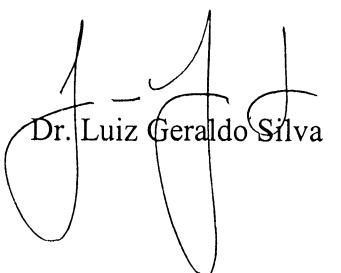
**Curitiba
2005**



ATA 01/05 referente à sessão pública de Defesa da Dissertação de Mestrado em Sociologia do mestrando **JOSÉ EDUARDO LEÓN SZWAKO** aluno regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Aos vinte e nove dias do mês de março do ano dois mil e cinco, às nove horas na sala 914 instalou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação intitulada **“DA FACULDADE À ACADEMIA: Mecanismos de reprodução e estruturação burocrática do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR (1974-1986)”** sob a orientação do professor Doutor MÁRCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA. A Banca Examinadora foi composta pelos professores Doutor NELSON DÁCIO TOMAZI, Doutor LUIZ GERALDO SILVA e pelo orientador que presidiu a banca. O Presidente da Banca Examinadora declarou aberta a sessão e passou a palavra ao mestrando, que desenvolveu uma exposição oral de seu trabalho de dissertação. Após a exposição, teve lugar o procedimento de argüição de cada um dos membros da banca, bem como a defesa, pelo mestrando, das questões argüidas. Concluída a argüição, a Banca Examinadora reuniu-se sigilosamente e exarou parecer Final de que o mestrando está apto a receber o título de Mestre em Sociologia, Área de Concentração Cultura e Poder, Linha de Pesquisa Cultura e Sociabilidades. O Presidente da Banca Examinadora declarou que o candidato foi aprovado e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias a contar desta data, a versão final da dissertação, versão esta devidamente aprovada pelo professor orientador. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo candidato. Curitiba, 29 de março de 2005.


Dr. Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira


Dr. Nelson Dácio Tomazi


Dr. Luiz Geraldo Silva

'Et rien ne serait plus naïf que de se laisser imposer par exemple la vision manichéenne qui range d'un côté le 'progrès' et les 'progressistes', de l'autre les 'résistances' et les 'conservateurs'.'

P. Bourdieu, *Homo Academicus*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar expressa a minha dívida com todos e todas que estiveram junto de mim antes e ao longo do processo de pesquisa. Primeiramente, quero agradecer ao professor Pedro Bodê que marcou a minha entrada no campo de reflexão sociológica. Durante as disciplinas cursadas no Programa de Mestrado em Sociologia da UFPR, tive contato com os professores doutores Osvaldo Heller, Silvia Araújo, Ana Luisa Sallas, José Miguel Rasia e Alfio Brandenburg, aos quais agradeço pelo conhecimento e pela experiência compartilhada. Neste período, em que pude sistematizar o encaminhamento desta pesquisa, estive ao lado de Mônica Kaeser, Danielle Marchi e Ana Paula Peters, colegas às quais devo o apoio e as trocas de textos e de autores.

Agradeço também ao meu orientador, professor Marcio Sérgio de Oliveira, pela leitura paciente e minuciosa dos meus textos. Para mim, sua orientação foi imprescindível no sentido de internalizar o *habitus* sociológico. À minha banca de qualificação, realizada pelos professores Maria Tarcisa Bega e Nelson Tomazi, devo os contornos teórico-metodológicos que me ajudaram a finalizar este trabalho. Devo também a eles um apoio subjetivo fundamental para um iniciante na sociologia.

Esta dissertação não seria possível sem a interlocução de dois professores a quem devo meu respeito e admiração: Luiz Geraldo da Silva, pela sua disciplina a respeito da obra de Norbert Elias; bem como Adriano Codato, pelas suas instigantes observações e questões que me ajudaram a sistematizar meu pensamento.

De forma não menos importante, estiveram ao meu lado amigos e amigas que tornaram meu processo de pesquisa menos cansativo. As trocas intelectuais na casa de Maria Rita e André, ou durante as viagens com Viviane (Vivi), e nas infindáveis discussões no Mafalda com Isabel e Vinicius, foram essenciais para o aprimoramento de minha reflexão. Agradeço especialmente à Miriam Adelman pelo seu apoio reconfortante e sempre crítico.

Devo deixar manifesto o acesso integral às fontes documentais possibilitado pela atual Diretoria do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Neste sentido, agradeço à Tânia, secretária do Setor, que muito me ajudou. À Marie e à Cléo, do Departamento de Turismo deste mesmo Setor, devo longos dias de queixas e inseguranças escutadas. Agradeço à Marilene Weinherdt, pelas conversas que muito me inspiraram. Aos meus amigos, Edu, Ále, Wag e André pelo companheirismo. Às minhas amigas, Mônica e Amélia pela paciência.

Todo meu amor aos meus pais que sempre acreditaram na minha capacidade e que possibilitaram minha trajetória. Agradeço ao meu companheiro João, pela sua imensa paciência e por estar ao meu lado, mesmo quando o cansaço da pesquisa nos afastava. Por sua amizade e carinho, agradeço.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vii
RESUMO	viii
INTRODUÇÃO	1
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	4
2.1 UMA ANÁLISE CONFIGURACIONAL.....	5
2.2 COLETA E TRATAMENTO DAS FONTES.....	10
3 A FACULDADE DE FILOSOFIA E A REFORMA UNIVERSITÁRIA	19
3.1 BREVE HISTÓRICO DA FACULDADE DE FILOSOFIA: 1930-1970.....	20
3.2 UMA RUPTURA NA ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA.....	27
3.3 A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968.....	31
4. A POSIÇÃO DO CONSELHO SETORIAL	36
4.1 DOS INSTITUTOS AO SETOR.....	37
4.2 A POSIÇÃO DO CONSELHO: DISPOSIÇÕES E CONTROLE ENTRE 1974-1980.....	42
4.3 A POSIÇÃO DO CONSELHO: DISPUTAS E DESCONTROLE ENTRE 1980-1986.....	65
5. MECANISMOS BUROCRÁTICOS DE REPRODUÇÃO	93
5.1 POLÍTICA E VIGILÂNCIA BUROCRÁTICAS.....	94
5.2 O DISPOSITIVO BUROCRÁTICO COMO PODER E COMO VALOR.....	115
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
7. REFERÊNCIAS	129
8. FONTES DOCUMENTAIS	132
9. ANEXOS	133

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- DIVISÃO ACADÊMICO-BUROCRÁTICA DA UFPR, 1971	26
FIGURA 2	- DIVISÃO ACADÊMICO-BUROCRÁTICA DA UFPR, PÓS-1973.....	27
FIGURA 3	- DIVISÃO DEPARTAMENTAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, 1973.....	38
FIGURA 4	- DIVISÃO DEPARTAMENTAL DO INSTITUTO DE LETRAS E ARTES, 1973.....	38
FIGURA 5	- DIVISÃO DEPARTAMENTAL DO SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 1974.....	39
GRÁFICO 1	- TOTAL DE LICENÇAS, 1976-1978.....	54
QUADRO 1	- ATAS COM DADOS SIGNIFICATIVOS POR TEMA.....	13
QUADRO 2	- ATAS COM DADOS POR GESTÃO DO CONSELHO SETORIAL.....	14
QUADRO 3	- COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SETORIAL, EM 1975.....	45

RESUMO

Esta dissertação de mestrado trata da sociogênese do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. O trabalho reconstrói, a partir de fontes documentais produzidas numa dada posição da burocracia acadêmica, a rede de relações e de tensões que seria marca constitutiva da gênese setorial. Primeiramente, são apresentados alguns componentes históricos significativos na constituição desta rede. A partir daí, um processo de ramificação das decisões e, especialmente, dos constrangimentos acadêmico-burocráticos instabiliza a balança de poder universitário. Neste contexto, dois grupos docentes se opõem na rede setorial conformando uma oposição política. Por fim, são abordadas situações específicas nas quais o uso dos dispositivos burocráticos espelha as racionalidades político-acadêmicas em jogo. No seu conjunto, o trabalho dá ênfase a uma 'hierarquização não-planejada' pelos atores em jogo, mas cujos efeitos de poder são interessantes para uma fração do corpo docente.

INTRODUÇÃO

Diversos são os teóricos que, tanto numa perspectiva historiográfica quanto sociológica, tratam da constituição histórica do campo intelectual brasileiro. Os delineamentos heurísticos destes trabalhos fazem surgir uma complexa teia de encaixes e desencaixes entre a formação de uma identidade ora nacional ora regional e a trajetória institucional de museus, de universidades e de institutos de pesquisa, tomada à luz dos (des)caminhos do Estado-Nação brasileiro¹.

É na intersecção de uma sociologia weberiana da burocracia com uma perspectiva histórico-genética das instituições e dos saberes que este trabalho pode ser situado. Ele versa sobre a sociogênese do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, SCHLA, da Universidade Federal do Paraná, UFPR, decorrente direto da Reforma Universitária implantada pelo regime militar a partir de 1968. Baseado em fontes documentais produzidas nas esferas administrativas então instituídas na Universidade – e a partir de um recorte especificamente burocrático – nosso objetivo volta-se centralmente para a estruturação acadêmico-burocrática sobre a qual foi constituído o Setor de Ciências Humanas.

Além disso, esta pesquisa, inscrita no ‘Núcleo Interinstitucional de Estudos sobre as Ciências Sociais no Paraná’, responde parcialmente aos objetivos de pesquisa encampados por este núcleo², bem como à hipótese mais ampla que o orienta³.

Desde já, é possível observar que entendida como macro-determinação que atravessou a gênese histórica da distribuição local de saberes universitários, a Reforma de 1968 não determinou *definitivamente* os micro-dispositivos pelos quais aquela distribuição se orientou. Ao tomarmos como objeto a estruturação do SCHLA nossa reflexão aspira colocar em perspectiva as tomadas de posição numa dada configuração. Esta objetivação do espaço configurativo dos pontos de vista, ou das

¹ Para uma síntese da produção sociológica sobre os ‘Intelectuais Brasileiros’ ver MICELI (2002).

² “Compreender o processo de institucionalização da Sociologia no Paraná em relação tanto à sua trajetória nas Instituições de Ensino Superior (IES-PR) quanto em relação ao processo de modernização das estruturas sociais, econômicas e políticas do estado” (OLIVEIRA, 2004).

³ “O tardio processo de consolidação do campo científico da Sociologia nas IES estabelecidas no Paraná é o resultado de uma relação entre o espaço da institucionalização (universidades, faculdades, disciplinas, cursos, docentes etc) e o processo de modernização das estruturas sociais, políticas e econômicas do estado” (OLIVEIRA, 2004).

tomadas de posição, não deve ser compreendida como obra de um 'ponto de vista privilegiado', que seria o ponto de vista do pesquisador. O resultado desta prática objetivante deve ser compreendido como produto de uma equação tensional entre duas variáveis reciprocamente implicadas: o interesse do pesquisador⁴ em relação ao objeto sistematicamente construído.

No que diz respeito à construção do objeto de pesquisa, foram utilizadas as premissas teórico-sociológicas apontadas por Norbert Elias e Pierre Bourdieu, como é possível observar no primeiro capítulo, instruindo as implicações de uma análise propriamente configuracional. Na segunda parte deste capítulo, apresentamos o conjunto das fontes documentais que servem de universo empírico para este trabalho. O tratamento do material coletado está fundado tanto numa crítica documental quanto numa análise configuracional de interesses acadêmicos – dois momentos empírica e historicamente inseparáveis do espaço configurativo de produção em que tais fontes ganham sentido.

O segundo capítulo trata, por um lado, da gênese histórica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, e por outro, dos componentes macrossociais que culminam na Reforma Universitária de 1968. Este capítulo não tem a intenção de ser uma exaustiva e peremptória revisão biblio-historiográfica desses temas; antes de tudo, tem como intuito inserir nosso objeto de análise nas macro-determinações histórico-cronológicas que desembocam, como veremos, na constituição do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, em 1974.

A partir daí, o que passamos a denominar 'rede setorial' designa o produto da relação entre um corte analítico configuracional e o tratamento das fontes ali produzidas. Neste sentido, a investigação desenvolvida no terceiro capítulo procura dar conta da formação e da transformação desta rede, tomando como ponto de partida o Conselho Setorial⁵, uma das posições possíveis no Setor. O quarto capítulo, por sua vez, apresenta situações-limite nas quais, a partir das tomadas de decisão do Conselho, é possível visualizar as diferentes racionalidades vigentes no jogo acadêmico-burocrático instaurado no Setor.

⁴ "Dizer que estamos interessados num problema é uma maneira eufemística de designar um fato fundamental: temos interesses vitais em nossas produções científicas" (BOURDIEU, 1983, p.63).

⁵ Como veremos, a posição ocupada pelo Conselho Setorial tem peso significativo na estrutura burocrática no período pós-Reforma universitária.

O desfecho desta narrativa, expresso na conclusão, retoma a partir da hipótese de pesquisa os entraves, sejam eles analíticos ou empíricos, à definição de das identidades político-acadêmicas no jogo da concorrência acadêmico-ideológica⁶. Pretendemos, ao longo deste estudo, evitar uma representação dicotômica do objeto de pesquisa que opera uma cisão tendo, de um lado, uma dimensão burocrático-racionalizante e de outro um motor político-ideológico. Nosso empenho analítico visa elucidar como estes dois níveis, empiricamente interdependentes, tomam feição e sentido através dos laços acadêmicos e das trocas burocráticas em jogo e, principalmente, através das transformações deste jogo.

⁶ Elias diria que as diferentes identidades ou racionalidades ganham sentido se tomadas de forma relacional e interdependente, isto é, ganham sentido nas oposições relacionais constituintes do jogo acadêmico.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Apresentamos aqui os contornos teórico-metodológicos que envolvem esta pesquisa e dão significado e direção à construção do objeto. As reflexões teóricas que se seguem devem nortear todo o processo de *conquista, construção e constatação* do objeto de pesquisa. Com vistas a romper com o saber imediato engendrado pelo primeiro contato com as fontes documentais, elaboramos uma hierarquização teórico-conceitual, contrapondo algumas posições teóricas e seus conceitos-chave. Esta hierarquização se justifica, ainda, devido ao fato de “quando [o pesquisador em Sociologia] se volta para o passado teórico de sua disciplina, encontra não uma teoria científica constituída, mas uma *tradição*” (BOURDIEU, 1999, p.39).

Ao classificarmos, por ordem de importância, na construção do argumento sociológico algumas noções-chave tornamos coerente a utilização de autores e recursos teóricos diversificados. Para tanto, selecionamos como pressuposto fundante desta pesquisa a ‘análise relacional’ – e com ela, as implicações teórico-metodológicas, apontadas por Norbert Elias⁷ e Pierre Bourdieu⁸, delimitando a construção deste objeto. Vale lembrar que não se trata de seguir de forma ortodoxa a teoria ou o método sociológico destes ou de qualquer autor. Trata-se apenas de reconhecer, objetivamente, os limites dos conceitos utilizados e de controlar possíveis abusos teórico-conceituais; sem que isso implique, indiretamente, em objeções de efeito *mágico*, como por exemplo: ‘não se deve juntar este àquele autor’⁹.

⁷ Deste autor, as obras utilizadas centralmente foram ‘A Sociedade de Corte’(2001) e ‘O Processo Civilizador’(1990). Demais obras como ‘A Sociedade dos Indivíduos’(1994) e ‘Os Estabelecidos e os Outsiders’(2000) foram utilizadas como inspiração na construção do argumento.

⁸ No que diz respeito a este autor, as obras que serviram de base à construção do objeto foram ‘O Poder Simbólico’(2000) e ‘Razões Práticas’(1996). Sua obra fundamental a respeito do campo universitário francês, ‘Homo Academicus’(1984), foi utilizada para fins comparativos exclusivamente analíticos, isto é, sem estabelecimento de analogias possíveis entre os campos universitários brasileiro e francês.

⁹ “O ensino [acadêmico e, em especial, o sociológico] perpetua e canoniza oposições fictícias entre autores (Weber/Marx, Durkheim/Marx, etc.) entre métodos (quantitativo-qualitativo, macro-sociologia/micro-sociologia, estrutura/história, etc.) entre conceitos, etc.”(BOURDIEU, 2000, p.46).

2.1 UMA ANÁLISE CONFIGURACIONAL

Em 'O Processo Civilizador', Norbert Elias apresenta a relação entre estruturas de personalidade e estruturas sociais, desenvolvida em meio às formas de organização social e de exercício do poder – neste caso específico, dentro da sociogênese do Estado moderno. A alteração na economia psíquica com o elevado nível de controle das pulsões, transferência internalizada nos indivíduos, acompanha uma 'evolução' social correspondente às mudanças ocorridas nas formas de estruturação das tensões sociais, ou seja, correspondente a uma nova forma de 'configuração social'. O processo civilizador – muito embora tenha como resultante estrutural a constituição do Estado-nação, cuja característica fundante é a monopolização do uso legítimo da violência – mantém uma estreita e direta relação com a constituição dos sujeitos modernos, nomeadamente, no que diz respeito ao 'monopólio do eu', isto é, por meio do autocontrole¹⁰.

Ao observar uma configuração social específica, 'A Sociedade de Corte', inserida num processo de civilização, Elias demonstra como a vida cotidiana dos cortesãos, representação e exposição de si em todas as práticas sociais, expressa a transformação das regras de comportamento e de controle. Regras objetivadas nos laços de sociabilidade e permeadas sempre por relações do poder e *status*¹¹.

"Eles [os cortesãos] sabiam exercer essa racionalidade sem esforço, com elegância – e de fato ela era indispensável –, assim como o controle das emoções exigido por esse exercício, como instrumentos da disputa na concorrência por prestígio e status"(ELIAS, 2001, p.110). Para o presente estudo, a contribuição fundamental de Elias é a sua compreensão acerca da realidade histórico-social enquanto uma 'rede de relações e de tensões'¹².

¹⁰ "A conotação peculiarmente emocional tão amíúde ligada a exigências morais, à severidade agressiva e ameaçadora com que são freqüentemente defendidas, refletem a ameaça que qualquer desafio às proibições representa para o equilíbrio instável de todos aqueles cujos olhos o padrão de comportamento da sociedade se tornou mais ou menos uma 'segunda natureza'. Essas atitudes são sintomas da ansiedade despertada nos adultos em todos os casos em que a estrutura de sua própria vida instintiva, e com ela sua própria existência social e ordem social onde se radica, é, mesmo remotamente, ameaçada" (ELIAS, 1994, p.168).

¹¹ "O poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de *todas* as relações humanas" (ELIAS, 1970, p. 81).

¹² "Mas o que chamamos aqui de 'rede', para denotar a totalidade da relação entre indivíduo e sociedade, nunca poderá ser entendido enquanto a 'sociedade' for imaginada, como tantas vezes acontece, essencialmente como uma sociedade de indivíduos que nunca foram crianças e que nunca morrem. Só se pode chegar a uma compreensão clara da relação entre indivíduo e sociedade quando

Ao privilegiar as relações históricas entre indivíduo e sociedade, entre constituição do Estado e constituição do sujeito, Elias possibilita uma abertura teórico-conceitual na análise sociológica que impede o próprio pesquisador de pensar exclusivamente em termos de ações ou num nível unicamente estrutural.

A sociologia histórica de Elias torna complexa a relação entre a experiência social do indivíduo e a organização social global, entendidos enquanto interdependentes e inseridos numa permanente constituição destas configurações. A premissa relacional, operante no próprio conceito de configuração, é uma crítica dirigida à epistemologia clássica e à própria sociologia: não existem agentes sociais isolados ou, em oposição, uma sociedade *sui generis* sobre os indivíduos¹³. Existem, antes, 'redes de interdependências' nas quais e, sobretudo, com as quais os indivíduos jogam.

Por meio do modelo configuracional, é possível pensar as relações entre os indivíduos tomando-as em correspondência com a configuração nas quais elas existem, isto é, onde elas ganham direção e significados lógicos e apreensíveis. Neste modelo trata-se de objetivar, de forma relacional, "a linha de correlação entre os atos e realizações (...) e a estrutura dos grupos sociais em que ganham sentido" (ELIAS, 2001, p.42). Segundo Elias, cabe ao cientista social "tornar inteligível para si mesmo e para os outros, o modelo mutante que os seres humanos formam em conjunto [uma configuração] e a natureza das ligações entre eles estabelecidas [isto é, suas relações]" (1997, p.34).

Neste mesmo sentido, a 'teoria da prática', desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, apresenta uma forma de pensamento relacional. Para ele, o fundamental exercício de ruptura teórica realizado pelo cientista social, em sua

nela se inclui o perpétuo crescimento dos indivíduos dentro da sociedade, quando se inclui o processo de individualização na teoria da sociedade"(ELIAS, 1994, p.30).

¹³ "Foi esse tipo de dualismo, postulando duas visões de si mesmo como distintas e absolutas, que por longo tempo determinou o tipo de perguntas formuladas pela epistemologia. (...) O desprendimento no ato de observar os outros e se observar consolidou-se numa atitude permanente e, assim cristalizado, gerou no observador uma idéia de si como um ser desprendido, desligado, que existia independentemente de todos os demais"(ELIAS, 1994, p.90-1). Decorre daí, desta concepção individualizante, uma crítica realizada por Bourdieu: "O fundamento da independência em relação às condições históricas (...) está no processo histórico que levou à emergência de um universo capaz de assegurar aos que nele habitam uma tal independência" (BOURDIEU, 1996, p.71).

prática de investigação reside na construção do objeto de pesquisa enquanto um 'sistema de relações'¹⁴.

Realizando uma crítica às correntes fenomenológicas de pensamento, expressas na sociologia através do 'interacionismo simbólico', e evitando os determinismos do estruturalismo, nomeadamente marxista e levi Straussiano, Bourdieu aponta para a dupla-verdade da realidade social, a um só tempo individual e social, portanto, impossível de ser apreendida senão por meio da objetivação das relações constituintes de um dado fenômeno, de um dado campo. Neste sentido, as noções análogas à noção de campo como, por exemplo, 'espaço social', têm a função, exclusivamente metodológica, de "verificar que o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades" (1989, p.27).

O projeto bourdiano que visa criar sociologicamente um espaço social enquanto um sistema de relações é condição de ruptura epistemológica contra o senso-comum sociológico¹⁵. Tratando o sistema de relações sociais como operante nas posições sociais e das disposições individuais, o autor realiza uma mediação entre 'comportamentos individuais' e 'estruturas objetivas'. Mediação essa que visa romper com as tendências no pensamento sociológico 'substancialista' ou 'essencialista' que tendem a explicar as práticas sociais 'em si mesmas', sejam elas produto de indivíduos, agentes sociais, ou produto de grupos de indivíduos, classes sociais¹⁶. "Em resumo, é preciso cuidar-se para não transformar em propriedades necessárias e intrínsecas de um grupo qualquer (...) as propriedades que lhe cabem em um momento dado, a partir de sua posição em um espaço social determinado e em uma dada situação de oferta de bens e práticas possíveis" (BOURDIEU, 1996, p. 18-9)¹⁷.

¹⁴ "A ciência social não deve construir classes, mas sim espaços sociais no interior dos quais as classes podem ser recortadas – mas que existem apenas no papel" (BOURDIEU, 1996, p.49).

¹⁵ "Sabe-se que o ato da invenção [entendido enquanto imposição consciente de critérios sociológicos abstratos] que conduz à solução de um problema sensório-motor ou abstrato deve quebrar as relações mais aparentes, por serem as mais familiares, para fazer surgir um novo sistema de relações entre os elementos" (BOURDIEU, 1999, p.25).

¹⁶ O conceito fundante que opera a ruptura teórica desenvolvida por Bourdieu é *habitus*. Entretanto, para os limites deste trabalho nos pareceu adequado restringir este conceito à noção de 'história incorporada'. Neste sentido, ver: *As relações entre a história incorporada e a história reificada*. In: *O Poder Simbólico* (2000).

¹⁷ Interessante notar a similaridade significativa entre Bourdieu e Elias, quando este último afirma que "Desconhecendo as estruturas sociais que oferecem a um homem singular suas oportunidades e

Ambos os autores apontam, através dos conceitos por eles desenvolvidos, para uma superação teórica “às alternativas mortais nas quais se encerrou a história ou a sociologia e que, tal como a oposição (...) entre ‘grandes homens’ e as forças coletivas, [entre] as vontades singulares e os determinismos estruturais, assentam todas na distinção entre o individual e o social” (BOURDIEU, 1999, p.82).

De um lado, Elias, por meio do conceito de configuração, encerra as fictícias oposições entre micro e macro sociológico, objetivando as redes sociais constituídas pelo complexo engendrado *nas e pelas* relações - vontades e limitações - entre os agentes nela inseridos. De outro lado, Bourdieu toma a realidade social em sua dupla-realidade: representação da realidade, enquanto história corporificada e experienciada pelos indivíduos; ao mesmo tempo, realidade de representação, enquanto história coisificada, objetivada, se se quiser, institucionalizada.

O ponto fundamental de convergência entre ambos reside precisamente na compreensão da sociedade enquanto um conjunto de experiências históricas possibilitadas dentro de uma determinada configuração¹⁸; em outras palavras, ambos vêm numa situação dada da realidade histórico-social o *campo de possibilidades* de um conjunto relacional de experiências, isto é, de ações e representações. Desta forma, “deve-se começar pensando na estrutura do todo para se compreender a forma das partes (...) *para compreendê-los, é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções*” (grifo do autor) (ELIAS, 1994, p.25). Produtor e obra, corpo e coisa, sujeito e objeto, estão sempre enredados por uma racionalidade configuracional, isto é, estão inseridos numa lógica social¹⁹ e sobre o social²⁰, passível de ser objetivada relacionalmente *através* das relações entre os indivíduos, entre posições, entre formas de sociabilidade e estruturas de poder.

possibilidades de ação, arriscamo-nos facilmente a apresentar indivíduos sem grande mérito pessoal como grandes, e vice-versa” (ELIAS, 2001, p.41).

¹⁸ “Uma das questões centrais da Sociologia, talvez a questão central, seja saber de que modo e porque os indivíduos estão ligados entre si, constituindo, assim, figurações dinâmicas específicas” (ELIAS, 2001, p.213).

¹⁹ “O status de cada um dentro da sociedade de corte era determinado, em primeiro lugar, pelo status de sua casa, por seu título oficial. Ao mesmo tempo, porém, modificando essa ordem hierárquica e agindo sobre ela, estabelecia-se uma ordem infinitamente mais efetiva e nuançada, ainda não-institucionalizada (...) A partir de tais contextos podemos apreender o tipo específico de racionalidade produzido no círculo da sociedade de corte” (ELIAS, 2001, p.107-9).

²⁰ “À arte de observar as pessoas corresponde a *arte de descrever as pessoas*. (...) Como a observação dos outros era uma das artes de importância mais vital para os cortesãos, é compreensível que a arte de descrever as pessoas nas memórias, cartas e aforismos tenha chegado a um lato grau de perfeição”(ELIAS, 2001, p.121-2).

Isto posto, o propósito central de nossa pesquisa é objetivar, por meio dos mecanismos de controle acadêmico, o processo sociogenético caracterizado pela estruturação burocrática do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, SCLHA, da Universidade Federal do Paraná, UFPR, após 1974. A sociogênese dessa configuração social, dessa rede de relações e de trocas burocráticas, passa pela construção metódica, baseada nas fontes documentais, de um espaço social estruturado a partir das posições sociais, das disputas entre estas posições e por estas mesmas, bem como a partir das relações distintivas de aproximação ou afastamento entre os atores sociais neste espaço.

Baseado num modelo analítico configuracional, nosso empenho empírico visa dar conta dos mecanismos de controle e de reprodução do corpo docente que são acionados dentro da estruturação propriamente burocrática do Setor de Ciências Humanas. De forma paralela e tangencial, abordamos também as formas de controle sobre o corpo docente. Através da variável *mecanismos burocráticos de reprodução do corpo docente*, pretendemos objetivar as transformações operadas na rede de interdependências caracterizada pelo Setor de Ciências Humanas, a partir da posição do Conselho Setorial. Consideramos como mecanismos burocráticos de reprodução do corpo docente a série de dispositivos acionados através de uma posição-chave da burocracia acadêmica. Assim, trata-se de compreender, por meio da rede de trocas entre esta e outras posições-chave, o funcionamento institucional do sistema burocrático ali implantado.

Vale ressaltar, ainda, a determinação macro-estrutural em que a sociogênese desta configuração acadêmico-burocrática esteve implicada, qual seja, a atmosfera autoritária – especialmente, a partir de meados dos de 60 e durante a década de 70 – cujos reflexos diretos se fizeram notar sobre a estruturação do então instituído Setor de Ciências Humanas.

Podemos definir, pois, como objeto de investigação a configuração social, caracterizada pelo Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, fundado legalmente em 1974. Tratamos, portanto, de tornar inteligível parte do sistema de trocas que fundamentou a estruturação deste espaço acadêmico-burocrático. Com o intuito de inserir nosso objeto num contexto mais amplo, apresentamos, após a exposição acerca do tratamento de fontes documentais, um histórico da Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras do Paraná, bem como uma sumária reflexão sobre a Reforma Universitária de 1968.

2.2 COLETA E TRATAMENTO DAS FONTES

No início deste percurso metodológico colocamos como premissa teórica central a 'análise configuracional', baseada em Elias e Bourdieu. Esta perspectiva sociológica toma como projeto a objetivação de uma configuração social estruturada *pelelo* sistema de trocas constituintes e instituintes deste espaço acadêmico-burocrático. Para tanto, selecionamos como fontes documentais centrais as atas de reuniões do Conselho Setorial, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, no período entre 1974 e 1986²¹. Este recorte cronológico se deve à mudança observada na divisão departamental da rede setorial, que ao tempo de sua gênese, 1974, tinha 6 unidades departamentais e no ano de 1986 contava com 10 delas.

Após a Reforma Universitária de 1968, criada pela Lei nº5.540/68, todo o sistema de ensino superior atravessou uma série de transformações que vieram a afetar de forma pungente a estrutura administrativa e pedagógica das Universidades brasileiras. Como veremos, visando implantar um sistema altamente racionalizado e eficaz sobre a estrutura burocrática, a política educacional do Estado autoritário pretendia, por meio da Reforma, disciplinarizar a distribuição de recursos, materiais e humanos, segundo uma matriz político-ideológica específica de transmissão e difusão do conhecimento científico.

Na Universidade Federal do Paraná, as pressões advindas da Reforma de 68 acabaram por transformar as antigas Faculdades em Unidades Setoriais. Nessa nova divisão do trabalho, a UFPR ficou dividida em 8 Setores. Constituindo, de um lado, as "unidades do sistema comum de ensino e pesquisa básicos: Setor de Ciências Exatas, Setor de Ciências Biológicas; Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes"²², e de outro, "as unidades do sistema profissionalizante e de pesquisa aplicada: Setor de Educação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas; Setor de Ciências

²¹ Para as citações do conteúdo significativo das atas de reunião do Conselho Setorial, utilizamos o sistema de citação autor-data. Por exemplo: "A senhora presidente faz conhecer o Relatório da Coordenação do Curso de Educação Artística"(CS, 74/78). Trata-se de citação da ata nº 74 de reunião do Conselho Setorial realizada no ano de 1978.

²² UFPR, 1974?, Art. 4º.

da Saúde; Setor de Tecnologia; Setor de Ciências Agrárias”²³. Como previsto pela Reforma, “as Unidades Setoriais serão [foram] estruturadas em Departamentos, como órgãos de programação e execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão”²⁴.

No Paraná, os reflexos da Reforma alcançaram, em certa medida, seu maior objetivo: dar conta da demanda escolar que pressionava de baixo o acesso à organização universitária. A Reforma não logrou impor-se de imediato e acabou por produzir, para além da resposta àquele contingente escolar, um *duplo-efeito*. A hipótese que subjaz esta pesquisa trata deste duplo-efeito: se, por um lado, na Universidade Federal do Paraná, os efeitos da Reforma responderam às pressões do Estado autoritário; por outro, houve um conjunto de efeitos de ordem prática, concomitante à implantação da nova racionalidade burocratizada, que contribuíram decisivamente para um processo de ruptura com o *poder universitário*; até então, estabelecido²⁵.

É mediante esta hipótese de pesquisa que a seleção das atas do Conselho Setorial do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – SCHLA – é justificada. As atas das reuniões do Conselho Setorial – “órgão deliberativo e consultivo das Unidades”²⁶ setoriais – expressam, a seu modo, o processo sociogenético cujo objetivo geral desta pesquisa trata de tornar inteligível por meio da rede de interdependências acadêmico-burocráticas, no SCHLA.

As reuniões do Conselho Setorial eram então integradas pelo seu presidente, o Diretor de Setor, pelo Vice-Diretor, pelos Chefes de Departamento, por um representante discente e, conforme a necessidade, pelos Coordenadores de Curso, mediante convocação do Diretor²⁷. Cabia ao Conselho Setorial gestar a distribuição e circulação de bens materiais e simbólicos disponíveis no Setor. “Compete ao Conselho Setorial: elaborar lista sêxtupla para nomeação do Diretor e Vice-Diretor [outorgados, à época, diretamente pelo Ministro da Educação]; elaborar lista tríplice

²³ UFPR, 1974?, Art. 4º.

²⁴ UFPR, 1974?, Art. 3º.

²⁵ Em plano teórico, também nossa hipótese diz respeito à superação analítica da dicotomia sociológica ação-estrutura. Uma vez que, nosso objeto de pesquisa é derivado da análise documental cuja orientação está fundada na intersecção entre uma teoria processual sociogenética e uma teoria simbólica dos campos, nossa hipótese de pesquisa trata relacionalmente de um processo histórico não-planejado que, supomos, produziu um duplo-efeito.

²⁶ UFPR, 1974?, Art. 34º.

²⁷ UFPR, 1974?, Art. 33º.

para nomeação de Coordenador de Curso e Vice-Coordenador; elaborar o Regimento Setorial; eleger o representante do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa; aprovar os Regimentos dos Órgãos Auxiliares; aprovar, com base na planificação dos Departamentos, a proposta orçamentária, a ser encaminhada aos órgãos superiores da Universidade; aprovar a composição de Comissões Julgadoras de concurso e provas de seleção de pessoal docente”²⁸, dentre várias outras funções.

A partir de uma perspectiva configuracional, tratamos de objetivar, por meio da análise das atas do Conselho Setorial, o sistema de trocas acadêmico-burocráticas instituído no Setor de Ciências Humanas, entre 1974 e 1986²⁹. Para tanto, as atas foram divididas de acordo com sua constituição textual: primeiramente, são apresentados os atores que estiveram presentes à reunião; em seguida, a ‘Ordem do Dia’ é debatida para ser aprovada ou reprovada; e, por último, tomam lugar as ‘Comunicações’ ou os ‘Comunicados’, nos quais, geralmente, são trocados elogios, dúvidas ou avisos, que dão o tom significativo da rede de interesses e de interdependências na qual estão inseridos os atores.

Para o primeiro período de análise, que corresponde ao conjunto de fontes datadas de dezembro de 1973 a dezembro de 1978, dentre um total de 65 atas encontradas no arquivo morto do Setor de Ciências Humanas, foram selecionadas 21 como representativas do universo total de atas deste conjunto. Para o intervalo entre abril de 1980 até dezembro de 1986 foram selecionadas 41 atas, dentre um total de 113 atas. Este último conjunto de atas de reunião do Conselho Setorial está dividido em dois livros-ata da Direção do Setor. Vale notar que as atas relativas ao ano de 1979 não foram encontradas.

A seleção das atas teve como base três características fundamentais para a compreensão da configuração social em questão – sem nível de hierarquia na disposição analítica: primeiramente, as atas que datam do período precedente e sucessivo em relação às fases de transição de mandato na Diretoria do Setor; em segundo lugar, as atas de reunião que dizem respeito a ‘processos administrativos’, ou a ‘recursos’, tanto em relação ao corpo docente quanto ao corpo discente; e por

²⁸ UFPR, 1974?, Art. 35º.

²⁹ Durante o período pesquisado, estiveram a frente da Diretoria do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, cinco professores: Temístocles Linhares, durante o ano de 1974; Cassiana Lacerda Carollo, 1975; Cecília Maria Westphalen, de 1976 a 1980; Hélio de Freitas Puglieli, de 1980 a 82; e Noel Edmar Samways, 1982 a 86.

fim, as atas de reunião do Conselho Setorial sob caráter extraordinário em função da relevância e exclusividade da 'Ordem do Dia'.

Seguem abaixo, duas tabulações que visam dar ao leitor uma síntese significativa do conjunto de atas do período. A primeira tabela foi definida em função dos itens acima destacados – 'transição', 'recursos' e 'reunião extraordinária' – e a segunda, em função de dados significativos das gestões do Conselho Setorial, para todo período pesquisado, 1974 e 1986³⁰:

QUADRO 1: ATAS COM DADOS SIGNIFICATIVOS POR TEMA

ANO	Nº da Ata	Recorte por tema	Dado significativo em função do tema
1974	26	Recurso ou processo	<i>Recurso apresentado por ... candidatos ao exame de habilitação pra auxiliar de ensino em Sociologia, conforme razões apresentadas em documento.</i>
1975	30	Período de transição	<i>Reunião do Conselho Setorial, convocada com a finalidade expressa de elaboração da lista sêxtupla para Diretor e Vice Diretor.</i>
1976	42	Recurso ou processo	<i>Processo nº 89.427 que estuda a inscrição para Exame de Habilitação ... Face o parecer da Assessoria Jurídica o Conselho Setorial deliberou: a) exigir do candidato inscrito o atendimento aos novos requisitos legais</i>
1977	71	Reunião extraordinária	<i>Em seguida a Senhora Presidente justifica a convocação de duas reuniões para o mesmo dia comunicando que a primeira foi convocada especialmente para aprovar as indicações feitas pelos Departamentos para composição das Bancas Examinadoras do Concurso</i>
1978	79	Reunião extraordinária	<i>... convocada para o fim expresso de proceder a eleição para a representação do Setor no CEP da Universidade Federal do Paraná.</i>
1980	10	Reunião extraordinária	<i>...que deu por instalada a reunião extraordinária do Conselho Setorial, especialmente convocada para fins específicos de se estudar o problema da distribuição de vagas para Auxiliar de Ensino.</i>
1981		Recurso ou processo	<i>Relotação de Professor. em atendimento ao art. 35, item XVIII, do Regimento Geral, foi apresentado ofício nº126/81 do Departamento de Artes</i>

³⁰ A seleção das atas para análise segue os parâmetros acima descritos – atas referentes a período de transição, atas com recursos e atas relativas a reuniões extraordinárias. A edição tabular com a listagem completa das atas selecionadas para a análise segue em anexo.

QUADRO 1: ATAS COM DADOS SIGNIFICATIVOS POR TEMA (CONTINUAÇÃO)

ANO	Nº da Ata	Recorte por tema	Dado significativo em função do tema
1982	14	Reunião extraordinária	<i>... a fim de deliberar a respeito da regularização do encerramento do período letivo em curso, tão logo cessem os motivos da paralização total ou parcial das atividades de ensino no Setor.</i>
1983	15	Recurso ou processo	<i>Transferência do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais e Coordenações dos Cursos de Turismo, Comunicação Social, Estudos Sociais e Moral e Cívica, para o 2º andar do edifício da Praça Santos Andrade</i>
1984	10	Reunião extraordinária	<i>...no anfiteatro do 1º andar do Edifício D. Pedro I, reuniu-se o Conselho Setorial do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, em sessão aberta</i>
1985	15	Recurso ou processo	<i>... recurso de professores do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais contra a decisão do Diretor do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes em processo de transferência.</i>
1986	04	Período de transição/ Reunião extraordinária	<i>... mais uma sessão em caráter extraordinário ... O senhor presidente declarou aberta a sessão e passou à Ordem do Dia: composição da comissão eleitoral de que trata a resolução nº01/86 da assembléia setorial de 31/03/86.</i>

FONTE: SCHLA. Pesquisa de arquivo, 2005.

QUADRO 2: ATAS COM DADOS POR GESTÃO DO CONSELHO SETORIAL

Período	Diretor(a) do SCHLA	Dado significativo para o período	Nº da ata/ano
1974/75	Cassiana Lacerda Carollo	<i>A Professora Cassiana Lacerda Carollo lembrou da primeira reunião Setorial sob sua presidência quando então solicitou a compreensão dos Chefes de Departamentos para com as dificuldades que o Setor teria de enfrentar ... A questão da administração do prédio suscitou pronunciamento dos senhores conselheiros notadamente diante do seu funcionamento no período noturno.</i>	22/75
1976/80	Cecilia Maria Westphalen	<i>Diversos: com a palavra a senhora Presidente que fez considerações gerais sobre a situação da UFPR com referência ao magistério. Solicita que haja uma melhor distribuição de aulas evitando assim contratações de Professores colaboradores, registra apelo no sentido de um melhor cumprimento de horário dos professores nos Departamentos.</i>	85/78

QUADRO 2: ATAS COM DADOS POR GESTÃO NO CONSELHO SETORIAL
(CONTINUAÇÃO)

Período de mandato	Diretor(a) do SCHLA	Dado significativo para o período	Nº da ata/ano
1980/82	Hélio Fileno de Freitas Puglielli	<i>Com a palavra o senhor Presidente, considerando ser a primeira reunião que preside, no Conselho Setorial, na qualidade de Diretor, renova as saudações aos senhores conselheiros e em especial à representante discente, declarando ter como meta em sua atuação ao lado do senhor vice-diretor, conciliar, dialogar e conjugar forças.</i>	06/80
1982/86	Noel Edmar Samways	<i>Ordem do Dia: Regimento interno do Setor - Relator: Professor José Luiz da Veiga Mercer, foram examinadas as emendas definidas em assembléia setorial; e após longa discussão, foi aprovado o texto definitivo do novo regimento do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes</i>	07/85

FONTE: SCHLA. Pesquisa de arquivo, 2005.

O tratamento metodológico das atas de reunião do Conselho Setorial está fundamentado numa gestão de bens acadêmico-burocráticos disputados por posições cujos interesses são fundantes da configuração social caracterizada pelo Setor. Cabe, neste ponto, uma ressalva que diz respeito, concomitantemente, à produção social das fontes documentais bem como à sua natureza burocrática. Ao considerarmos que “a história do grupo (ou seja, a história dos processos de acumulação e reprodução responsáveis por sua existência social) está na raiz da constituição das fontes documentais” (MICELI, 2001, p.349), reconhecemos como capital a crítica da *monumentalização dos documentos*. Os documentos utilizados como fonte historiográfica para a construção de uma narrativa histórico-sociológica a respeito de uma dada configuração não devem ser tomados *per se*.

Ao estabelecer um vínculo inextricável entre a existência mesma das fontes documentais e a conformação política e identitária dos grupos sociais, Miceli faz recordar indiretamente o caráter monumental da fonte documental, tão destacado por Jaques Le Goff. Para este autor, cabe ao pesquisador realizar “a crítica do documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória”(LE GOFF, 1990, p.9-10).

Nesta perspectiva historiográfico-metodológica, o documento não é um mero acaso ou vestígio positivo legado pelo passado, mas antes um artefato produzido

segundo as relações de força dominantes e determinantes num dado contexto histórico (LE GOFF, 1990). O mesmo seria dizer, numa fórmula sociológica, que as fontes documentais “retêm a marca dos interesses, dos valores e das estratégias dos grupos sociais a que se referem. Elas [as fontes] são produto de uma atividade, de simbolização mediante a qual esses grupos manifestam sua existência material, política e intelectual”(MICELE, 2001, p.249).

Sem dúvida, em nosso caso não é diferente. As atas de reunião do Conselho expressam a seu modo o jogo de interesses e de interessados em cuja rede setorial foram produzidas. Concretamente, elas são resultado de uma reunião de Conselheiros que debatem assuntos relativos à administração setorial-acadêmica. As atas são assinadas na reunião posterior ao encontro em que os conteúdos são debatidos. Antes de iniciar a deliberação a respeito da ‘Ordem do Dia’, cabe ao responsável pela reunião solicitar a aprovação da ata referente à reunião antecedente: “Iniciando a senhora Presidente colocou em discussão a ata da reunião anterior que foi aprovada. Ordem do Dia...” (CS, 70/77).

Vale dizer, portanto, que antes de serem convalidadas pelos pares no Conselho Setorial, as atas passam por um processo de limpeza, através do qual apenas o *necessário*, ou melhor, o que é *considerado como necessário* é nela registrado. O alto grau de formalização da ata, que mesmo em momentos de intensa crise universitária se mantém na mesma disposição textual, é função do nível de institucionalização nela investido. Ou seja, a ata é produzida ritual e burocraticamente *pela* instituição e *para* a instituição: por seu caráter oficial, ela não apenas representa, ela é a instituição universitária. Enquanto fonte documental burocrática, ela é resultante de um jogo de interesses não exclusivamente burocráticos.

As atas, produzidas num núcleo de relações político-acadêmicas e responsáveis por engendrar todo o funcionamento propriamente administrativo, ao mesmo tempo em que testemunham as formas de poder burocrático, consagram esta espécie de poder enquanto tal. A existência mesma destas fontes deflagra o palco dos embates simbólicos e, desde sempre, políticos desenrolados no espaço social de sua produção.

Em suma, as fontes documentais serão aqui tomadas como expressão simbólica do conjunto de práticas e relações sociais de um determinado grupo, vale

dizer, de uma determinada configuração cujo sistema de disputas e de trocas está refletido, direta ou indiretamente, na existência física das fontes documentais. É necessário assinalar que ao tomarmos como variável de análise os *mecanismos burocráticos de reprodução do corpo docente*, entendemos como essa variável explicativa se faz presente nas fontes documentais através do jogo de aproximações e afastamentos de atores e de interesses em jogo, espelhados pela presença ou ausência nas reuniões, qualificados pela presença ou ausência nos processos de seleção e, principalmente, pela capacidade de acesso – ou capacidade de interrupção do acesso – aos bens acadêmicos disponíveis em circulação na configuração social.

A ‘crítica do documento’ é, pois, necessária. O projeto historiográfico de monumentalização, capital para a leitura das fontes, torna objetivadas as condições de produção das fontes documentais. Entretanto, nesta pesquisa, nos reportamos apenas tangencialmente à produção social das fontes documentais. *O fundamental aqui é tornar inteligível – a partir de uma posição específica de poder e através das formas de seu acionamento – um processo configurativo de estruturação acadêmico-burocrática.* Em outras palavras, na medida em que as fontes documentais expressam um jogo de poder operado num determinado espaço e tempo, elas refletem uma transformação configuracional através das mudanças observadas nas práticas institucionais e nas trocas instituintes deste mesmo contexto. Para tornar inteligível o processo de estruturação burocrática que atravessou a rede setorial utilizamo-nos das fontes questionando-lhes na sua qualidade de produto de uma prática social, como resultante positiva das forças e posições atuantes num rito institucional.

Deste modo, para tornarmos inteligível um dos princípios estruturantes desta configuração utilizamos os *mecanismos burocráticos de reprodução do corpo docente*. Delimitando-o – no que concerne ao tratamento das fontes documentais – à análise das formas de acesso ou de interdição à (1) entrada na própria configuração em questão; à (2) progressão funcional nos postos da carreira docente e aos (3) ‘afastamentos’ para capacitação docente, variando conforme a distância espacial em relação à própria configuração.

Em outras palavras, limitamos os *mecanismos burocráticos de reprodução do corpo docente* às formas de ingresso, ou de negação de ingresso, à circulação de

bens acadêmicos possíveis numa dada configuração. Seleccionamos, portanto, uma fração espacial, dentro da estrutura de rede setorial, caracterizada pelas posições ocupadas no Conselho Setorial. Inspirados em Elias, tratar relacionalmente uma rede implica uma ‘determinação correspondente’: *mudanças individuais correspondem a transformações ditas estruturais*³¹. Analogamente, às mudanças observadas na trajetória de uma posição da rede correspondem transformações configuracionais.

Para reforçar o argumento, as representações dos próprios atores *enredados*, isto é, situados numa dada posição da rede setorial e dispostos a nela investir, serão fontes também utilizadas. Neste sentido, os produtos de celebração coletiva, seja para justificar uma derrota política seja para escancarar oficialmente indisposições universitárias, serão utilizados. Este conjunto de fontes, situado em geral nas notas de rodapé, é utilizado com vistas a coligar a auto-imagem veiculada pelos grupos em jogo³², em cujos laços de afinidade ou de hostilidade são reforçados, com o encadeamento explicativo em torno dos dados empíricos, dando ‘carne e osso’, dando um alcance maior à compreensão sociológica³³.

Dentre esta última série de fontes, destacamos a obra de Westphalen (1988), em cuja autora, renomada historiadora paranaense, aborda a ‘Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos’. A posição ocupada por esta obra no processo de pesquisa vai de uma ‘referência bibliográfica’, fornecendo subsídios a respeito da ‘Faculdade de Filosofia’, e termina como ‘fonte documental’ central para a compreensão da posição institucional ocupada por um conjunto de docentes que atravessou, e foi atravessado, pelas transformações históricas pós-Reforma universitária.

³¹ “...as estruturas da personalidade e de sociedade evoluem em uma inter-relação indissolúvel” (ELIAS, 1990, p.221).

³² Neste conjunto situamos centralmente ‘Educação: passos de uma jornada’ (ARNS, 2002); ‘Memória da Organização dos Professores da UFPR’ (EVANGELISTA, 1991); bem como ‘Universidade Federal do Paraná – 75 anos’ (WESTPHALEN 1987).

³³ A fonte documental (UFPR, 1974?) refere-se ao Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná. Uma vez que tal fonte não conta com subscrição oficial final, indicando a data ou os responsáveis pela sua elaboração, preferimos datá-la por volta de 1974. A utilização desta data se deve ao fato de que neste Regimento Geral, encontrado no Arquivo Morto do atual SCHLA, já estão descritos os oito novos ‘Setores’ estabelecidos definitivamente pós-Reforma.

3 A FACULDADE DE FILOSOFIA E A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Este capítulo, ao delinear os eventos históricos antecedentes à formação do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, tem como objetivo justificar o recorte cronológico de nossa pesquisa. Se, por um lado, a existência mesma do Setor é decorrência direta da Reforma universitária, por outro, a constituição da rede setorial leva consigo determinados nós caudatários de uma configuração a ela anterior, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Quer dizer, tanto a elucidação dos efeitos produzidos pela Reforma quanto o estabelecimento de determinados laços de dependência na Faculdade são centrais para a compreensão da gênese setorial.

Dessa forma, a primeira parte deste capítulo versa sobre a Faculdade de Filosofia em suas múltiplas dimensões. As principais referências históricas utilizadas foram a obra de WESTPHALEN(1988), e FURTADO (mimeo). Outra fonte utilizada foi a entrevista concedida, no ano de 2002, pela professora Cecília Maria Westphalen a um grupo de professores do SCHLA da UFPR. Devido aos empecilhos decorrentes da transcrição desta entrevista, suas citações ficaram restritas às notas de rodapé.

No que diz respeito à Reforma universitária, foram utilizadas como base as análises desenvolvidas por Freitag(1980), Fávero(1977), Saviani(1987) e Graciani (1982). Os três primeiros autores foram selecionados devido à recuperação de dados históricos referentes à atuação do Estado autoritário no que tange às relações entre política e realidade educacionais. A opção pela obra de Graciani se deve à forma pela qual esta socióloga estabelece nexos significativos entre o papel do Estado enquanto agente reformista-educacional e os reflexos organizacionais nas instituições universitárias brasileiras.

3.1 BREVE HISTÓRICO DA FACULDADE DE FILOSOFIA: 1930-1970...

Criada em fevereiro de 1938, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, FFCL, foi constituída sob os mesmos tons elitizantes que contornam a constituição das instituições de ensino superior, na década de 30, em todo território brasileiro. “A 26 de fevereiro de 1938, sem dúvida inspirados pelo exemplo de São Paulo, reunia-se em Curitiba, por convocação dos Professores Omar Gonçalves da Mota, Carlos de Paulo Soares e Homero de Melo Braga, a assembléia de intelectuais que tinha por finalidade criar, na Capital paranaense, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”³⁴. Baseados num modelo francês de universalidade do conhecimento técnico-científico, os mentores da Faculdade de Filosofia, difundiam como objetivo primordial desenvolver as gerações futuras cultural e intelectualmente para a formação dos quadros escolares no Paraná³⁵.

Inicialmente, como observam WESTPHALEN e FURTADO, a Faculdade de Filosofia encontrou graves problemas de ordem pedagógica e material. A ameaça de insolvência financeira, que se fazia sentir tanto na estrutura física como na constituição do corpo docente, foi resolvida através do apoio da União Brasileira de Educação e Ensino, UBEE, dos Irmãos Maristas³⁶. A primeira Diretoria da Faculdade de Filosofia, presidida pelo professor Brasil Pinheiro Machado, foi instituída em 1939 pelo ‘Conselho Geral’, órgão responsável pela coordenação administrativa da Faculdade, composto pelo Reitor do Instituto Santa Maria, como Presidente, e por dois professores da Faculdade de Filosofia, indicados pela União Brasileira de Educação e Ensino.

Esta alternativa às dificuldades financeiras, além de caracterizar-se como produto do encontro entre uma elite dominante letrada – representada, notadamente, por José Loureiro Fernandes, Omar Gonçalves da Mota e Bento Munhoz da Rocha – e um grupo de professores-padres advindos do Círculo de Estudos Bandeirantes, implicou numa orientação pedagógico-ideológica singular na

³⁴ WESTPHALEN (1988, p.7). De forma mais direta, Ruy WACHOWICZ indica a mesma comparação entre a gênese da ‘Universidade do Mate’ e da universidade do café, que correspondem à Universidade do Paraná e à USP, respectivamente.

³⁵ Ver, em especial, os discursos de Brasil Pinheiro Machado e de Bento Munhoz da Rocha Netto, ambos catedráticos da Faculdade de Filosofia, em WESTPHALEN (1988).

³⁶ “Os contatos iniciais haviam sido realizados pelos Professores Padre Jesus Ballarin e José Loureiro Fernandes e por eles levados a bom termo, de modo que a União Brasileira de Educação e Ensino, dos Irmãos Maristas, assumiria a manutenção da Faculdade”(WESTPHALEN, 1988, p.22).

qual os 'intelectuais católicos' tiveram peso significativo³⁷. A este respeito, Furtado visualiza como o controle administrativo exercido pelos 'Irmãos Maristas' se fez notar por meio da "preocupação da UBEE, que também se refletia nas decisões dos Conselhos Superiores, com as disciplinas que estavam voltadas para a licenciatura e o próprio curso de pedagogia onde toda a política e ideologia cristã encontrariam espaço e clientela para sua expansão"(p.10).

Na década de 40, a Faculdade de Filosofia ofertava os cursos de Filosofia, Química, Matemática, Letras, Geografia e História³⁸, História Natural, Ciências Sociais e Pedagogia. Os cursos estavam distribuídos em quatro Departamentos principais – de Filosofia, de Ciências, de Letras e de Pedagogia. Note-se que o Departamento de Ciências abrigava os cursos de Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, e Ciências Sociais. "As disciplinas incluídas no currículos dos cursos regulares constituíam matéria de 46 cadeiras criadas, cada uma a cargo de um professor catedrático"³⁹.

Devido ao seu caráter jurídico privado, a FFCL contava com os recursos oriundos da contribuição mensal de seus alunos. No entanto, o corpo discente limitado financeira e numericamente apresentava graves dificuldades para o finalizar seus estudos: "o custo da formação, independente da qualidade do ensino e do mercado de trabalho, era bastante significativo" (FURTADO, p.4). Até 1950, pelo menos, as tentativas de auxílio aos estudantes - como a realização de provas de seleção gratuitas, por exemplo - não incentivavam o número escasso de matrículas e de conclusões de curso⁴⁰. Exemplo gritante desta situação é o "curso de ciências sociais [que] só teve cinco alunos matriculados em 43, dos quais apenas três se formaram em 45, sem que não houvesse mais matriculados até 1947"(p.3)⁴¹.

³⁷ "Necessário é assinalar, para consolidação da nascente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do curso de Filosofia realizado pelo Círculo de Estudos Bandeirantes, que reunia *intelectuais católicos*, e prelecionado pelo Padre Jesus Ballarin, nos anos de 1934, 1935, 1936 e 1937" (grifo nosso) (WESTPHALEN, 1988, p.7-8).

³⁸ 'Geografia e História' perfazia um só curso de graduação. Sobre a cisão, ocorrida apenas em 1964, entre os cursos de Geografia e de História ver MOELLER; MARANHÃO (2002).

³⁹ WESTPHALEN (1988, p.23).

⁴⁰ FURTADO destaca as despesas materiais com a colação de grau como um dos grandes empecilhos a conclusão dos discentes da Faculdade de Filosofia. Ver FURTADO (p.4-5).

⁴¹ "... então, porque o programa [do curso de ciências Sociais] era esse, como a escola... como não tinha o número suficiente de alunos para poder pagar os professores, eles não abriram o curso" (WESTPHALEN, 2002).

Grande parte dos catedráticos da Faculdade de Filosofia provinha das Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina. Segundo dados obtidos, em 1946 a Faculdade de Filosofia contava em seu corpo docente com 38 professores. Deste total, as três qualificações profissionais que mais se destacam são: advogados, engenheiros e religiosos, com 32%, 26% e 21%, respectivamente⁴². Esta situação de transposição de docentes dos cursos estabelecidos para a, então, nova Faculdade de Filosofia se dá nas mais diversas áreas do saber. No âmbito das Ciências Sociais, por exemplo, estava o arqueólogo e antropólogo, José Loureiro Fernandes, catedrático de Antropologia e Etnologia Geral, que era graduado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁴³.

Ao final da década de 40, configura-se uma série de fatores que acabam por constituir uma primeira ruptura na estrutura administrativo-pedagógica da Faculdade de Filosofia. O primeiro destes fatores foi a integração da Faculdade de Filosofia à Universidade do Paraná que se deu com o movimento de 'restauração' desta última. A restauração foi uma tentativa política bem sucedida que se orientava no sentido de reagrupar, sob o nome de Universidade do Paraná, as Faculdades de Medicina, de Engenharia, de Direito e de Filosofia, Ciências e Letras. Este movimento se deu num contexto singular em que a quase totalidade das cátedras das diversas Faculdades se encontrava no domínio da elite política paranaense:

O Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras fora nomeado Interventor do Estado [trata-se de Brasil Pinheiro Machado]; o Professor Algacyr Munhoz Mäder, titular da cadeira de Geometria Analítica, fora nomeado para a Prefeitura Municipal de Curitiba; o Professor Flávio Suplicy de Lacerda, titular da cadeira de Análise Matemática e Análise Superior, fora designado para a Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas e o Professor Homero de Barros, titular da cadeira de História da Antiguidade e da Idade Média, fora designado para a Diretoria Geral da Educação do Estado do Paraná. O Professor Bento Munhoz da Rocha Netto, titular da cadeira de História da América, fora eleito deputado federal. (WESTAPHALEN, p.30-1).

Observando-se tal conformação, é possível afirmar que inexistiu uma diferenciação evidente, pelo menos até 1940 no Paraná, entre as posições profissionais de 'acadêmico' e de 'político'. Este parentesco entre atividade política e

⁴² Ver: WESTPHALEN (1988, p.80).

⁴³ Como observa Furtado, a indiferenciação disciplinar entre Antropologia Física, Arqueologia e Medicina fora estimulada dentro de um discurso modernista, cujo interesse se voltava de forma *antropobiológica* às manifestações populares e culturais. Dentre alguns dos conteúdos principais ministrados por Loureiro, Furtado destaca: "1-Antropologia: definição, esboço histórico; 2- Caracteres diferenciais entre o homem e os antropóides; 3- Caracteres diferenciais nas raças humanas. Estrutura; 4- Pele. Corte a microscópio"(p.18).

intelectualidade fica exposto, indiretamente, nas palavras de Westphalen: “a restauração, sem dúvida, fora possível graças ao prestígio político de seus professores”(1988, p.30)⁴⁴. Entretanto, ainda que tal movimento tivesse efeitos significativos para a estruturação administrativa da FFCL, não dava conta de outros problemas - como o espaço físico, por exemplo⁴⁵ – que se faziam sentir uma década após sua criação; em 1948, a Faculdade de Filosofia não tinha uma sede própria e continuava funcionando no edifício do atual Ciclo de Estudos Bandeirantes, locado dos Irmãos Maristas (UBEE).

O ponto culminante da crise financeira tem como desfecho, no ano de 1950, o cruzamento de dois deslocamentos operados no perfil científico da Faculdade e no estatuto jurídico da Universidade: de um lado, a criação do ‘Instituto de Pesquisa’, e a federalização da Universidade do Paraná, de outro, criaram uma situação que viria a afetar de forma profunda a estrutura administrativo-pedagógica da Faculdade de Filosofia⁴⁶.

O Instituto de Pesquisa refletia a crise por qual passava a FFCL, durante os anos de 1949 e 50 – período em que a entidade mantenedora dos Irmãos Maristas não entrava em acordo com a Congregação da Faculdade e, quando, por quase cinco meses todos os professores catedráticos não receberam seus salários – e fora criado com objetivo de ser um espaço de pesquisa científica⁴⁷. Note-se que este espaço de pesquisa, estando atrelado ao Museu Paranaense, através do qual provinham as verbas do governo estadual, e à Universidade do Paraná, funcionava

⁴⁴ “Paulo Soares, o primeiro professor, de história moderna contemporânea foi o Francisco de Paula Soares, irmão desse cara, que era a época, major do exército, depois chegou a coronel . Um homem muito importante aqui na história política, do Paraná, que foi ele que presidiu o banco do estado e o instituto brasileiro do café...” (WESTPHALEN, 2002).

⁴⁵ “... aí [a Faculdade de Filosofia] foi funcionar no porão casa do Loureiro, que não existe mais, até a pouco tempo existia ali na rua José Loureiro, que tinha na casa antiga, um porão alto, que era, por muitos anos, o consultório” (WESTPHALEN, 2002).

⁴⁶ “A Faculdade de Filosofia era muito recente, e havia aberto a vaga em trinta e, no nosso meio, particularmente, ela era trinta e oito e, então, a gente queria a Faculdade de Filosofia. Entramos para a Filosofia, um grupo que saiu da escola normal... outros saíram da escola secundária (murmúrios)..., umas sete moças. E mantivemos esse grupo... e íamos viajar... ia pra lá, pra cá... Nos formamos e, o nosso curso, na Faculdade de Filosofia, foi enquadrado por dois acontecimentos sobre (não inteligível). Primeiro: a restauração da Universidade do Paraná, segundo: a federalização da Universidade do Paraná. O ano em que nós entramos, estava sendo restaurada a Universidade, e o ano que nós saímos, estava sendo federalizada...” (WESTPHALEN, 2002).

⁴⁷ “Sem dúvida que o IP [Instituto de Pesquisa] proporcionou um grande impulso às atividades extracurriculares com os recursos financeiros que viabilizavam publicações e asseguravam a presença de professores e alunos em congressos, bem como a participação em bancas concursos. A socialização do conhecimento produzido foi incentivada para alunos de Ciências e de Letras que se mantiveram regulares. As demais publicações ficaram a cargo de pesquisadores das áreas de zoologia, genética, literatura e sociologia” (FURTADO, 1999, p.63).

como um órgão universitário independente que possibilitava, indiretamente, a segurança material de seus agentes de pesquisa⁴⁸.

A mudança no estatuto jurídico que extinguiu a Universidade do Paraná e criou a Universidade *Federal* do Paraná ocorreu em junho de 1950. A campanha pela federalização da Universidade foi resultado de uma articulação política dirigida diretamente entre a elite político-econômica curitibana e o Ministério da Educação⁴⁹. Para a Faculdade de Filosofia dois são os reflexos diretos oriundos da federalização: por um lado, a possibilidade de uma autonomia material tanto para o corpo docente como o corpo discente, além da necessidade de adaptação à legislação nacional.

Vale notar, entretanto, que a dependência material da Faculdade de Filosofia em relação à administração católica dos Irmãos Maristas se fez notar longamente. A ideologia católica fora, por meio dos agentes de difusão pedagógica, assegurada, e por poucas vezes combatida, dentro da Faculdade. Um exemplo significativo desta influência é “Homero de Barros que dirigiu a FFCL por dezesseis anos consecutivos de 1951 a 1968”; como afirma Furtado, “um dos grandes preservadores e incentivadores dos ideais cristãos na Faculdade (...) [que via] *as altas finalidades* do Ensino Superior no sentido de congregar e definir *no meio universitário a concepção católica de vida*”(p.10). Como veremos esta variável *eclesiástica* se fez notar, inclusive, no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, órgão universitário que substituiu, em decorrência da ‘Reforma de 1968’, a Faculdade de Filosofia.

Durante a década de 50 e 60, o embate significativo desenrolado na Faculdade de Filosofia está expresso numa oposição entre dois grupos político-ideológicos: os ‘católicos-clericais’⁵⁰, por um lado, que asseguravam o monopólio do magistério das cátedras, por meio de recursos como *notório saber*, contra os ‘liberais

⁴⁸ “A criação do Instituto de Pesquisa veio a facilitar, não só o auxílio aos trabalhos dos pesquisadores do Museu Paranaense e das Cátedras da Faculdade de Filosofia, como também de alguns elementos estranhos a essas Instituições, dentro dos escassos recursos de suas verbas” (FURTADO, p.20).

⁴⁹ “Mobilizam-se as forças paranaenses, culturais e políticas neste sentido e, assim, a 4 de dezembro de 1950, por dispositivo da Lei nº1.254, era federalizada a Universidade, integrada pelas Faculdades de Direito, engenharia, Medicina, Filosofia, Ciências e Letras, e Faculdades de Ciências Econômicas que desde 1945 funcionava anexa à Faculdade de Direito e que se incorporara a Universidade em março de 1950” (WESTPHALEN, 1988, p. 35).

⁵⁰ Cabe destacar que esta influência católica aparece como sinônimo de uma ideologia anti-comunista, difundida e difusa por praticamente todas as obras de celebração produzidas em torno da esfera universitária. Neste sentido, se destacam as figuras da elite política paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto, catedrático de Sociologia e Flávio Suplicy de Lacerda, reitor da UFPR de 1949 a 1964 e de 1967 a 1971. Neste sentido, Westphalen afirma que “Flávio Suplicy pregava a vigilância da Universidade, sobretudo constatando que, no Brasil, os esquerdistas tinham trânsito livre, para idéias e ações, e que a agitação marxista invadira a sociedade nacional”(1987, p.112).

anticlericais', de outro, que pleiteavam *cientificamente* os processos de seleção para as cátedras bem como para outros títulos da carreira docente. É possível localizar o ponto culminante desta oposição no incidente que envolve uma prova de docência-livre, ocorrida no ano de 1953, na qual o professor Padre Luigi Castagnola fora aprovado utilizando-se do recurso de notório saber. A utilização deste tipo de recurso foi alvo de duras críticas por parte da revista paulistana Anhembi cuja coleção foi removida da Biblioteca da Faculdade de Filosofia. Este episódio, envolvendo o professor

De forma genérica, é possível elencar algumas características constitutivas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná: ela é, em certa medida, expressão da gênese precária de um mercado local de bens simbólicos⁵¹, cujo reflexo é visto notadamente na defasagem e na debilidade institucional, decorrentes de sua dependência material⁵². Esta situação quase duradoura, estendida até mesmo após sua federalização, fora reforçada pelos laços de dependência ora eclesiásticos⁵³ ora políticos⁵⁴, um e outro, componentes típicos de uma elite dominante local, ambos típicos do denominado 'Paraná Tradicional'⁵⁵. Em suma,

⁵¹ "A sociedade estava em expansão [?] da guerra (inteligível)... Paraná em expansão, precisava de escolas... A escola primária não bastava mais. Mas não tinham professores pras escolas... A profissão era só o padre, o advogado e o médico... e mais ninguém." (WESTPHALEN, 2002).

⁵² "A criação do Instituto [de Pesquisa, em 1950] foi possível graças à instituição de um fundo de pesquisas pelo Governo do Estado, tendo como principal finalidade o incentivo à investigação científica" (WESTPHALEN, 1988, p.33).

⁵³ "...dezembro de 1950, já federalizada a Universidade, era registrada pela Congregação a rescisão de contrato com a União Brasileira de Educação e Ensino (...) ficou acertado que, por dois anos, a Faculdade de Filosofia continuaria a funcionar nos prédios do Instituto Santa Maria" (WESTPHALEN, 1988, p.36-7)

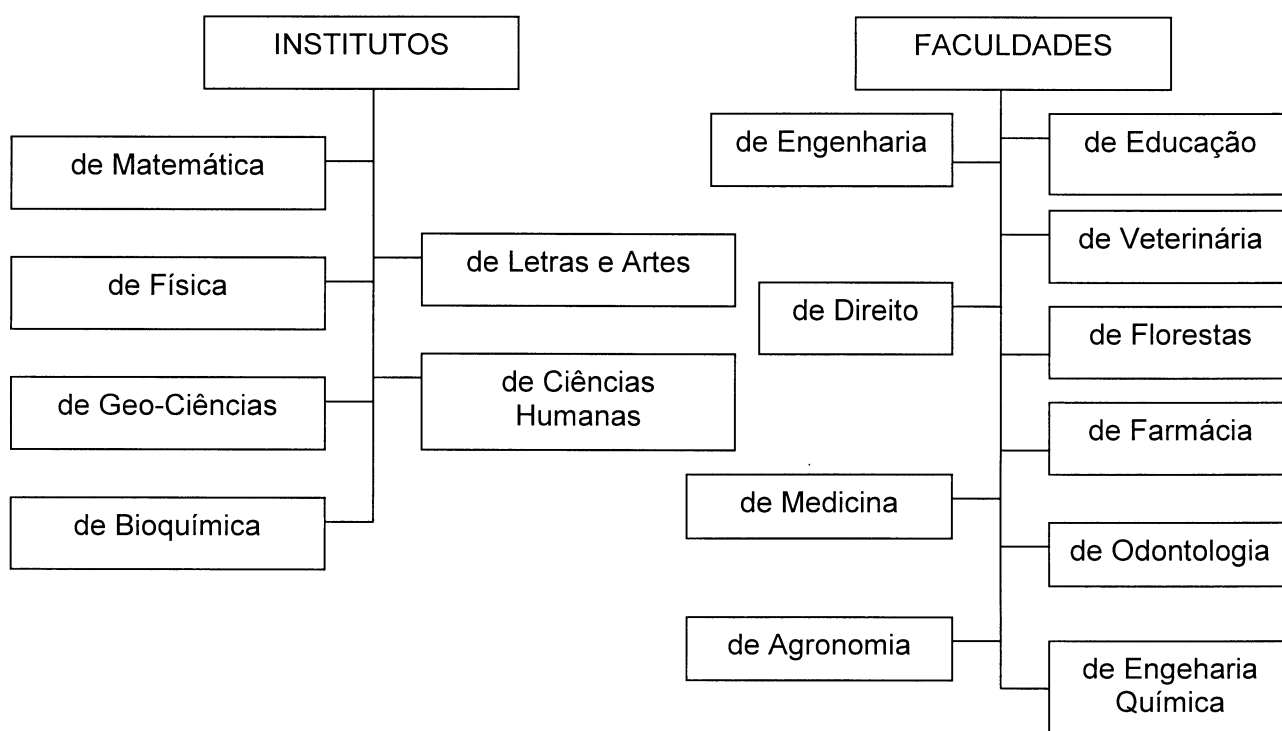
⁵⁴ "Ela [A Faculdade Filosofia] começou a funcionar, onde hoje é, a Câmara Municipal, lá da situação, aí, é do estado aquele, era, aí quando o Omar [Gonçalves da Mota] brigou com o [Manuel Ribas]. O [Governo do] estado tirou claro, aí foi funcionar no porão casa do Loureiro, que não existe mais, até a pouco tempo existia ali na rua José Loureiro, que tinha na casa antiga, um porão alto, que era, por muitos anos, o consultório" (WESTPHALEN, 2002).

⁵⁵ O termo historiográfico 'Paraná Tradicional', cunhado inicialmente por Altiva Balhana e Brasil Pinheiro Machado, consagrados historiadores paranaenses, designa a primeira região colonizada no Paraná, "a comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto curitibano, ocupou todas as terras de campo que (...) vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais..." (1968, p.2). No discurso historiográfico, o 'Paraná Tradicional' aparece em contraposição ao 'Paraná Moderno', cuja área corresponde geograficamente às regiões norte e sudeste do Paraná. Esta divisão é, por eles, operada em função das 'comunidades paranaenses', título do mapa que segue em anexo. Para narrar a 'História do Paraná' tal divisão aparece no 'plano da obra', uma espécie de sumário remissivo: "0.0 Introdução. 1.0 Paraná Tradicional. 2.0 Paraná Moderno" (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969). Vale aproximar os símbolos estamentais de 'tradicional' e de 'clássico', relacionando o discurso historiográfico com o prefácio à 'História do Paraná', escrito por Bento Munhoz da Rocha Neto, intitulado 'Da necessidade de divulgação da história paranaense': "Tomemos o exemplo do café [do norte paranaense] que alterou a fisionomia clássica do Paraná" (1969, p.11).

para seus idealizadores locais foi fundamental “o papel por ela desempenhado na formação dos quadros para o magistério, para a criação da mentalidade e dos ofícios da pesquisa científica e desinteressada e no aprimoramento da cultura”⁵⁶.

Acompanhando a trajetória institucional da Faculdade de Filosofia é possível observar como a Reforma Universitária de 1968 foi, talvez, um desfecho extremo dentro de um conjunto de quase ininterruptas discontinuidades que atravessaram a Faculdade. A força impositiva que contornou os moldes da Reforma acabou por desfazer completamente a estrutura organizacional da Faculdade de Filosofia, que em 1971, desembocou na formação, de um lado, do Instituto de Letras e Artes e, de outro, do Instituto de Ciências Humanas. A área do conhecimento das denominadas ciências naturais foi dividida perfazendo outros Institutos e Faculdades de Ensino. Como veremos, esta tentativa de adequação às pressões reformistas, com a formação dos Institutos, não logrou consolidar-se. A partir de 1974, na Universidade Federal do Paraná ficava estabelecida a divisão burocrática tendo os ‘Setores’ como unidades acadêmico-administrativas.

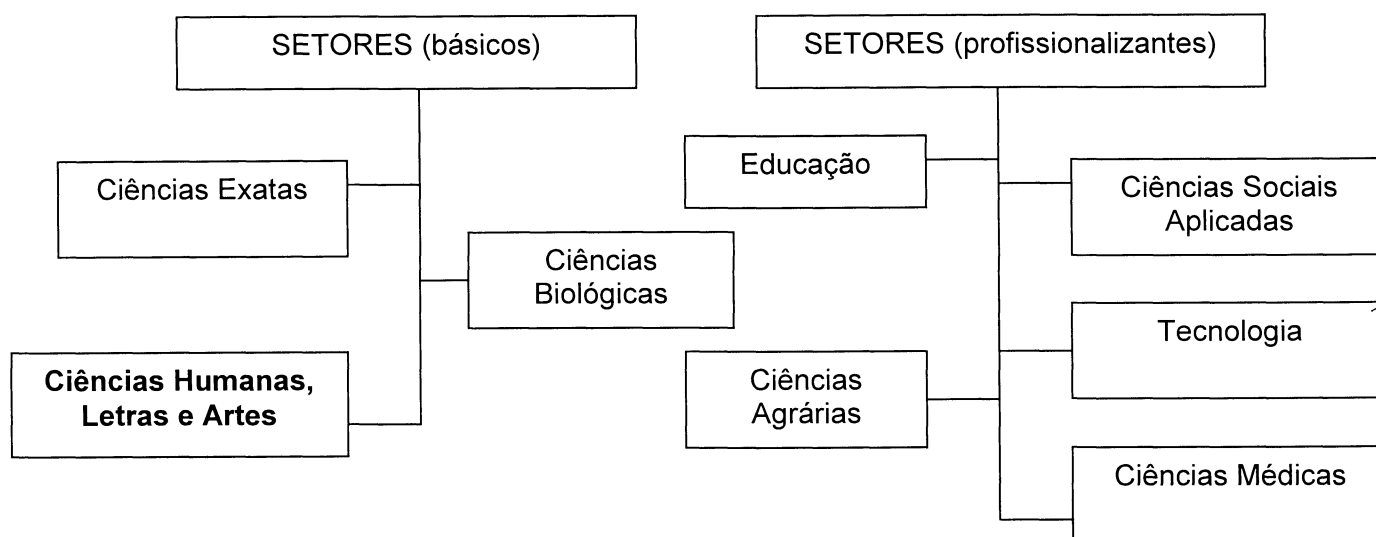
FIGURA 1: DIVISÃO ACADÊMICO-BUROCRÁTICA DA UFPR, 1971.



FONTE: SZWAKO. Pesquisa de campo, UFPR, 2005.

⁵⁶ WESTPHALEN (1988. p.8).

FIGURA 2: DIVISÃO ACADÊMICO-BUROCRÁTICA DA UFPR, PÓS-1973



FONTE: SZWAKO. Pesquisa de campo, UFPR, 2005.

3.2 UMA RUPTURA NA ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA

É no escopo das transformações estruturais pelas quais a sociedade brasileira passou durante as décadas de 50 e 60, mais especificamente os mecanismos de interdependência que deram forma à inserção da economia brasileira no capitalismo internacional, que o ensino superior brasileiro se modernizou, vale dizer, *foi* modernizado. Dentre os principais fatores que motivaram, direta ou indiretamente, a modernização da universidade brasileira selecionamos a política doutrinário-ideológica que orientou a reforma educacional *latu sensu*; a ação do movimento estudantil enquanto demanda ou pressão sócio-escolar e; as respostas do Estado autoritário à *crise* da universidade brasileira. A idéia comum às análises históricas empreendidas pelos autores reunidos concebe – mesmo que a partir de perspectivas diversas – a mudança político-econômica, iniciada na década de 50 e aprofundada a partir do fim dos anos 60, como responsável pela reformulação da função do próprio Estado brasileiro, tomando como objeto central de análise os reflexos sociológicos decorrentes da política educacional do período.

Podemos caracterizar o período que vai de 1945 até o início da década de 60 pela aceleração e diversificação do processo de substituição de importações, vale dizer, pelo ritmo de desenvolvimento provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico no País. Politicamente, essa fase é marcada pelo Estado

populista ou nacional-desenvolvimentista, representante de uma aliança instável entre um empresariado nacional dependente e setores populares cuja aspiração a posições no campo econômico estaria em função daquele empresariado⁵⁷. Tomando outra perspectiva analítica, Graciani aponta como a constituição de uma esfera de produção e consumo especializados, resultante do processo de industrialização e de urbanização, consolidou as camadas médias na estrutura social brasileira, sendo caracterizadas pela ocupação de novas profissões, novas funções dentro da divisão do trabalho⁵⁸.

Neste cenário de expansão econômica, a política educacional está fundamentada no binômio educação/desenvolvimento. Entretanto, este binômio não se conforma como um sinônimo, ou seja, educação não é igual a desenvolvimento. A educação é, sobretudo, instrumento do desenvolvimento sendo que ambos são condicionantes recíprocos. A ideologia baseada na antinomia desenvolvimento/subdesenvolvimento tem suas várias repercussões em oposições homólogas e antitéticas tais como arcaico-moderno, rural-urbano, agrário-industrial, sociedade estagnada-sociedade dinâmica, dentre outras. A mobilização e justificação ideológicas da estrutura política tinham, necessariamente, de remeter-se às necessidades do crescimento econômico. “A educação, frente a este contexto, possui na sociedade tradicional a função de conservação do tradicionalismo e, na sociedade moderna, a dimensão instrumental de servir ao processo produtivo” (GRACIANI, p.61).

Apesar do período de euforia desenvolvimentista, ao final da década de 50, começa-se a delinear uma nova polarização política desencadeada por uma crise no pacto populista: “as classes médias, profissionais liberais, forças armadas, pauperizadas pela inflação, sentem-se excluídas dos processos decisórios do Estado populista, que não mais representa seus interesses”(FREITAG, p.55). A própria LDB, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, de 1961, espelha as contradições – não restritas à sociedade civil, mas inclusive – entre grupos de poder dentro do Estado⁵⁹.

No que diz respeito ao ensino superior, a Lei nº4.024/61, de dezembro de 1961, definiu apenas parâmetros educacionais vagos e inconsistentes, reunindo

⁵⁷ Ver GRACIANI (1982), p.55.

⁵⁸ Ver FREITAG (1980), p.54-6.

⁵⁹ Ver SAVIANI (1987), p.47.

alguns clichês educativos que serviriam de base para uma reformulação do sistema universitário. De acordo com Saviani, isto se deve à polarização, expressa nos embates entre grupos hegemônicos defensores da escola pública e da escola privada, antecedente a sua promulgação. Neste sentido, a LDB pode ser vista como a resultante de forças convergentes entre grupos dominantes, isto é, como uma ‘estratégia de conciliação’⁶⁰.

Questões relativas à estrutura e funcionamento das universidades brasileiras – como por exemplo, a unidade catedrática de ensino e o vestibular fragmentado – são citados de forma pouco profunda na lei nº 4.024/61. Dada a centralidade do embate ensino público *versus* ensino privado e a omissão quase total de uma possível reestruturação no ensino superior, podemos concluir, com Fávero, que a própria LDB é apenas “*um dos sinais de grande contradição existente, na ocasião, quanto às universidades brasileiras*”(grifo nosso) (p.54).

Desde um ponto de vista institucional, apesar da LDB aparecer como um sintoma latente do movimento de modernização do ensino superior brasileiro, é possível afirmar que o ápice deste movimento se deu com a criação da UnB⁶¹. O ‘Plano Orientador da Universidade de Brasília’, elaborado por uma equipe dirigida por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, pode ser considerado um embrião da Reforma Universitária de 68: a integração entre ensino e pesquisa; os princípios de autonomia, flexibilidade e integração; a estruturação departamental; dentre outros, são a base de uma série de propostas daquele projeto⁶².

Estes dois eventos históricos, a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a criação da Universidade de Brasília, se compreendidos dentro de um processo mais amplo de expansão sócio-econômica que lhe serve de base, tornam explícita a situação de estagnação em que se encontrava a

⁶⁰ “O título ‘Da liberdade de ensino’ não constava do projeto original. Foi introduzido pelo substitutivo Lacerda e mantido, embora com redação alterada, no texto da lei. Em contrapartida, o título ‘Dos sistemas de ensino’, que constava do projeto original, fora eliminado no substitutivo Lacerda mas mantido no texto da lei. Tal fenômeno também traduz a intervenção da estratégia de ‘conciliação’ uma vez que o título da liberdade de ensino era uma reivindicação da iniciativa privada, ao passo que o título referente aos sistemas de ensino implicava a precedência da iniciativa do poder público”(SAVIANI, p.65).

⁶¹ Instituída pela Lei nº3.998, de dezembro de 1961.

⁶² “Foi por volta de 1961 que o projeto da Universidade de Brasília – elaborado por Darcy Ribeiro – foi colocado em prática e que serviria mais tarde como modelo de reestruturação de todas as universidades brasileiras. A Universidade de Brasília é reflexo do modelo nacional-desenvolvimentista, uma vez que se tenta implantar a partir dos parâmetros da autonomia científica e tecnológica”(GRACIANI, p.63).

universidade brasileira: “culturalmente, por não ter repertório da cultura nacional e por não se preocupar com a pesquisa; profissionalmente, por não formar profissionais para atender às exigências da realidade do país”, e de forma mais grave, “socialmente, pelo caráter antidemocrático do acesso ao ensino superior, bem como por formar profissionais individualistas, sem a maior preocupação com os problemas da sociedade”(FÁVERO, p.62).

É neste contexto que a participação do movimento estudantil se consolida como um agente de reivindicação e transformação sociais. Inicialmente restrita aos círculos intelectuais, a discussão sobre a incapacidade estrutural da universidade em responder às necessidades sociais extrapola o espaço acadêmico, consolidando-se através dos seminários estudantis realizados pela União Nacional dos Estudantes, UNE⁶³.

Os temas debatidos nestes seminários giravam em torno tanto de problemas sociais brasileiros, designados por ‘realidade brasileira’, quanto de questões críticas que davam corpo a um programa para reforma universitária. A trajetória dos debates estudantis, que questionavam desde a autoridade catedrática até a autonomia universitária, permaneceu constantemente permeada pela necessidade de reconhecimento e de participação democrática e efetiva nos processos decisórios internos à Universidade. Baseada nas análises de Ianni e Forachi⁶⁴, Fávero visualiza, como, apesar de não ter alcançado seus objetivos principais, o movimento estudantil constituiu uma peça central na mobilização da opinião pública brasileira, não apenas no que diz respeito aos problemas da Universidade, mas também no que tange a questões político-sociais cuja problematização, à época, era urgente.

Isto dado, configura-se como produto do cruzamento de múltiplos fatores históricos a chamada *crise universitária*⁶⁵. Passamos agora à Reforma Universitária,

⁶³ “Entre outros, cabe salientar: a) o 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária, promovido pela União dos Estudantes (UNE) e realizado em Salvador, entre 20 e 27 de maio de 1961, do qual resultou a chamada ‘Declaração da Bahia’; b) o 1º Seminário da Região Sul, realizado imediatamente após o Seminário em Salvador, em Porto Alegre, no mês de junho de 1961, resultando dos debates sobre a Universidade nessa região a declaração ‘Diretrizes para uma Universidade Sulina’; c) o 2º Seminário Nacional da Reforma Universitária, promovido também pela UNE, em Curitiba, de 20 a 27 de março de 1962, do qual resultou a ‘Carta do Paraná’; d) a ‘greve do 1/3’; e) o 3º Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado pela UNE em Belo Horizonte em 1963”(FÁVERO, p.45).

⁶⁴ Apud FORACCHI, M. *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965. IANNI, O. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio: Civilização Brasileira, 1975.

⁶⁵ “A Universidade do Paraná acompanhava atentamente a grave crise política que se preparava no país e que conduziria à Revolução de 1964. Já, em 1962, o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, alertava para os prenúncios da destruição da liberdade no País. (...) Desta maneira, da Universidade devia

tomando-lhe – no seu conjunto de mecanismos legais, não restritos a Lei nº 5.540/68 – na condição de resposta do regime de Estado autoritário à *crise*.

3.3 A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968

É com o ‘Golpe de 64’ que o processo de reestruturação dos sistema de ensino brasileiro, considerado em todos seus níveis, toma corpo em sua concepção, elaboração e execução⁶⁶. Facilitada e justificada pelo processo de estagnação econômica, a ‘revolução’ de 64 liquidou a ‘democracia populista’, caracterizada por sua base ideológica nacional-desenvolvimentista, passando a implantar uma base de poder político repressor e reformista. Entretanto, em contraposição à ideologia do período antecedente, o regime ditatorial estabelece uma doutrina de interdependência, pregando a ‘Aliança para o Progresso’, como alternativa sócio-econômica para a *crise* pela qual atravessava o Brasil.

A difusão desta doutrina da interdependência, percebida em *slogans* como cooperação, racionalização, e importação de modelos, encontrou graves resistências nos movimentos sociais de diversos setores da sociedade brasileira. Os mecanismos ideológicos de implantação e difusão acionados pelo regime militar passaram a cercear e reprimir, por meio da violência, como se sabe, associações, sindicais, estudantis, agências culturais e instituições educacionais⁶⁷.

Como observa Saviani, também a Lei nº5.540/68, chamada ‘lei da reforma’, é reflexo do processo político, caracterizado pelo ‘autoritarismo desmobilizador’, baseado na manutenção da ordem social: “a responsabilidade, a eficácia à base da legalidade e normatização de regras [portanto] só poderiam ser assegurados por

partir a campanha pela maior proeminência do Paraná, levando ao Brasil ‘um evangelho cívico... autêntico, simples, sincero e corajoso. (...) Na cúpula do movimento revolucionário de 1964, Flávio Suplicy de Lacerda, Reitor da Universidade do Paraná, assumia a direção do Ministério da Educação e Cultura”(WESTPHALEN, 1987, p.112).

⁶⁶ Freitag observa como três meses após a instalação do regime militar, numa declaração do Presidente aos Secretários de Educação de todos os Estados, Castello Branco evidencia uma urgência em *ordenar* a educação no País. Ver FREITAG (p.78).

⁶⁷ “Foi a partir desse contexto histórico que pudemos compreender o autoritarismo (dirigismo) e o exercício de poder ditatorial impregnados no pensamento e nas ações desencadeadas após 64 pelo Estado. Foi em nome da organização, da eficácia e da racionalização, que instalou a ditadura no país e foi em seu nome que se destruíram e se liquidaram valores, anseios e lutas de várias parcelas da população brasileira, como foi o caso do movimento estudantil”(GRACIANI, p.66-7).

uma concepção de poder militar autoritário, que garantiria a ordem e a segurança nacional”(GRACIANI, p. 66).

A expressão político-doutrinária da ‘Aliança para o Progresso’ implicou, no que tange especificamente ao ensino superior brasileiro, em dois pontos fundamentais: os contratos técnico-culturais firmados entre os governos norte-americano e brasileiro, bem como o modelo de ‘racionalização de recursos’ que orientou a reforma universitária.

Dentre os diversos dispositivos governamentais que, entre 1964 e 68, propunham regras relativas à reformulação do ensino superior brasileiro, selecionamos apenas um convênio que, segundo Freitag e Graciani, reflete de forma nítida a concepção de educação implicada na ideologia do Estado autoritário: o acordo MEC/USAID (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development)⁶⁸.

Firmado em 23.6.65, entre o MEC, representado pelo Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, e a USAID, representada por seu diretor Stuar Van Dyke, o acordo teve como finalidade “o lançamento de bases sólidas para uma rápida expansão e uma fundamental melhoria do atual sistema do ensino [superior] brasileiro”(Acordo MEC/USAID, 1965). O documento cita como meta, no período de cinco anos, a ‘ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino superior’, possibilitada por meio da ‘criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional’⁶⁹. Uma equipe mista, composta de cinco membros de cada país, atuaria no sentido de executar o acordo, investigando tanto em nível estrutural as deficiências do sistema de ensino, quanto em nível operacional, vale dizer, desde a elaboração de currículos até a organização funcional-administrativa das universidades, passando pelos programas e concentração de pesquisa; tudo isso com vistas a sugerir medidas corretivas para o quadro constatado.

Este acordo, que teve sua continuidade assegurada por outro convênio no ano de 1967⁷⁰, foi alvo de severas críticas por parte da comunidade universitária brasileira, “a maioria delas se referiam à declaração de incompetência por parte do

⁶⁸ Cabe ressaltar, entretanto, que outras comissões e convênios foram elaborados neste mesmo período. é o caso do Plano ATCON e do Relatório MEIRA MATTOS, de 1965 e 67, respectivamente. Vale notar, ainda, que durante a década de 50, foram assinados outros convênios de cooperação cultural entre os governos norte-americano e brasileiro. Ver FÁVERO (p.55-64). Nos limites desta síntese, pareceu-nos suficiente tratar do convênio MEC/USAID.

⁶⁹ Acordo MEC/USAID, 1965.

⁷⁰ ‘Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, 1967’.

Brasil em aceitar tal situação, assim como ao atestado de ‘dependência cultural’” (FÁVERO, p.59). O que se observa, de forma implícita, nesta série de acordos é uma concepção de educação produzida no contexto de interdependência, seja ela econômica ou cultural⁷¹.

As sugestões oferecidas pela USAID respondiam diretamente às pressões estudantis; sendo, a ampliação da capacidade de absorção e o sistema departamental, sem dúvida, os pontos fundantes da reforma que estaria por vir. No entanto, o critério subjacente à implantação desse *moderno* sistema de ensino é a visão racional-instrumentalista cujo suporte advinha do modelo norte-americano de universidade. Seguindo o critério básico de racionalização e não-duplicação de recursos, humanos ou materiais, a reforma universitária poderia dar conta ao mesmo tempo da demanda sócio-escolar, que pressionava *de baixo*, e reorganizar *racionalmente* a estrutura e o funcionamento da Universidade⁷².

Devido à ampla mobilização estudantil e aos intensos embates ocorridos tanto dentro como fora da Universidade, em julho de 1968, o Governo brasileiro criou, pelo Decreto nº62.937, o ‘Grupo de Trabalho da Reforma’, tentando assim buscar soluções imediatas para a crise universitária⁷³. De acordo com o decreto que o instituiu, o Grupo de Trabalho tinha como objetivo “estudar a reforma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país”(Decreto nº62.937/68). Freitag observa a forma violenta

⁷¹ “Após 1964, cortadas aquelas alternativas e agravados os problemas em decorrência da adaptação do modelo econômico que, com o esgotamento do processo de substituição de importações, assume progressivamente as características de capitalismo de mercado associado-dependente, torna-se a própria universidade o palco e o alvo das reivindicações reformistas. Em contrapartida, o governo tomava algumas medidas visando enquadrar o movimento estudantil e a universidade nas diretrizes do novo regime. é o caso da Lei nº4.464/65, que regulamentava a organização, o funcionamento e a gestão dos órgãos de representação estudantil, bem como a assinatura dos chamados ‘acordos MEC/USAID’. Tais medidas, orientadas que eram pela doutrina da interdependência, obviamente entravam em conflito com a orientação nacional-desenvolvimentista seguida pelas reivindicações estudantis. A Universidade transformou-se, assim, no único foco de resistência manifesta ao regime, desembocando na crise 1968”(SAVIANI, p.86)

⁷² Freitag aponta a expansão do ensino superior privado como co-responsável pela absorção do ‘excedente’ escolar; de forma que, desta perspectiva, a Reforma não fez senão aumentar as distâncias escolares entre a burguesia nacional e as camadas populares. Ver FREITAG (p.112).

⁷³ “Nessas circunstâncias, os estudantes, levando ao extremo as suas pretensões, decidiram fazer a reforma pelas próprias mãos. No mês de junho de 1968 eles ocuparam as universidades e instalaram cursos-piloto, ficando algumas escolas sob o controle dos alunos durante o mês de julho e praticamente todo o segundo semestre. É nesse quadro que o governo, como que raciocinando em termos de ‘ façamos a reforma antes que outros a façam’, apressou-se a desencadear o processo baixando em 2 de julho, portanto no auge da crise estudantil, o Decreto nº62.937, que instituiu Grupo de Trabalho da Reforma Universitária”(SAVIANI, p.86).

como este grupo foi constituído, excluindo estudantes e professores universitários do processo de concepção de Universidade e de elaboração de medidas que orientariam a Reforma. “No Brasil a *solução* foi encontrada em menos de 60 dias (...) alguns *experts* americanos e especialistas brasileiros, cooptados à sociedade civil, restringiram a formulação de artigos e parágrafos que regulamentariam a vida acadêmica de uma nação de mais de 100 milhões de habitantes”(FREITAG, p.86).

De forma genérica, pode-se afirmar que a conclusão fundamental apontada pelo Grupo de Trabalho baseia-se numa oposição complementar entre racionalização das estruturas e democratização do ensino: a reorganização do sistema universitário é processada nos termos de uma racionalidade técnico-profissional, sendo possibilitada pela “criação de estruturas orgânicas e flexíveis em lugar de cátedras e unidades autônomas”(Relatório, 1968). As medidas práticas destacadas do Relatório refletem o anseio de uma alteração profunda das estruturas acadêmico-administrativo até então vigentes⁷⁴.

Dentre as medidas práticas, sugeridas pelo Grupo, para intervenção direta do Estado destacamos (1) a organização das universidades sob a forma de autarquia, fundação ou associação; (2) a unificação do concurso vestibular; (3) a estruturação de um ciclo geral na graduação; (4) a substituição do regime seriado pelo de matrícula por disciplina; (5) a implantação sistemática dos cursos de pós-graduação; (6) a expansão do ensino superior; (7) a instituição do sistema departamental e (8) a instalação dos colegiados e coordenações de curso. A concretização destas medidas se deu por meio da Lei nº5.540/68, que institucionalizava os mecanismos legais que deviam orientar a reestruturação organizacional, administrativa e acadêmica das universidades brasileiras. Apesar de não podermos realizar neste espaço uma análise detalhada de cada ponto acima elencado, cabe, ainda, ressaltar algumas das principais implicações históricas da implantação impositiva da Reforma Universitária de 68.

⁷⁴ “A universidade encontrava-se defasada – uma vez que toda modificação causada pelo desenvolvimento urbano-industrial não se refletiu no ensino superior que lhe deveria respaldar a nível da formação de pessoal técnico para inserção no mercado de trabalho; isso ocorria tanto a nível qualitativo, pois a universidade não formava recursos humanos gabaritados para exercerem funções técnicas nas empresas, como a nível quantitativo na medida em que o número de formados não correspondia às suas necessidades (...) A Reforma Universitária trazia consigo, portanto, uma esperança de alteração profunda no sistema universitário sugerindo caminhos para a ‘flexibilidade estrutural’ e a participação dos diferentes níveis da hierarquia nas decisões gerais sobre o destino da universidade e, mais particularmente, naquelas decisões que os atingiam mais diretamente na sua situação de trabalho”(GRACIANI, p.19-21).

A Lei nº5.540/68 incorporou as tendências ideológicas do Estado autoritário, dando ênfase ao princípio da não-duplicação de recursos, como fica evidente em medidas como a departamentalização, a matrícula por disciplinas, o sistema de créditos, etc, atreladas diretamente a uma visão técnica cujo fundamento eram a otimização, a eficiência e a produtividade no processo pedagógico. Entendida como 'agência de ensino', a Universidade idealizada pela Reforma faz uma apologia da organicidade estrutural e denota, implicitamente, as estratégias de controle operadas através da nova estrutura administrativo-pedagógica⁷⁵.

Desde uma perspectiva política, o Estado brasileiro pôde, por meio da Reforma, manobrar a pressão nas vias de acesso ao ensino superior e controlar de forma mais ou menos eficaz a atuação estudantil. Além do sistema de distribuição do conhecimento implicado no sistema de créditos que apartava os agentes universitários, de forma a desmobilizar o movimento estudantil e despolitizar o meio acadêmico, outros dispositivos propriamente ideológicos foram posteriormente acionados; é o caso das disciplinas 'Educação Moral e Cívica', no 1º grau, 'Organização Social e Política do Brasil', no 2º grau, e 'Estudo dos Problemas Brasileiros', no ensino superior, por exemplo⁷⁶.

Seguramente, a problematização a respeito da Reforma Universitária de 1968 não se limita aos aspectos aqui abordados. A questão que nos orienta a partir daqui são os efeitos advindos deste movimento e, principalmente, as formas singulares que tais efeitos assumem localmente. Antes de qualquer coisa, este esforço sintético possibilita introduzir e, principalmente, delinear historicamente as condições institucionais nas quais se insere nosso objeto de pesquisa.

⁷⁵ "A referida estratégia do 'autoritarismo desmobilizador' aplicada à educação refletiu-se, inclusive, na estrutura do ensino superior preconizada pela reforma. Com efeito, a lei instituiu a departamentalização e a matrícula por disciplina com o seu corolário, o regime de créditos, generalizando a sistemática do curso parcelado. Ora, tais dispositivos, aparentemente apenas administrativos e pedagógicos, tiveram, no entanto, o significado político de provocar a desmobilização dos alunos que, não mais organizados por turmas que permaneciam coesas durante todo o curso, ficaram impossibilitados de se constituírem em grupos de pressão capazes de reivindicar a adequação do ensino ministrado aos objetivos do curso"(SAVIANI, p.98).

⁷⁶ Ver FREITAG (p.90).

4 A POSIÇÃO DO CONSELHO SETORIAL

Para compreender os efeitos localmente produzidos pela Reforma universitária de 68, utilizamos as atas de reunião do Conselho Setorial do recém-constituído Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR. Como vimos, o Conselho Setorial era composto pelos chefes das unidades departamentais, outro órgão administrativo recém implantado, bem como pela Diretoria do Setor.

Enquanto espaço de decisões político-acadêmicas, o Conselho Setorial logrou reproduzir-se de forma mais ou menos intocada durante toda a década de 70. Como veremos no próximo capítulo, os mecanismos burocráticos acionados no sentido de controlar os fluxos de deslocamento interna e externamente ao Setor de Ciências Humanas foram decisivos para tal reprodução. Este repertório de dispositivos acionados, porém, não dá conta da complexa estruturação burocrática pela qual esta configuração social foi atravessada. Em certa medida, é possível afirmar que este circuito de trocas acadêmico-burocráticas, vale dizer, este 'sistema de garantias'⁷⁷ foi constituído por sobre o caráter racionalizante dessa estruturação – traço constitutivo de todo espaço burocrático.

Neste capítulo, delineamos através das fontes documentais a trajetória institucional do Conselho Setorial, circunscrita por dois eixos estruturantes: a concentração significativa dos temas abordados na 'Ordem do Dia' por gestão setorial; e os mecanismos de controle sobre o corpo discente do Setor. Tomamos, portanto, as relações expressas na 'ordem do dia' como reflexo do processo pelo qual atravessou toda a rede setorial.

O nexu sociológico aqui em questão trata de uma mudança disposicional, objetivada nas relações acadêmico-burocráticas do Conselho, entendido como uma posição possível na rede setorial. Trata-se, portanto, de objetivar uma mudança configuracional operada burocrática e, talvez, politicamente. Entretanto, antes de iniciar a exposição e análise do material coletado, iniciamos com uma observação a respeito da passagem dos Institutos para o Setor.

⁷⁷ Expressão utilizada por Weber(1989), em sua crítica 'Sobre a Universidade', para designar os mecanismos de controle vigentes no campo universitário alemão, a sua época

4.1 DOS INSTITUTOS AO SETOR

Compreendida, estritamente de um ponto vista cronológico, a fundação do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, enquanto sub-espço universitário-pedagógico, “como órgão de programação de execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão”⁷⁸, aparece possivelmente como uma incapacidade política de alocar os diferentes interesses em jogo mediante as regras legais impostas pela Reforma Universitária. Isto é, se iluminado cronologicamente, o estabelecimento do Setor de Ciências Humanas reflete, de forma mais ou menos direta, a fusão organizacional – cujo reflexo mais nítido é a junção das áreas do saber nos departamentos de ensino – dos interesses e interessados advindos, de um lado, do Instituto de Letras e do Instituto de Ciências Humanas, por outro.

Em 1971, o Instituto de Letras e Artes isoladamente contava com 6 departamentos de ensino: Departamento de Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas, Departamento de Letras Neo-Latinas, Departamento de Letras Anglo-Germânicas, Departamento de Lingüística e o Departamento de Artes, que foi constituído posteriormente “em virtude de, com [a] exceção de Teoria da Literatura e ainda com caráter precário, as disciplinas que o compõem, ainda não terem professores, por se tratarem de disciplinas novas a serem criadas com a Reforma Universitária”(ILA, 1970, p.6).

Por sua vez, à mesma época, o Instituto de Ciências Humanas contava também com o número significativo de 7 departamentos de ensino: Departamento de História, Departamento de Ciências Sociais, Departamento de Psicologia, Departamento de Filosofia, Departamento de Comunicação Social, Departamento de Antropologia e Departamento de Biblioteconomia – sendo que este último passou a fazer parte do Setor de Educação, em seguida da consolidação das novas Unidades Setoriais, após 1973.

Esta primeira tentativa de reestruturação organizacional foi, entretanto, reprovada pelo MEC⁷⁹. Da fusão entre os Institutos foi criado o SCHLA. Se atentarmos para a estrutura organizacional advinda desta fusão, salta aos olhos o número de departamentos que ficou resumido a 6 departamentos – número menor que o total de unidades departamentais constituintes do então extinto ICH.

⁷⁸ UFPR, 1974?, Art.3º.

⁷⁹ Ver, WESTPHALEN (1988, p.51).

FIGURA 3: DIVISÃO DEPARTAMENTAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, 1973

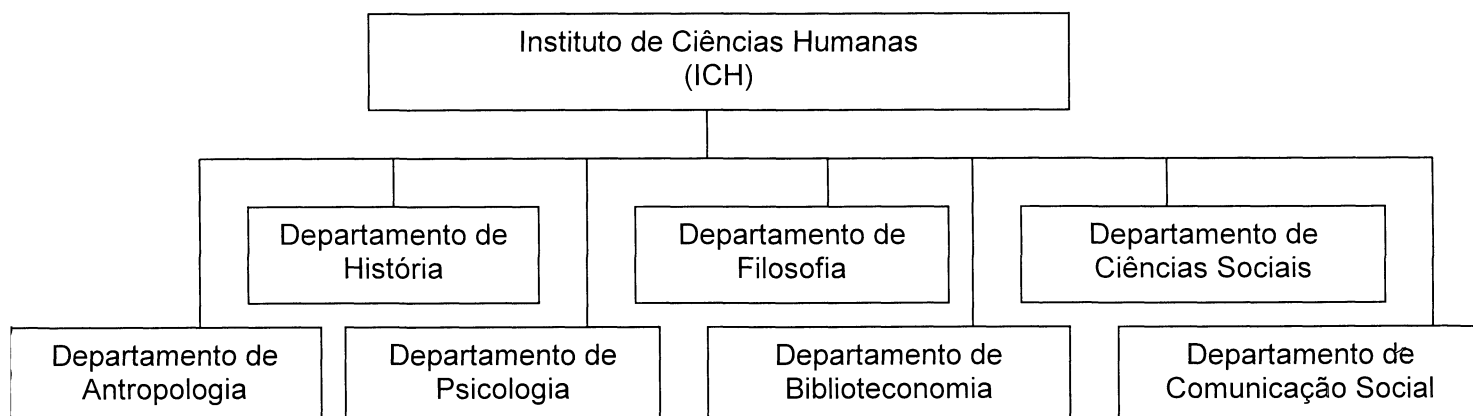
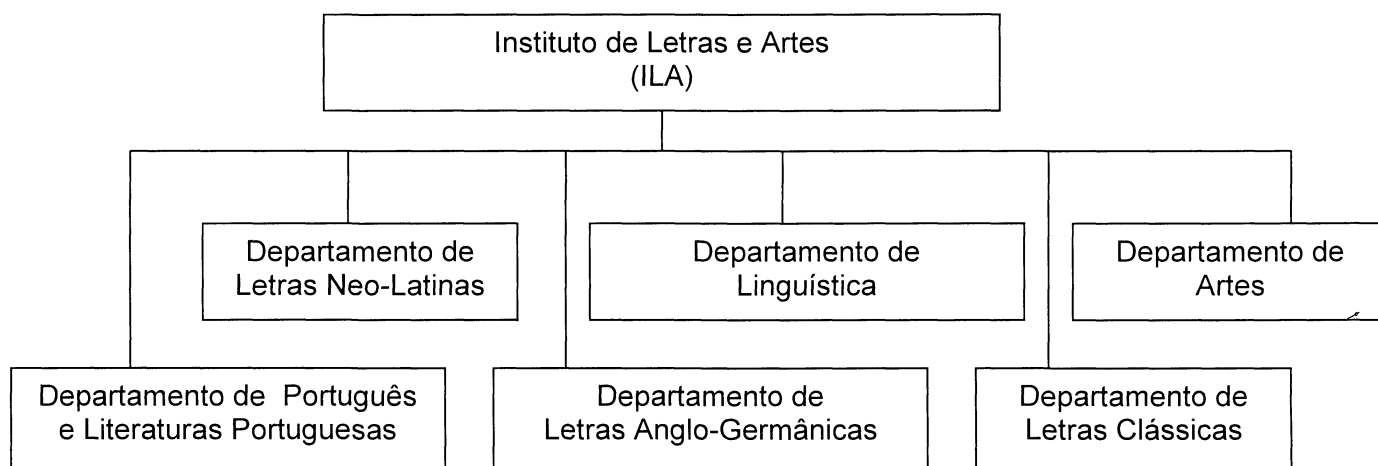
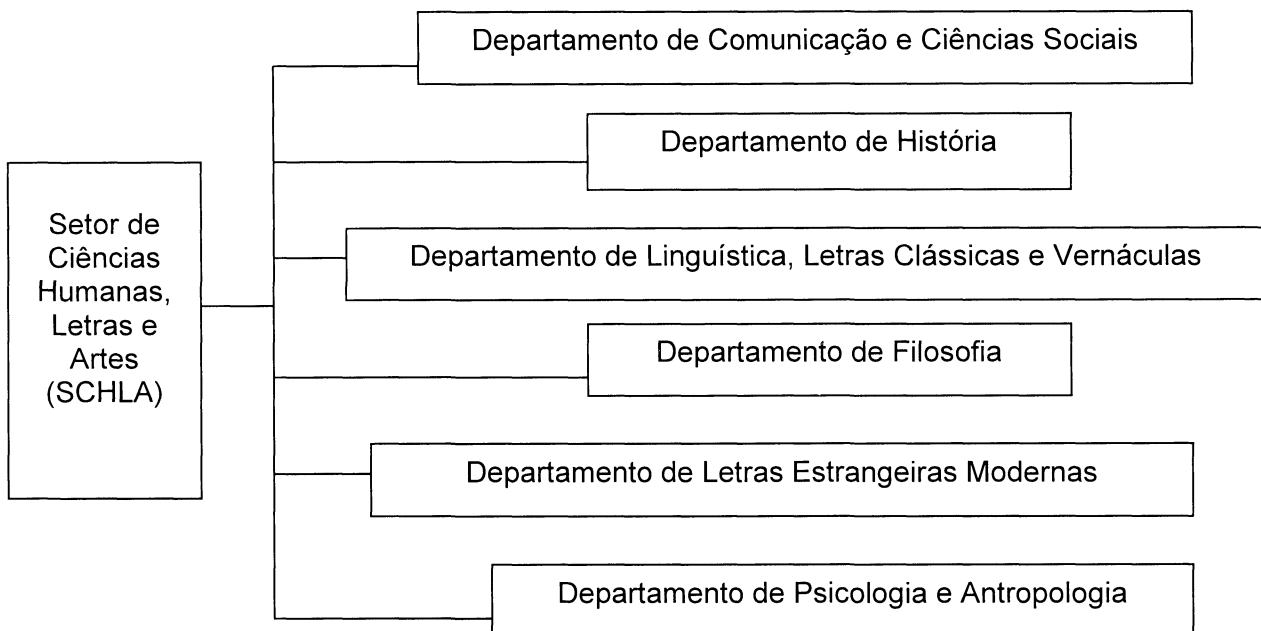


FIGURA 4: DIVISÃO DEPARTAMENTAL DO INSTITUTO DE LETRAS E ARTES, 1973



Em 1974 foi fundado, o Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, SCHLA, constituído pelos Departamentos de: História, DEHIS; de Psicologia e Antropologia, DEPAN; de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas, DLLCV; de Letras Estrangeiras Modernas, DELEM; Departamento de Filosofia, DEFI; bem como, pelo Departamento de Comunicação e Ciências Sociais, DECOMCISO.

FIGURA 5: DIVISÃO DEPARTAMENTAL DO SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 1974.



Esta divisão departamental acabou por ser a forma última de um processo de acomodação do corpo docente atuante na nova unidade setorial. Entretanto, este processo reflete uma distribuição que foi – por um brevíssimo período, especificamente durante o segundo semestre de 1973 – alvo de disputas por espaço departamental e cuja forma última reflete o peso relativo dos atores na constituição da rede setorial. Como consta na ‘ata de Sessão de instalação do Conselho Setorial do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, realizada no dia 12 de outubro de 1973’, estiveram presentes “Cassiana de Lacerda Carollo, Chefe do Departamento de Letras Vernáculas e Lingüística, Cecília Maria Westphalen, Chefe do Departamento de História, Dalena Guimarães Alves, Chefe do Departamento de Filosofia e Psicologia, Galbas Milleo, Chefe do Departamento de Ciências Sociais, Otilia Arns, Chefe do Departamento de Letras Clássicas e

Estrangeiras Modernas, Roberto Novaes, Chefe do Departamento de Comunicação Social e Artes”⁸⁰.

Por um lado, o arranjo final destas disputas demonstra de forma mais ou menos nítida quais saberes lograram se impor, ao menos de imediato, sob uma roupagem departamental na constituição do SCHLA: o Departamento de História, o Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas, bem como, o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas – exatamente metade do número total de departamentos em todo o Setor.

Por outro lado, a redistribuição das demais áreas do saber em outros departamentos dá o tom significativo do peso político que as unidades departamentais viriam a ter dentro da recém-implantada configuração universitária. Os departamentos ‘de Filosofia e Psicologia’, ‘de Comunicação Social e Artes’, bem como ‘de Ciências Sociais’ foram extintos; dando lugar ao Departamento de Psicologia e Antropologia, DEPAN, ao Departamento de Comunicação e Ciências Sociais, DECOMCISO, e ao Departamento de Filosofia e Artes, DEFI. Vale destacar, nesta fração espacial da estrutura de rede setorial correspondente à metade das unidades departamentais, a aquisição de uma unidade departamental por parte do saber antropológico. Como veremos, a existência mesma do DEPAN é significativa do jogo acadêmico operado através do circuito de trocas burocrático-acadêmicas estabelecido na posição do Conselho Setorial.

Como vimos, após a Reforma Universitária de 1968, os departamentos de ensino passaram a concentrar o corpo docente e suas respectivas disciplinas em função da afinidade curricular. Dentre as diversas singularidades provenientes da constituição do Setor de Humanas vale apontar alguns pontos críticos advindos da Reforma: 1) alguns departamentos acoplaram, dois ou mais, cursos de graduação distintos, como é o caso do denominado ‘Departamento de Filosofia’, cuja composição docente correspondia aos cursos de Filosofia e de Artes – este último dividido em Comunicação visual, Desenho industrial e Educação Artística; 2) com a Reforma, outros casos significativos refletiam uma certa irracionalidade organizacional, como é o caso do corpo docente do curso de Ciências Sociais que

⁸⁰ Esta ‘Ata de instalação do Conselho’ não está escrita no livro ata do SCHLA. Ela está na contracapa deste mesmo livro.

abarcava um volume amplo de disciplinas, sendo que praticamente todos os novos Setores, em toda a Universidade Federal do Paraná, deveriam a ele recorrer⁸¹.

Neste ponto, tomando por base um constrangimento estrutural denominado 'Reforma universitária', é válido avançar na proximidade *conceitual* entre as noções de campo e de configuração⁸². Na qualidade de configuração social, o Setor de Ciências Humanas pode ser compreendido como um "microcosmo dotado de suas leis próprias"; "se [este microcosmo] jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial" (BOURDIEU, 2004, p.20-1). Em certa medida, é possível afirmar que a Reforma universitária, enquanto variável macrossociológica, se faz sentir (re)estruturando todo o campo universitário brasileiro.

Dessa forma, a escolha de uma rede local de relações de dependência recíproca, compreendida como uma posição possível no campo universitário, serve para lembrar que, apesar das macro-determinações, há um *grau de refração determinado localmente*: é à especificidade da configuração, deste subespaço, que nos reportamos e, em decorrência disso, aos mecanismos, fluxos e investimentos aqui em jogo. O Estado constitui uma macroconfiguração que pressiona *externamente* o processo universitário *interno*; como vimos esta pressão *de cima*, externa à configuração, acabou por dismantelar uma primeira tentativa no arranjo das posições, pós-Reforma, e suas respectivas demandas, ao desfazer a divisão universitária dos 'Institutos'.

Ao atingir um determinado subespaço, esta pressão sofre, no entanto, um deslocamento, uma *refração*⁸³, que varia em função da autonomia política e localmente dada. O alto grau de dependência material e simbólica desta rede setorial em relação ao campo político, ou em outras palavras, a incapacidade local em refratar a pressão da Reforma fica expressa significativamente na fala da professora Westphalen: "totalmente à revelia dos organismos universitários

⁸¹ Os efeitos desconexos produzidos na estrutura organizacional universitária foram observados por GRACIANI (1982).

⁸² A aproximação analítica dos conceitos 'campo' e 'configuração' serve apenas para dar destaque ao caráter relacional implicado na utilização teórico-prática de ambos. Vale esclarecer, porém, que a partir daqui quando nos referirmos à 'rede setorial' pensamos especificamente na noção de configuração tal como proposta por Elias. A nosso ver, a elasticidade e a variedade dimensional, no que tange ao *corpus* empírico, dão à noção eliasana um alcance mais amplo à explicação histórica.

⁸³ "Uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo [ou de uma dada configuração] é sua capacidade de *refratar*, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas"(grifo do autor) (2004, p.21-2).

competentes para a discussão do assunto, a Reitoria adotou novo plano de reestruturação da Universidade Federal do Paraná”(1988, p.51).

4.2 A POSIÇÃO DO CONSELHO: DISPOSIÇÕES E CONTROLE ENTRE 1974-1980

A partir daqui, pretendemos enfatizar a estruturação burocrática que atravessou o Setor de Humanas através das relações de força expressas significativamente na ‘Ordem do dia’, bem como em função da composição do Conselho Setorial. Num segundo momento, o foco central passa a ser os mecanismos de controle, especialmente, sobre as representações estudantis.

Como observado anteriormente, o Conselho Setorial é constituído pelos Chefes de Departamento do Setor. Nota-se que, entre abril e dezembro de 1974, somente sete reuniões do Conselho foram realizadas, sendo todas presididas pelo professor Temístocles Linhares. Colocado em frente das vinte e cinco reuniões, ocorridas somente no ano de 1975, o número de sete reuniões é sintoma, talvez, de um primeiro *desinteresse* na ocupação deste espaço. Estavam na primeira reunião do Conselho Setorial, “na sala da Diretoria, presentes os professores Cassiana Lícia de Lacerda Carollo, vice-diretora, Otilia Arns, Miguel Wouk, Roberto Novaes, Sergio Odilon Nadalin, Marília de Carvalho Kraemer, Euclides Migliari”(CS, 01/74).

À exceção da vice-diretora, apenas os dois primeiros atores, Otilia Arns e Miguel Wouk, eram os chefes de departamento, do DELEM e do DEFI, respectivamente; no que diz respeito aos demais Conselheiros, com à exceção de Euclides Migliari, todos são substituídos nas cinco atas subseqüentes, voltando a aparecer, esporadicamente, na reunião sob o título de ‘representante de Departamento’.

Dentre os assuntos na ‘ordem do dia’ para esta primeira fase do Conselho, no ano de 1974, estão questões restritas a uma acomodação setorial que diz respeito à conformação departamental e à representação estudantil. A ‘reestruturação departamental’⁸⁴ definiu as ‘disciplinas [que] passam a integrar os Departamentos’⁸⁵, além de dar conta do ‘regimento do Diretório Acadêmico Rocha Pombo’⁸⁶.

⁸⁴ Fonte CS, 01/74

⁸⁵ Fonte CS, 01/74

⁸⁶ Fonte CS, 02/74

Cabe apontar, aqui, a brevidade com que se deu a primeira transmissão de cargo ocorrida na Direção do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, com menos de um ano completo de mandato de Temístocles Linhares. Em fevereiro de 1975, “a professora Cassiana Lídia de Lacerda Carollo procede à leitura da Portaria nº12.929 do Magnífico Reitor, dispensando o professor Temístocles Linhares do cargo de Diretor do Setor, de conformidade com a lei que estabelece limites de idade para o exercício de cargos públicos, bem como da Portaria nº 12.930 que a designa para assumir a Direção do Setor”(CS, 09/75). Até onde se pode compreender esta sucessão na Direção do Setor, ao completar 70 anos, o professor Temístocles Linhares precisaria deixar o cargo ocupado. Em certa medida, este afastamento foi desencadeado pelo núcleo de relações de sentido cuja força das tomadas de posição do Conselho faria imprimir.

Tomado cronologicamente, o acionamento da força propriamente política observado por meio da utilização da *portaria*, uma espécie de dispositivo legal-impositivo, constitui uma exceção na estruturação setorial; sendo utilizado apenas duas vezes, no período entre 1975 e 1980⁸⁷. Acionados somente a partir da Reitoria – instância universitária que, junto do Conselho Universitário, definia as regras do jogo, tanto em seu aspecto material, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, quanto em seu perfil político-ideológico, no dependia da posição do Ministro da Educação – estes dispositivos acabaram, entretanto, por delinear *de fora* o perfil interno do Conselho Setorial.

Exemplo significativo do peso que o Conselho passou a ter após 1975 pode ser observado na “Instalação do novo Conselho Setorial” que se deu no início do corrente ano, após a *nomeação*, isto é, a delegação política nominalmente dada por meio de 6 portarias correspondentes à ocupação dos 6 departamentos de ensino do Setor:

“A presidente deu por instalado o novo Conselho Setorial com base na publicação a Portaria nº 13099 de 04 de abril de 1975 que designa a Professora Maria Olga Mattar e o Professor José Crippa para exercerem as funções de Chefe e sub-chefe do Departamento de Comunicação e Ciências do Setor; Portaria 13.100 de 04 de abril de 1975 que designa a Professora Cecília Maria Vieira Helm e a professora Jungla Maria Pimentel Daniel para exercerem as funções de Chefe e sub-chefe respectivamente do Departamento de Psicologia e Antropologia; Portaria nº 13101 que designa o Professor Miguel Wouk e o Professor Eurico Back para exercerem as funções de Chefe e sub-chefe respectivamente do Departamento de

⁸⁷ Exclua-se, aqui, o ano de 1979 - para o qual não obtivemos os dados necessários.

Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas; Portaria nº 13.102 de 04 de abril de 1975 que designa a Professora Cecília Maria Westphalen e a Professora Iksana Borszenko para exercerem as funções de Chefe e sub-chefe respectivamente do Departamento de História; Portaria nº 13.103 de 04 de abril de 1975 designando o Professor Cassiano Cordi e o professor Raimundo Vier para exercerem as funções de Chefe e sub-chefe respectivamente do Departamento de Filosofia; Portaria nº 13.109 de 07 de abril de 1975 que designando os professores Heriberto Arns e Reinaldo Bossmann para exercerem as funções de Chefe e sub-chefe respectivamente do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas”(CS, 13/75).

É a partir de 1975, portanto, que é possível definir, de forma clara, o Conselho Setorial como um espaço de poder que concentra capital universitário estando posicionado sobre uma tensão entre uma política setorial e interesses departamentais. “O capital universitário é tido e obtido através da ocupação de posições que permitem dominar outras posições e seus ocupantes” (BOURDIEU, 1989, p.112). Neste sentido, é necessário vislumbrar, não apenas, as relações de força constitutivas das disputas desenroladas *no* Conselho, isto é, disputa entre os representantes departamentais; mas, também, as relações de força *pelo* Conselho, disputas em torno da posição de Diretor – tão bem ilustrada pela portaria “*dispensando* o professor Temístocles Linhares do cargo de Diretor do Setor”(grifo nosso) (CS, 09/75).

Ambos os tipos de disputa, uma orientada para a ocupação da posição de Conselheiro e outra orientada para a ocupação da posição de Presidente do Conselho Setorial, estão expressas, significativamente, na presença documental, na existência institucional dos atores e dos temas que *podem* estar, que têm a possibilidade de estar presentes seja na composição do Conselho, seja na ‘ordem do dia’. Vejamos, primeiramente, o perfil histórico-institucional da composição do ‘novo Conselho Setorial’ *instalado*⁸⁸:

⁸⁸ As variáveis sociológicas selecionadas para a composição deste ‘perfil histórico-institucional’ do Conselho Setorial utilizou como base as variáveis apontadas por Sérgio MICELI (2001). A construção deste perfil visa concentrar num ‘Conselheiro-típico’ caracteres consituientes para os quais convergem a possibilidade objetiva de ocupar tal posição. As distinções dos laços propriamente familiares não estão no cerne desta caracterização, mas são componentes significativos das formas de conservação e de consagração de uma determinada ética. Não obstante, tal moldura típico-ideal, como observa Weber, enquanto conceito-limite tem por fim “clarificar o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes”(WEBER, 1992, p.34).

QUADRO 3: COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SETORIAL, EM 1975.

Conselheiro	Ano e local de nascimento	Profissão do pai	Ambiente social de formação	Titulação universitária
Cassiano Cordi	Itália		Igreja Católica	
Cecília M. Vieira Helm		Advogado, OAB	Faculdade de Filosofia	Pós-graduação, Museu Nacional
Cecília Maria Westphalen	Lapa, PR.		Faculdade de Filosofia	Pós-graduação, França
Heriberto Arns	Forquilha, SC.	Fazendeiro	Igreja Católica,	Docente-Livre
Maria Olga Mattar			Faculdade de Filosofia	Docente-Livre
Miguel Wouk			Faculdade de Filosofia	Docente-Livre
Cassiana de L. Carollo	Lapa, PR.		Faculdade de Filosofia	Mestre

Primeiramente, a composição do Conselho espelha, de forma significativa, um perfil 'típico-ideal' de Conselheiro: por um lado, um Conselheiro-típico precisa ter-se formado, ter-se *habitado* na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Este conselheiro deve pertencer a uma elite local, não exclusivamente curitibana, mas representativa de um *verdadeiro estamento local*⁸⁹, dentro da parentela erasmateira, tipicamente paranaense, ou ainda, numa elite mais urbanizada cujos aparelhos de Estado viriam a abrigar materialmente mediante o capital escolar tradicional, típico do saber jurídico⁹⁰. Esta composição expressa como a gênese

⁸⁹ Em seu estudo a respeito da constituição histórica da 'Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná', OLIVEIRA (2001) distingue quatro grandes troncos familiares denominados *títulos* que, segundo ele, constituiriam "em termos de importância política, o núcleo duro da classe dominante paranaense" (p. 277). Note-se como representantes das famílias lapeanas elencadas por este autor estão no cerne da gênese setorial: famílias Braga, Lacerda e Westphalen. Cassiana de Carollo Lacerda além de parente distante de Ney Braga, governador do Paraná entre 1961 e 65, bem como entre 1979 e 82, fora Ministro da Educação durante o governo Geisel, 1974 a 78. Já a família Westphalen "primeiramente se estabeleceu no Rio de Janeiro e depois veio para o Lapa. Seus descendentes se casaram entre as famílias principais da Lapa" (2001, p.292).

⁹⁰ Neste quadro, a posição ocupada pela professora Cecília Helm poderia ser considerada tipicamente como de um *outsider* em relação aos demais componentes; pois que, sua ocupação não coaduna seja com a pertença estamental e tampouco com a filiação católica, ambas sinônimo de uma ética anti-comunista, tônica no período. A despeito de ser filha do primeiro advogado cassado pelo

setorial esteve a meio passo daquela influência religiosa tão difundida na Faculdade de Filosofia. Destarte, é possível observar no cruzamento entre uma *honra estamental*, ou *capital herdado*, e o *capital institucional* a possibilidade objetiva de se fazer Conselheiro.

Com efeito, a posição honorífica de ‘Conselheiro’ – da mesma forma que os *títulos* profissional ou aristocrático – reflete o poder simbólico característico da *nomeação oficial*: “ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*”(BOURDIEU, 2000, p.147). A designação para a ocupação de uma posição, isto é, sua nomeação oficial, garante juridicamente a legalidade da ocupação; decorrendo daí, ou não, o caráter legítimo da posição institucionalmente assegurada.

Cabe aqui uma distinção entre as noções de capital simbólico e de capital simbólico institucionalizado. Por um lado, o capital exclusivamente simbólico se caracteriza em função do par conhecimento-reconhecimento, pela capacidade própria, seja de uma instituição ou de um agente social, de se fazer reconhecer, isto é, de se impor sem fazê-lo positivamente⁹¹. Por sua vez, o capital simbólico institucionalizado, característico da posição de Conselheiro, está necessariamente atrelado a um bem simbólico *instituído*, tornado legal – um título ou um certificado – que adquire seu valor social em função da posição ocupada num determinado mercado de bens possíveis, num determinado momento⁹². Pode-se dizer que o capital simbólico institucionalizado é uma espécie de capital *objetivado*. “Em resumo, passamos de um capital simbólico difuso, apoiado apenas no reconhecimento coletivo, a um *capital simbólico objetivado*, codificado, delegado, garantido pelo Estado, burocratizado”(BOURDIEU, 1996, p.112).

regime militar, no Paraná, sua probabilidade de ocupação fora, em certa medida, assegurada pelo sobre-investimento temporal na Faculdade de Filosofia, especificamente, na área do saber antropológico.

⁹¹ “O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo óbvio”(BOURDIEU, 2000, p.145).

⁹² “Mas a lógica da nomeação oficial nunca se vê tão bem como no caso do *título* (...) O nobre não é somente aquele que é conhecido, célebre, e mesmo conhecido como bem, prestigioso, em resumo *nobilis*. Ele é também aquele que é reconhecido por uma instância *oficial*, ‘universal’, quer dizer conhecido e reconhecido por todos”(BOURDIEU, 2000, p.148).

Baseados nesta distinção é possível afirmar que a possibilidade de ocupação da posição de 'Conselheiro' varia em função do capital institucional incorporado pelo provável conselheiro. Daí decorre uma importante variável no componente explicativo da realidade social experimentada no espaço acadêmico: o capital universitário, capital simbólico *institucionalizado* no espaço acadêmico, é acumulado, quase que exclusivamente, em função de um investimento propriamente temporal. A esta espécie de capital acadêmico institucionalizado se opõe o capital 'puramente' científico.

Esta oposição, cujo estado limite entre dois pólos constituintes está expresso no espaço acadêmico, divide, segundo Bourdieu, duas formas de poder correspondentes a duas espécies de capital: "de um lado, um poder que se pode chamar de temporal (ou político), poder institucional ou institucionalizado que está ligado à posição de poder ocupada nas instituições científicas" (2004, p.35); e de outro, "um poder específico, 'prestígio' pessoal que é mais ou menos independente do precedente"(2004, p.35), por ele denominado capital científico 'puro'.

É possível a partir daqui, definir o Conselho como uma posição na estrutura de rede setorial de concentração de 'poder universitário', compreendido como poder investido de forma institucional e institucionalizada, cujo acúmulo correspondente em capital simbólico é proporcional ao tempo despendido na instituição universitária. Sua composição institucional demonstra o peso relativo deste sobre-investimento temporal e, além disso, a dependência política da configuração setorial - tanto local quanto nacionalmente. Esta dependência, nitidamente, tem e teve seus efeitos sociológicos: "quanto mais um campo é heterônimo, [isto é, quanto mais externamente dependente] mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas" (BOURDIEU, 2004, p.32).

Se, externamente, salta aos olhos uma dependência de feição política na composição do Conselho; observa-se *internamente* que – enquanto produto disposicional do Conselho Setorial - a 'ordem do dia', nos anos de 1975 e 76, exprime o processo de conformação setorial. As demandas significativas dispostas na 'ordem do dia' exprimem, a seu modo, a rede de tensões por sobre a qual o conselho Setorial teve de se articular. A 'ordem do dia' resulta de condições institucionais que circunscrevem um repertório possível de 'assuntos', isto é, um

repertório possibilitado *configurativamente*. A ‘ordem do dia’ é, ela própria, um espaço disputado de sentidos – e na medida em que são sentidos justificados, setorial e departamentalmente, refletem a ‘política setorial’, a rede de forças instituinte dos temas possíveis.

Dado sintomático que corrobora esta proposição é a inclusão no assunto ‘Revista de Letras’, precisamente, na mesma ata em que é nomeada para a Direção do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes a professora Cassiana de Lacerda Carollo, do DLLCV⁹³. “Revista de Letras: a presidência informa que a revista Letras completará, no corrente ano, 22 (vinte e dois) anos de existência e que esteve vinculada diretamente aos Cursos de Letras mas que nos últimos anos recebeu contribuições de outras áreas. Diz ainda que há interesse de mantê-la vinculada à área de Letras. A professora Cecília Maria Westphalen [agora Vice-Diretora do SCHLA]⁹⁴ diz ser contrária a publicação de periódicos englobando assuntos de características polivalentes”(CS, 09/75).

Para o período entre 1975 e 76, a ‘ordem do dia’ não esteve direcionada majoritariamente para os interesses departamentais; antes, este espaço de temas disputados demonstra uma clara *orientação* para a estruturação setorial, isto é, para a definição das regras estabelecidas na rede setorial: “A presidência, de conformidade com a Resolução nº 11 do Conselho de Administração, propõe e é aprovado a designação de uma Comissão para estudar e elaborar o Ante-projeto de Regimento do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Esta Comissão ficou assim constituída: Professores Cecília Maria Westphalen, presidente, Herley Mehl e Luiz Nicolau Mäder Sunye”(CS, 07/74)⁹⁵.

Nota-se, portanto, que ‘arrumar a casa’ estava na ordem do dia. Tema: “Regimento do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. A professora Cassiana Lacerda Carollo solicitou à Professora Cecília Maria Westphalen, como único representante da comissão que elaborou o referido Regimento para relatar propondo em seguida um estudo”(CS, 10/75). Cabe apontar que, dentre os professores responsáveis pela elaboração do Ante-projeto do Regimento Setorial, apenas a vice-

⁹³ Note-se que nas oito primeiras atas de reunião do Conselho referentes, portanto, ao ano de 1974, não consta qualquer demanda departamental listada na ‘ordem do dia’.

⁹⁴ “De acordo com o Estatuto da universidade designa-se a professora Cecília Maria Westphalen para ocupar a Vice-Direção do Setor por ser, no Conselho Setorial, a mais antiga no magistério”(CS, 09/75).

⁹⁵ Ata de reunião do Conselho Setorial realizada no dia 31 de dezembro de 1974.

Diretora, estava na composição do Conselho Setorial. “Iniciando a Professora Cecília Maria Westphalen informou que toda redação disciplinada pelo Regimento [Geral da UFPR] foi respeitada, alguns itens foram adaptados ao Setor. Depois de um rápido estudo ficou decidido que os itens a) Cultura Brasileira b) Departamentos c) transferências d) Extensão e) concursos, serão os pontos pendentes, a estudar”(CS, 10/75).

À exceção do primeiro ponto – ‘Cultura Brasileira’ – a indeterminação a respeito da normatização, isto é, a insuficiência de uma delimitação explícita de formas de acesso e de utilização dos ‘departamentos’, das ‘transferências’, da ‘extensão’ e dos ‘concursos’ é sintomática do peso que estes mecanismos de regulação e de regulamentação dispõem no espaço universitário. Neste momento, é possível observar como o Conselho Setorial *nomeado* construiu os princípios de construção da rede setorial; a partir deste *estatuto*, deste Regimento Setorial, princípio estruturante de toda a rede setorial, e através de suas tomadas de posição burocráticas, o Conselho Setorial fez imprimir os efeitos de poder possibilitados pelo capital universitário concentrado nesta posição⁹⁶.

Concomitantemente à conformação *regimental* do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, a acomodação setorial foi atravessada por um conjunto de medidas de ordem *prática*, quer dizer, um conjunto de medidas que visavam dar conta das exigências, pós-Reforma universitária, de departamentalização num nível capilar de inter-relações cotidianas. Exemplos deste processo microssocial pode ser observado quando “a senhora Presidente lembra que é de inteira responsabilidade da Chefia do Departamento o controle da freqüência dos professores e pede maior controle na freqüência dos funcionários para haver uma certa homogeneidade de atitudes”(CS, 36/76). Ou ainda, quando a presidente do Conselho “indagou da possibilidade dos Departamentos assumirem a responsabilidade do controle da vida funcional dos professores de seu Departamento” (CS, 43/76)⁹⁷. A seu modo, estes

⁹⁶ Ou, em outras palavras, o poder universitário atua “sobre os mecanismos de reprodução e, portanto, sobre o porvir do docente, repousa sobre o controle, pela cooptação ou pelo acesso do corpo docente”; esta espécie de poder repousa, “enfim, sobre a autoridade das posições institucionais de poder” (BOURDIEU, 1989, p.139).

⁹⁷ Outro exemplo significativo desta situação pode ser observado, também, quando a presidente do Conselho “transmite o apelo do Reitor no sentido de que os Senhores chefes de Departamentos acompanhem o desenrolar da matrícula para não ocorrer nenhuma falha”(CS, 25/75). Bem como “lembrou da primeira reunião Setorial sob sua presidência quando então solicitou a compreensão dos Chefes de Departamentos para com as dificuldades que o Setor teria que enfrentar, sobretudo diante da inexistência de relatório da gestão anterior”(CS, 34/76).

exemplos ilustram em que medida o processo de implantação *efetiva* do órgão funcional denominado *Departamento* não logrou impor-se de imediato⁹⁸.

Todavia, o fato que se destaca não é apenas a inexistência *prática* destes órgãos; mas, sobretudo, o papel da normatização das atribuições funcionais e das dos subsídios materiais que caberiam a este órgão. A despeito das incumbências burocráticas previstas pelo Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná, que regulavam o funcionamento e organização dos departamentos, a instalação *efetiva* dos departamentos esteve diretamente dependente das transformações em toda a estrutura da rede setorial⁹⁹.

Esta primeira fase, que poderíamos denominar, sem tanto rigor, de *acomodação*, expressa na ordem do dia, fica bem sintetizada na ata da reunião do Conselho Setorial realizada no dia dezenove de março de 1976, na qual a 'transmissão do cargo' da Direção do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes se deu. "Agradecendo o apoio recebido durante o período que respondeu pela Direção do Setor [a professora Cassiana de Lacerda Carollo] entrega à Professora Cecília Maria Westphalen, como membro mais antigo do Conselho Setorial, o relatório de 1975" (CS, 39/76). Como vemos, é provável que apenas um agente acadêmico, temporal e altamente investido de capital universitário, poderia ocupar a posição institucional de maior concentração de poder universitário no Setor¹⁰⁰.

A síntese daquele momento está expressa nos "tópicos do relatório do ano de 1975. Providências tomadas objetivando a definição da estrutura Setorial: Elaboração do Regimento Setorial; Lotação de Docentes; Eleições dos Chefes de

⁹⁸ Para corroborar esta idéia verificamos quais funções foram atribuídas às unidades departamentais, pós-Reforma CARDOSO (1984) observa como, mesmo no início da década de 80, "os Departamentos, nas Universidades brasileiras, são entidades ainda pouco conhecidas"(p 7) Em relação às funções departamentais, a autora afirma que "o Departamento assim se configura É considerado a *menor fração* da estrutura universitária É o *conjunto de disciplinas afins* É o *conjunto de professores e pesquisadores com objetivos comuns* de ensino e pesquisa É o responsável pelos planos que executa, bem como pela atribuição de tarefas entre seus membros" (grifo no original) (CARDOSO, 1984, p 34)

⁹⁹ Um exemplo evidente da falta de condições propriamente temporais para empreender a Reforma pode ser visto quando "informou a senhora presidente que encontrou a Secretaria [do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes] desorganizada, sem móveis e sem funcionários Salientou a necessidade de reorganizar sob coordenação do secretário a secretaria com serviços administrativos e serviços didáticos, incluindo sobretudo a emissão de diplomas" (CS, 40/76)

¹⁰⁰ Vale citar a quase-dissensão entre Cecília Maria Westphalen e Cassiana de Lacerda Carollo "Em seu nome e em nome de todos [a professora Cecília Maria Westphalen] agradeceu a atenção da Diretora, considera o quão difícil é a administração deste Setor dada a diversidade de problemas e carência de recursos materiais e de pessoal Em seguida formula felicidades à Profa Cassiana de Lacerda Carollo durante o seu curso de Pós-Graduação"(CS, 39/75)

Departamentos e Coordenadores de Curso; lotação de disciplinas e decorrente definição da estrutura dos departamentos; Definição dos currículos dos 11 cursos relacionados com o Setor; Representação discente; Plano de expansão docente que permitiu ao Setor contar com mais 16 (dezesesseis) vagas para Auxiliares de Ensino; Eleições a Direção do Setor”(CS, 39/76). Um dos problemas que persistiram pelo menos até a década de 80 é tratado no “relatório [que] salienta com ênfase o grave problema da necessidade de ampliação de espaço físico do Setor” (grifo no original) (CS, 39/76).

Por sua vez, a professora Cecília Westphalen “comunicou que assumirá no dia 22 do corrente na qualidade de membro mais antigo do Conselho Setorial, na expectativa da designação do próximo diretor pelo Senhor Presidente da República. Salienta que a lista sêxtupla a qual encabeça é composta por membros altamente capazes de dirigir o Setor e qualquer um dos candidatos terá a sua inteira confiança”(CS, 39/76). Aqui, a idéia de dependência propriamente política ganha um rendimento notável, na medida em que, *há* uma lista sêxtupla indicando nomes possíveis, no entanto, esta lista não fora sequer forjada no espaço do Conselho Setorial.

À frente da Direção do Setor, a professora Cecília Maria Westphalen continuou até dezembro de 1980, acompanhada pelos Conselheiros, chefes de departamento, anteriormente nomeados: Maria Olga Mattar, do DECOMCISO; Heriberto Arns, do DELEM; Cecília Maria Vieira Helm, do DEPAN; Miguel Wouk, do DLLCV; e Cassiano Cordi, do DEFI. Devido à nomeação da professora Cecília Westphalen para assumir a Direção, o Departamento de História teve como representante no Conselho Setorial, a professora Oksana Olga Boruszenko; ao passo que, para vice-Direção do Setor fora designado o nome do professor Raimundo Vier¹⁰¹.

¹⁰¹ Como observado anteriormente (p.31), tal qual na Faculdade de Filosofia, agentes educativos advindos de espaços eclesiais de formação lograram implantar-se de forma eficaz na rede setorial. Os departamentos típicos deste perfil religioso foram o de Filosofia e o de Letras Estrangeiras Modernas. Os laços de afinidade entre ambos os departamentos, expressos numa ética pedagógico-religiosa, são consagrados através de sua auto-imagem: “Relatando fatos históricos de importância maior ou menor, até pitorescos, que compõem o quadro policrônico da Associação Franciscana, um vulto franciscano sobressai na sua austeridade, sabedoria e convivência fraterna: Frey Raimundo Vier. Este personagem nunca quis aparecer na linha de frente dos acontecimentos. (...) Conquistou, nessa Universidade [UFPR] a Laurea de Doutor e título de professor Adjunto de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas, lá fomos colegas. (...) Foi seu tempo áureo. Acatado e estimado professor, foi eleito Vice Diretor do Instituto de Ciências Humanas. Nessa ocasião, um

Para o período em questão, referente à gestão em que a professora Cecília Westphalen esteve à frente do SCHLA, destaca-se significativamente nos dados empíricos o acionamento dos dispositivos burocráticos. Devido às formas de utilização destes dispositivos é possível caracterizar, para o período destacado, o Conselho Setorial como um espaço centralizado e centralizador das decisões político-acadêmicas. Vejamos como.

Em termos práticos, a ‘ordem do dia’ era ‘reorganizar o Setor’. “Reorganização. A Professora Presidente, salientando que assumiu a Direção na qualidade de membro mais antigo do Conselho Setorial, passou a explicar a situação que encontrou o Setor: a) Encontrou a Direção sem funcionários, todos designados para Departamentos e Coordenações e necessário se faz baixar Ordens de Serviços, objetivando continuidade aos trabalhos administrativos essenciais à Direção”(CS, 40/76).

Entretanto, a tônica do período consecutivo não fora esta *acomodação* setorial, mas antes a inserção do corpo docente do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR, no ‘Programa Institucional de Capacitação Docente’ que, tal qual nas demais universidades federais brasileiras¹⁰², teve como objetivo “qualificar o corpo docente para atender às necessidades definidas pelas instituições de ensino superior, IES, no que se refere à melhoria e expansão das suas atividades de pesquisa, ensino e extensão”(WARDE, 1988, p.77)¹⁰³.

Na quase totalidade das atas, datadas de março de 1976 a dezembro de 1978, consta na ‘ordem do dia’ o tema ‘afastamento de professor’ para realização de pós-graduação. Os pedidos de ‘licença de professor para cursos de pós-graduação’ ou apenas ‘licença’, indicavam as solicitações departamentais requerendo a dispensa remunerada da atividade docente para formação intelectual do respectivo professor. Para fornecer uma breve noção do peso relativo deste tema basta uma comparação entre os períodos de 1976-78 e de 1980-85. Apenas em três anos, de 1976 a 1978, houve um número total de 71 licenças para cursar pós-graduação; ao

grupo de professores fazia suas reuniões semanais no meu gabinete de Chefe de Departamento de línguas estrangeiras modernas. (...) Relembro aqueles anos com saudade, pois, lá discutíamos problemas filosóficos e humanos com tanta variedade como era a variedade dos interlocutores na hora do chimarrão” (ARNS, 2002, p.130-1).

¹⁰² Segundo SCHWARTZMAN (2001), num panorama mais amplo, é possível considerar este período como a grande ruptura instaurada no campo científico brasileiro. Ver, especialmente, ‘O Grande Salto à Frente’, (p.276-88).

¹⁰³ A respeito da ‘Questão da Capacitação Docente na UFPR’, ver WARDE (1988).

passo que em cinco anos, quase o dobro do período anterior, entre 1980 e 1985 houve 75 pedidos de afastamentos no Setor.

O único tema que ocupou um espaço tão significativo, na ordem do dia, quanto os pedidos de afastamento foi a ‘contratação de professor colaborador’. Uma breve consulta às atas de reunião do Conselho Setorial, para os anos de 1977 e 78, demonstra como este tema esteve presente oito vezes nos dezesseis encontros realizados no ano de 1977, sendo que para o ano consecutivo, das quinze reuniões executadas, cinco atas apresentam o mesmo tema – em termos globais, trata-se, respectivamente, de 50% e 35%.

Por ora, abordaremos como e em que medida estes dois assuntos, expressos tanto quantitativa como qualitativamente, foram fundamentais na estruturação de toda a rede setorial em múltiplas dimensões e níveis – departamental, didático-pedagógica e político-acadêmica. Em geral, os pedidos de licença para realização de pós-graduação seguem mais ou menos uma mesma forma. Constam, primeiramente, os motivos que justificam a licença, participação/prorrogação em curso ou elaboração da tese, o período requisitado e, por fim, o local de realização do curso.

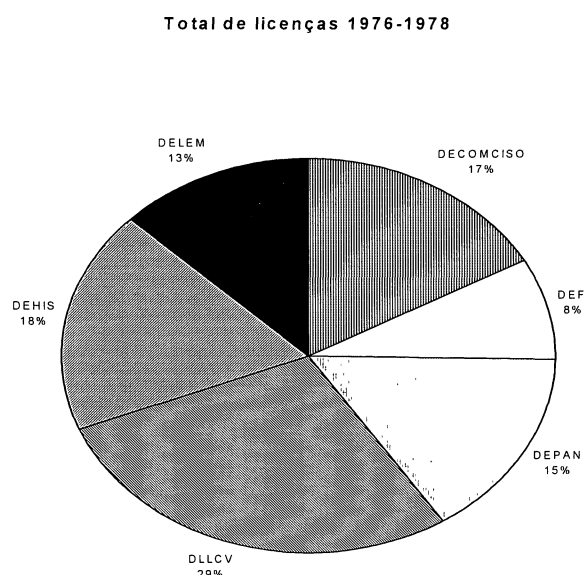
“Ordem do dia: Afastamento de professor. Of. nº131/77 do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas encaminhando para apreciação do Conselho o pedido de de prorrogação de licença da professora Jamile Cury, por mais um ano, a partir de 31 de outubro de 1977 para realização de Doutorado na França”. Ou ainda como consta no “ofício nº 121/76 solicitando encaminhamento às autoridades competentes do pedido de afastamento do professor Jair Miquelusse para realizar curso de Pós-Graduação em nível de doutorado na Universidade de Paris. Aprovado”(CS, 52/76).

Durante o período, não foram observados ‘indeferimentos’, isto é, respostas negativas aos pedidos de acesso para Programa de Pós-Graduação. Em termos analíticos, é possível observar como a rede setorial foi atravessada por um eixo macro-estrutural através do incentivo de agências estatais, notadamente pela CAPES, que, durante o regime militar, incentivaram fortemente a capacitação docente nos Programas de Pós-Graduação¹⁰⁴. Portanto, a configuração aqui analisada não está desvinculada de macro-determinações externas a ela; é válido,

¹⁰⁴ “A reforma teve muito mais êxito no que diz respeito à criação de departamentos de acadêmicos, de institutos de pesquisa e de programas de pós-graduação. (...) De uma hora para outra, e durante

no entanto, observar como esta variável externa incide departamentalmente na rede setorial.

Em dados globais, as licenças para pós-graduação se distribuem de forma mais ou menos eqüitativa entre os departamentos de ensino, constando, no período entre 1976 e 78, o número total de 71 pedidos de afastamento.



No que tange a distribuição de pedidos de licença e observando-se unicamente o parâmetro relativo à participação nos cursos de pós-graduação, não é possível observar qualquer distinção acadêmica entre os departamentos constitutivos da rede setorial. À exceção dos departamentos de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas e de Filosofia, que se destacam oposta e numericamente, os demais departamentos de ensino parecem se situar, no que tange à formação intelectual, numa mesma posição dentro da estrutura de rede setorial.

Cabe, ainda, apontar outro recurso empírico constante nos pedidos: o espaço de capacitação docente para onde se dirigem os departamentos requerentes. Selecionamos como significativa exclusivamente a série de pedidos para cursar pós-

vários anos, o montante de dinheiro disponível para ciência e tecnologia excedia em muito a capacidade de gastá-lo. Eram modernas e flexíveis as novas agências de ciência e tecnologia criadas para gerir esse recursos. Livres das limitações orçamentárias e burocráticas típicas do serviço público brasileiro, elas viam com desdém as instituições universitárias tornadas complexas, conflituosas e burocratizadas. (...) A estratégia adotada pelas agências de ciência e tecnologia consistia em identificar os grupos de pesquisa que elas consideravam bons ou promissores e fornecer-lhes apoio direto, freqüentemente contornando normas estabelecidas para firmar contratos de trabalho, procedimentos contábeis e até mesmo o processo de decisão interno às universidades” (SCHWARTZMAN, 2001, p.285-6).

graduação no exterior. Esta escolha se justifica devido à dificuldade em distinguir, com precisão, os pedidos para pós-graduação de âmbito local dos pedidos para pós-graduação de âmbito nacional.

Entre 1976 e 78, houve um total de 19 pedidos para cursar ou prorrogar prazo de cursos de pós-graduação no exterior. Deste total de pedidos, os departamentos de ensino que se destacam são o DEHIS, com 7, e o DELEM junto do DLLCV, com 4 pedidos, cada departamento. Ou seja, aproximadamente 75% dos pedidos estiveram agrupados nestes três departamentos – DEHIS, DLLCV e DELEM. Devido ao fato do Departamento de História já possuir um Curso de Mestrado em História do Brasil, em funcionamento desde de 1972, a quase totalidade de seus pedidos são para doutoramento, especialmente, na França e no Canadá. Por sua vez, o Curso de Mestrado em Letras criado em 1975, e restrito inicialmente à Literatura Inglesa, abriu, após 1982, área de concentração em Lingüística de Língua Portuguesa. Os pedidos de licença, nesta área do saber, estão orientados para França e Inglaterra. Os demais departamentos alcançam no máximo 2 pedidos para o exterior, como é o caso do DEFI. Por sua vez, o DEPAN e o DECOMCISO aparecem com um pedido, cada departamento.

Este delineamento da distribuição espacial dos saberes serve para lembrar do processo profissionalizante que marcou a sociogênese setorial, bem como às múltiplas dependências nela operantes. Considerando-se apenas o peso relativo do capital acadêmico na estrutura de rede setorial é possível observar que o corpo docente dos departamentos de História, de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas, bem como, de Letras Estrangeiras Modernas logrou inserir-se de forma eficaz na divisão do trabalho intelectual. Como veremos, esta espécie de capital simbólico será um dos componentes determinantes no processo de ruptura com o poder universitário até então estabelecido¹⁰⁵.

Paralelamente ao ingresso do corpo docente nos Programas de Pós-Graduação, é possível destacar outro tema significativo nas atas de reunião do Conselho Setorial: os pedidos de ‘contratação de professor colaborador’. Ambos os temas – ‘afastamento’ e ‘contratação’ – estão empírica e reciprocamente implicados:

¹⁰⁵ Em contrapartida, através de uma breve consulta à listagem de alunos do Mestrado em História, é possível observar que o DECOMCISO e o DEPAN, ou mais exatamente, as áreas de Antropologia e de Sociologia estavam, observando-se a estrutura de rede setorial, numa notória situação de dependência intelectual.

os pedidos de afastamento para pós-graduação tem como retorno indireto os pedidos de contratação de ‘colaboradores’.

“Ordem do dia: Contratação e renovação de contrato para professor colaborador. Of. nº 19/77 do Departamento de Filosofia propondo a contratação do professor Fernando Bini como professor colaborador. Aprovado. Of. 11/77 do Departamento de Filosofia solicitando a renovação de contrato do professor Ricardo Vinicius Trotta Telles à título de colaborador para o período de março a junho do ano corrente”(CS, 56/77).

Note-se que a divisão funcional do corpo docente abrangia duas categorias distintas: ‘professores de ensino superior’ e ‘professores contratados’. Na primeira categoria estavam incluídos os docentes de carreira no magistério superior, correspondendo às posições funcionais de ‘professor titular’, ‘professor adjunto’ e ‘professor assistente’. A categoria dos professores contratados era dividida entre as posições funcionais de ‘auxiliar de ensino’, ‘professor colaborador’¹⁰⁶ e ‘professor visitante’¹⁰⁷.

As contratações dos professores colaboradores era realizada pelos e nos departamentos de ensino, sendo que na esfera do Conselho Setorial ocorria apenas uma ratificação da indicação departamental. “Contratação de Professor. Of. nº 93/78 do Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas propondo a contratação de Yoschico Yanaga de Pau como professor colaborador para substituir a professora colaboradora Linauri Grein Teixeira Ranieri que entrará em licença de gestante. Aprovado”(CS, 84/78).

O processo de seleção para a posição de professor colaborador poderia ser considerado relativamente simples: o Departamento avalia, depois envia sua indicação ao Conselho, e este, por sua vez, ratifica. As regras para seleção dos colaboradores, no entanto, não estavam plenamente regulamentadas pelos dispositivos universitários legais desde a gênese setorial. Daí, a necessidade da

¹⁰⁶ ‘Professor colaborador’ foi a denominação utilizada para designar os ocupantes dos postos situados hierarquicamente abaixo da posição de ‘auxiliar’. Nas situações de decisão departamental, os votos dos professores colaboradores não eram somados, ou seja, *efetivamente* reconhecidos. A única diferença entre ‘auxiliares’ e ‘colaboradores’ residia no contrato de trabalho destes últimos, que tinha tempo de trabalho e término predeterminados. Por sua vez, as posições de ‘auxiliares de ensino’ estavam a meio passo de entrar, de vez, na carreira docente.

¹⁰⁷ “Em casos especiais, será permitido o contrato de professores dotados de alta qualificação científica ou cultural, em nível correspondente aos seus títulos”(UFPR, 1974?, Art.159).

Senhora presidente do Conselho Setorial “aconselha[r] que se faça exame de suficiência para contratar os professores colaboradores”(CS, 84/78).

A existência mesma desta recomendação enunciada pela Diretora do SCHLA é sintomática do grau de indeterminação no uso dos dispositivos burocráticos nos espaços de seleção da rede setorial. Este grau de indeterminação pode ser observado ainda no único indeferimento, no período em questão, para a entrada de professor colaborador: “Proposta de professores colaboradores do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais professores Anna Maria Chiarotti Largura e Nádia Zaiczuck Raggio. A senhora Chefe do Departamento retirou as indicações”(CS, 68/77).

O desenlace dos processos de seleção para colaborador anda de braços dados com as disposições político-acadêmicas dos Conselheiros. As formas de seleção não são, portanto, *simples*. Em certa medida, é possível visualizar no interstício decorrente da indeterminação da regra burocrática o caráter político da função burocrática¹⁰⁸. Deste modo, nem *simples* nem *indeterminado* são classificações sociológicas suficientemente claras para descrever a disposição burocrática do Conselho. Cumpre apenas sublinhar como (1) a entrada de colaboradores, paralelamente à profissionalização do corpo docente, modifica a estrutura de rede, de forma a (2) acompanhar os efeitos da força do capital universitário concentrado na posição do Conselho que se faz imprimir por sobre a rede setorial.

Para obter uma significação mais ampla da entrada maciça de colaboradores na rede setorial é válido destacar uma certa *inquietação* observada nas atas do Conselho com relação a este fato: a senhora Presidente “faz apelo no sentido de reduzir o número de professores colaboradores e visitantes dando maior número de horas aula para os professores efetivos”(CS, 84/78). “Diversos: com a palavra a senhora Presidente que fez considerações gerais sobre a situação da UFPR com referência ao magistério. Solicita que haja uma melhor distribuição de aulas evitando assim contratações de Professores colaboradores”(CS, 85/78). A inquietação com relação à entrada de colaboradores não esteve restrita aos domínios do Conselho, como se pode observar numa ata de reunião como Reitor da UFPR: “Depois de

¹⁰⁸ Ao construir um modelo típico-ideal burocrático, Weber comenta a posição de poder implicada nas funções administrativas e no monopólio de determinados conhecimentos técnico-administrativos. Ver, especialmente, WEBER(1979, p.268-72).

respondidas todas as perguntas a senhora Diretora entregou a palavra ao Magnífico Reitor que teceu elogios aos planos desejando que tudo se realizasse conforme o pretendido. Em seguida aproveitou a oportunidade para dar esclarecimentos a respeito da situação dos professores colaboradores” (CS, 80/78).

Como vimos, a posição do Conselho na estrutura de rede setorial pode ser considerada como uma posição de conservação do capital universitário. Empiricamente falando, mais ou menos toda competência administrativa, supostamente, departamental teve de passar pelo crivo do Conselho Setorial.

Nos mais diversos assuntos esta tendência centralizadora se fez notar: “ficou deliberado que todos os concursos [para Assistente] terão início às 08:00 (oito) horas na sala da Direção, em seguida o presidente da Comissão Examinadora dará encaminhamento aos trabalhos. A senhora Presidente solicitou que as provas escritas e práticas sejam efetuadas em salas pequenas” (CS, 56/77). Além disso, a presidente “solicita aos chefes de Departamentos que sempre que se dirijam a órgãos externos ao Setor, já coloquem o visto da Direção a fim de simplificar a tramitação dos papéis” (CS, 69/77). Há aqui um nível de *fechamento* que se faz notar quando a presidente “solicitou aos senhores chefes de Departamentos que instruem seus funcionários para que só forneçam a estranhos informações com a autorização do seu Chefe ou da Direção, evitando assim a possibilidade de que informações sejam deturpadas ou divulgadas inverdades” (CS, 66/77).

É possível observar uma disposição centralizadora nas relações travadas entre a posição do Conselho Setorial e as decisões administrativas departamentais. Esta atuação centralizante do Conselho não deve ser considerada como efeito de uma conduta individual da Diretora do Setor, pois que o alcance de suas tomadas de posição não se exerce de forma isolada e irrestrita. A aquiescência dos demais Conselheiros fora indispensável para tal atuação; tanto mais não fosse, pois que em torno das relações de dependência *entre* os Conselheiros, como veremos, giravam as chances de acesso às vagas para professor titular; bem como, os mecanismos de controle sobre o corpo discente. Sendo que é esta última série de mecanismos, atuantes sobre o corpo discente, que ilustra de forma significativa a disposição política vigente na rede setorial.

Neste sentido, faz-se necessário destacar a centralidade ocupada pelos mecanismos de controle sobre o corpo discente, especialmente, no que diz respeito

ao período referente às duas primeiras gestões do Conselho Setorial. Após a Reforma de 1968, ficara previsto legalmente que as instâncias universitárias de decisão teriam uma representação estudantil¹⁰⁹. Quer dizer, as agremiações estudantis não seriam, ao menos juridicamente, banidas; mas, ao contrário, passariam a ser reconhecidas segundo os moldes da 'liberdade restrita' imposta pelo regime autoritário.

No Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR não foi diferente. As vezes em que a representação estudantil foi 'alertada' pelo Conselho Setorial estão concentradas notadamente entre 1975 e 1980. Os 'avisos' ao representante discente presente na composição do Conselho expressam significativamente as formas de controle que cercearam a constituição do órgão de representação estudantil no Setor, o Diretório Acadêmico Rocha Pombo – DARP. Estava na "ordem do dia: Homologação dos resultados das eleições estudantis, que teve como inscrita uma chapa, apresentada pelo Diretório Rocha Pombo. Chapa ATENTA"(CS, 29/75).

A consideração do professor relator destacava ocorrência de dois alunos terem sido considerados *inelegíveis*, pois que infringiam os artigos 185 e 190 do Regimento Geral da Universidade: "serão inelegíveis os alunos que: I – tenham sido reprovados em disciplina do currículo mínimo; II – tenham sofrido pena disciplinar; III – estejam cursando os dois (2) últimos períodos, ou tenham cursado setenta e cinco por cento (75%) pelo menos da carga horária total prevista para o curso"(UFPR, 1974?)

"A representante estudantil (...) pedindo a palavra julgou improcedente a leitura do relatório [com o resultado das eleições estudantis] diante da notícia da existência de recurso encaminhado por estudantes, apontando irregularidades nas eleições. A senhora Presidente explicou à representante discente que a Comissão Eleitoral ao interpretar os artigos 199 e 202 do Regimento Geral e art. 140 do Regimento Setorial não tornou público o resultado das eleições por julgar que tal medida só poderia ocorrer após a homologação dos resultados pelo Conselho Setorial. Assim sendo o recurso, isto é, o abaixo assinado, não poderia ser apreciado por não constar na ordem do dia" (CS, 29/75).

¹⁰⁹ "O corpo discente terá representação, com direito a voz e voto nos órgãos colegiados e comissões" (UFPR, 1974?, Art.184).

No entanto, há uma última e arriscada tentativa de resistência por parte da “representante estudantil [que] insistiu na necessidade de que o recurso fosse levado em consideração alegando ter tido notícia de irregularidade ainda que não dispusesse de documentos comprobatórios, porém, disse ela, este tipo de comportamento irregular é a tônica na Universidade” (CS, 29/75). Um indício significativo da disposição ideológica – conservadora¹¹⁰ – constitutiva do perfil do Conselho pode ser vista na resposta do chefe de Departamento de Filosofia que “pedindo a palavra o Conselheiro julgou impertinente qualquer dúvida em torno da autenticidade dos documentos e do teor verídico do relatório, chamando atenção para a menção da representante estudantil sobre *atos irregulares comuns na Universidade* como uma afirmação perigosa e desaconselhável, propondo a homologação dos resultados” (CS, 29/75).

Situações equivalentes a esta não constituíram, porém, as exceções no período. “Comunicações: a) a senhora Presidente comunicou que constituiu Comissão para a realização das eleições de representantes discentes junto aos Colegiados do Setor, Departamentos, Coordenações e Conselho Setorial, como não se apresentou nenhum candidato foi dissolvida a Comissão ficando a nova convocação para o início do próximo ano letivo e comunicada ao Magnífico Reitor esta desconstituição” (CS, 51/76).

Já na gênese histórica do Setor, é possível observar como a forma mais acabada deste tipo de dispositivo, cuja fundamentação ideológica está definitivamente fundada nos parâmetros autoritários do regime militar, está expressa na existência mesma de um órgão administrativo denominado Assessoria Especial de Segurança e Informação da Reitoria, AESI. “A presidência procede à leitura do Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, da Lei nº 5.54, de 28 de novembro de 1968, e de ofício da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Reitoria [AESI] nas partes que dispõem sobre a organização a representação estudantil nas universidades” (CS, 02/74).

¹¹⁰ Dado significativo desta disposição ideológica pode ser observado no “Ofício nº35/76 do Departamento de Filosofia que solicita encaminhamento de expediente ao Magnífico Reitor no sentido de abertura de 2 (dois) exames para Professor colaborador no curso de Filosofia, considerando que há um déficit de 16 horas/aula na carga horária do Departamento, com a ausência do Professor Ubiratan Borges de Macedo colocado à disposição da *Escola Superior de Guerra*. Aprovado” (grifo nosso) (CS, 36/76).

Não obstante, também outras duas formas de controle universitário refletem esta tentativa de desmobilização. A primeira diz respeito a um espaço não-oficial de organização estudantil, a comunicação visual ou jornalística difundida nos saguões do prédio dos Edifícios D. Pedro I e D. Pedro II¹¹¹. A segunda - que não é precisamente uma forma de controle, mas redundante num efeito normativo – teve como espaço de atuação nada menos que os corpos dos e das discentes; trata-se de uma sorte de violência pedagógica, no sentido rigoroso do termo, violência efetiva e corporal contra alunos e alunas em sala de aula.

Exemplo do primeiro tipo de controle pode ser observado no pedido da presidente do Conselho Setorial que “volta a solicitar aos senhores professores que orientem os estudantes para que não se envolvam em movimentos estranhos à Escola bem como no sentido de não permitir afixação de panfletos em Editais sem autorização” (CS, 51/76). Ou ainda, “informou, a senhora Presidente aos professores que tomou medidas quanto a entrevistas solicitadas pelos alunos para a publicação no jornal ‘O Chato’, alertando a representante discente da necessidade de ordem da DOPS para a devida regularização” (CS, 17/75).

As referências à violência corporal contra estudantes podem ser visualizadas nos recorrentes pedidos da diretora do Setor: “Fez a senhora Presidente um apelo aos senhores Professores para que seja feito o atendimento aos alunos com maior urbanidade”(CS, 43/76)¹¹². Empiricamente, é possível observar um cruzamento entre estes dois tipos de violência na “abertura de inquérito, seja contra o chefe do Departamento de Filosofia por haver de fato expulso da reunião departamental a representação discente legitimamente constituída, seja contra os responsáveis pelas denúncias de que o fizera, apurados seus autores, veiculadas em cartazes fixados no saguão do Edifício D. Pedro I” (CS, 03/80).

A despeito da medida cronológica em que situamos estas tentativas de controle sobre o corpo discente, é possível identificar uma mudança significativa no período entre 1975 e 80 através de uma comparação entre duas situações que, ao que tudo indica, são equivalentes. Trata-se de uma “aplicação disciplinar: (...)”

¹¹¹ “Pouco a pouco, entre os anos de 1973 e 1979, os Departamentos que foram constituir outros Setores deixaram o Edifício da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, agora denominado D. Pedro I. Nele restariam apenas o Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes e o Setor de Educação, os que não saíram de casa” (WETSPHALEN, 1988, P.52).

¹¹² “Comunicação da Direção: (...) 5.solicitou cumprimentos de horário e maior urbanidade no atendimento aos alunos” (CS, 58/77).

[DECOMCISO solicitando instauração de procedimento para apurar] atitudes tomadas pelo professor Sunyé” (CS, 14/80). Em outra situação, ocorrida em 1975 e tratando do mesmo docente, consta em ata do Conselho: “Reclamações de alunos contra um professor” (CS, 05/75). Note-se que há uma mudança significativa entre ambos os episódios – apesar da ambigüidade da expressão ‘atitudes tomadas’, o nome do referido professor consta positivamente em ata, isto é, foi substituída a plena indeterminação da expressão ‘contra um professor’ pela responsabilidade positiva deste professor de forma especificada. Algo parece estar operando esta mudança que podemos chamar, sem tanto rigor, de mudança *positivante*.

Enfatizamos, acima, os temas da ‘ordem do dia’ significativos de uma série de relações e de disposições observadas a partir da posição do Conselho Setorial. Em tempo, cabe observar como o adensamento do corpo docente, num período relativamente curto de tempo, foi fator crucial na estruturação da rede setorial. Este fator fica expresso positivamente no primeiro ‘Relatório da Direção’ elaborado em função da gestão do Setor de Ciências Humanas. Neste documento estão resumidas as informações retiradas dos “Relatórios [anuais] que, de modo objetivo, procuravam relatar o trabalho desenvolvido por alunos, professores, funcionários e responsáveis pela administração setorial”(SCHLA, 1980, p.1), nos anos entre 1976 a 1980. Nele, estão indicadas as principais atividades setoriais realizadas durante o período em que a professora Cecília Westphalen fôra Diretora.

Aqui, vale lembrar a ‘crítica do documento’ elaborada por Le Goff(1990). Seguramente, este documento expõe, ‘de modo objetivo’, o produto de uma prática seletiva e institucional que consagra as ‘atividades-por-excelência’¹¹³. A positividade destas atividades, incorporada no e difundida através do documento, torna objetivada a auto-imagem do grupo, vale dizer, “os materiais aí contidos são parte integral do repertório de imagens com que o grupo veicula e gere sua identidade”(MICELI, 2001, p.349). Neste sentido, o ‘Relatório da Direção’ pode ser considerado como um compêndio cujo relato exprime e celebra o árduo esforço dos, textual e espacialmente, distintos ‘responsáveis pela administração setorial’. Pois que “não foi tarefa das mais fáceis dirigir o Setor de Ciências Humanas Letras e

¹¹³ Não decorre daí, que a descrição das atividades selecionadas no ‘Relatório da Direção’ seja, por si mesma, *falsa* ou *verdadeira*. Trata-se antes de compreender como e em que medida o documento (1) devido a seu caráter oficial, espelha uma *produção de verdade institucional*, bem como, (2) devido a seu caráter histórico-seletivo, reflete uma *vontade de verdade* do grupo, que produz tal documento, a seu próprio respeito.

Artes, sobretudo pela implantação de novos Cursos, a insuficiência de recursos, e do número de funcionários, bem como de professores em algumas áreas”(SCHLA, 1980, p.24a).

A formação dos novos cursos de graduação corresponde à entrada maciça de professores colaboradores¹¹⁴, que apesar de ter sido marca da estruturação setorial, até 1980, não acabou por modificar definitivamente a divisão departamental da rede setorial. Ao final da década de 70, o Setor abrangia doze cursos de graduação, distribuídos entre os mesmos seis departamentos de ensino constituídos em 1974¹¹⁵. Os cursos já existentes eram: Ciências Sociais, Comunicação Social, História, Filosofia, e Letras. Aqueles que foram implantados no Setor e/ou reconhecidos pelo MEC, após 1974, foram: Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, Turismo, Comunicação Visual, Desenho Industrial, Educação Artística e Psicologia¹¹⁶.

No entanto, se a administração setorial ‘não foi tarefa das mais fáceis’, isto não foi desencadeado exclusivamente pelos ‘graves problemas do Setor’¹¹⁷ ou pelas pressões advindas da Reforma Universitária. “Sobretudo, porém, pela transição política verificada no País quando alguns entenderam que revogados os atos de exceção estava também revogada toda ordenação jurídica” (SCHLA, 1980, p.24a).

Por um lado, é possível observar o conjunto de relações Conselho-estudantes como significativa da racionalidade veiculada por este conjunto de Conselheiros. As formas de controle sobre o corpo discente refletem o peso simbólico atribuído à ‘ordenação’, vista por eles, como necessária à organização universitária. Assim sendo, foi peça fundamental desta ‘ordenação’ o componente pedagógico-religioso – vale dizer, anti-comunista – difundido notadamente a partir do Departamento de Filosofia¹¹⁸. Através do conjunto das relações de força e de sentido travadas a partir

¹¹⁴ Segundo dados extraídos deste Relatório, a entrada maciça de colaboradores se deu no anos de 1978 e 79, quando, em termos globais, esta categoria funcional representava, respectivamente, 23% e 27,5% do corpo docente.

¹¹⁵ DEHIS, DECOMCISO, DEFI, DELEM, DLLCV e DEPAN.

¹¹⁶ Fonte: SCHLA(1980, p.35).

¹¹⁷ Como observado anteriormente, (p.57), o espaço físico é, desde 1975, um dos problemas persistentes na conformação setorial. “Problemas maiores ainda sem solução (...) Insuficiência de espaço físico no Edifício Dom Pedro I, para instalação de gabinetes de trabalho para professores 40 horas, bem como para salas de aula, sobretudo no período matutino. Ausência também de espaço físico para a instalação das Clínicas de psicologia, das Oficinas dos Cursos de Comunicação Visual, Desenho Industrial e Educação Artística”(SCHLA, 1980, p.24).

¹¹⁸ Todo o relato de Frei Crisóstomo, nome de batizado de Heriberto Arns, é significativo deste componente pedagógico-religioso: “Um dia encontramos Frei Raymundo no corredor. Algum aluno

da posição do Conselho, é possível visualizar uma disposição burocrática correspondente a uma racionalidade acadêmica, que poderíamos classificar como tipicamente 'ordenadora'.

Por outro lado, nota-se que rede setorial está atravessada pela 'transição política', por transformações estruturais que se fazem sentir, a partir do campo político, por toda sociedade brasileira. É neste contexto que os grupos de interesse, através de suas tomadas de posição dentro e fora da estrutura de rede setorial, se orientam significativa e politicamente.

Temos, na conclusão do Relatório¹¹⁹, uma representação da hierarquização universitária significativa da disposição política e da auto-imagem do Conselho Setorial até então vigente, que, apesar das dificuldades, teve "o apoio e a colaboração da maioria dos bons. Assim, muitos agradecimentos deveriam ser aqui consignados. O receio de omissão (...) leva ao agradecimento coletivo, desde os Magníficos Reitores, os Conselhos Superiores, os Órgãos da Reitoria, ao Conselho Setorial, às Coordenações de Curso, a todos os serviços do Setor, aos professores, aos estudantes e aos funcionários"(grifo nosso)(SCHLA, 1980, p.24a-b).

curioso perguntou-lhe: 'professor, o senhor tem argumento para provar a existência de Deus?'. Frei Raymundo não teve pressa para atender o aluno e nós todos que lá estávamos com certa curiosidade, quando Frei Raymundo assim resumiu o pensamento: 'a Filosofia aproxima de Deus, não apenas pela força do argumento, mas, pelo reconhecimento da limitação humana'(ARNS, 2002, p.131).

¹¹⁹ Segue em anexo a transcrição integral da conclusão do 'Relatório da Direção'.

4.3 A POSIÇÃO DO CONSELHO: DISPUTAS E DESCONTROLE ENTRE 1980-1986

Para o período entre 1980 e 82, tendo à frente do SCHLA o professor Helio de Feitas Puglielli, foram realizadas um total de 46 reuniões no Conselho Setorial¹²⁰. Durante esta gestão, não é possível observar, explicitamente, a mesma disposição centralizadora característica das formas de controle universitário nas gestões anteriores. “Com a palavra o senhor Presidente, considerando ser a primeira reunião que preside, no Conselho Setorial, na qualidade de Diretor, renova as saudações aos senhores conselheiros e em especial à representante discente, declarando ter como meta em sua atuação ao lado do senhor vice-diretor, conciliar, dialogar e conjugar forças” (CS, 06/80).

Esta mudança na disposição político-acadêmico é, para nós, função das mudanças em andamento na divisão departamental da rede setorial. Em junho de 1980, a composição do Conselho não era mais aquela típica dos *nomeados* por portaria em 1975: “na sala da Direção, presentes os senhores professores Chefes de Departamento Gilka Mariluz de Castilho [DECOMCISO]; Beatriz Pellizzetti [DEHIS], Igor Chmyz [DEPAN], Cassiano Cordi [DEFI], Luigi Castagnola [DELEM], Maria Comninos [DLLCV], a representante discente Denise Bottman Pereira e o senhor professor Helio Fileno de Feitas Puglielli, diretor do Setor (...) Iniciando, o senhor Presidente dá as boas vindas à nova integrante do Conselho Setorial, Professora Adalice Maria de Araújo, designada Chefe do [recém-implantado] Departamento de Artes”(CS, 09/80). Devido ao fato de não dispormos das atas relativas ao ano de 1979, não sabemos se esta composição do Conselho foi fruto de eleições departamentais ou de indicação advinda da Reitoria da Universidade¹²¹. É válido destacar que não há um perfil institucional que reúne tipicamente tal composição. Vejamos, porém, através da ‘ordem do dia’ o processo que marcou definitivamente a rede setorial.

¹²⁰ Para o ano de 1980, 18 reuniões, de CS (06/80) até CS (23/80). No ano de 1981, 17 reuniões, de CS (01/81) a CS (17/81). E durante o ano de 1982, 11 reuniões, de CS (01/82) até CS (11/82).

¹²¹ Em relatório setorial datado do fim do ano 1980, encontrado no arquivo morto do atual SCHLA, consta: “permeneceram em seus cargos os chefes e sub-chefes *designados* em abril de 1979” (SCHLA, 1980b, p.3). Tais Conselheiros foram *designados*, foram escolhidos para ocupar tal posição; só não sabemos em que esfera se deu tal escolha, nos departamentos de ensino ou no Conselho.

“O senhor Diretor leu o ofício nº 476/80, dirigido ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, para instalação do Departamento de Artes deste Setor”(CS, 07/80). A divisão departamental da estrutura de rede setorial fôra, a partir dali, alterada. O corpo docente do Curso de Curso de Artes, com as habilitações em ‘Educação Artística’, ‘Comunicação Visual’ e ‘Desenho Industrial’, anteriormente lotado no Departamento de Filosofia, obteve sua própria unidade departamental.

Provavelmente, os processos concernentes a esta cisão departamental constam nas atas relativas ao ano de 1979. Entretanto, se lembrarmos do processo profissionalizante observado no percurso do Conselho bem como da entrada de professores na rede setorial, é possível compreender, hipoteticamente, a constituição do DEARTES como resultado do adensamento do corpo docente naquela posição da rede setorial. O que antes era somente uma unidade departamental, o DEFI, abrigando docentes de duas áreas do saber, torna-se dois departamentos distintos. Seguramente, os fatores que deflagram tal cisão não podem ser resumidos ao adensamento global do corpo docente. Isto é, *desde a perspectiva da posição* da unidade departamental, existem outros componentes que estão na base da constituição do DEARTES – tais componentes não estão sob a alçada de nossa pesquisa.

Observemos, no entanto, *a partir da posição* do Conselho, entre 1980 e 82, como e em que medida as tomadas de posição das unidades departamentais, expressas na ‘ordem do dia’, refletem a estruturação setorial.

Diferentemente das gestões anteriores, os assuntos relativos à ‘licença para pós-graduação’ e ‘contratação de professor colaborador’ já não figuram centralmente na gestão do Conselho Setorial entre 1980 e 82. Dentre as 18 reuniões realizadas no ano primeiro ano de gestão, estes temas aparecem apenas duas vezes. Agora, a ‘ordem do dia’ se encontra dividida entre três assuntos interligados: as ocasiões em que aparece o tema ‘recurso’, ou ‘sindicância’, estão relacionadas diretamente com a ‘distribuição de vagas’, que, por sua vez, tem fim nos ‘concursos para professor assistente’. São estes os assuntos que dão a tônica do período¹²².

¹²² Numa consulta à série de atas datadas do ano de 1980 é possível observar, numericamente, esta divisão. Das 18 atas consultadas, 5 tratam da realização dos concursos, 6 tratam de sindicâncias ou recursos, e 3 abordam a distribuição de vagas. Esta divisão foi realizada em função do espaço textual nas atas. Os temas não são excludentes entre si. Temos, em menor número, a primeira ata sobre a posse do novo Diretor, sendo que outras três dizem respeito à ‘Prestação de Contas DARPP’, diretório Acadêmico do Setor bem como às licenças para pós-graduação.

Está na 'ordem do dia' "Vagas do Corpo Docente HL [Humanas e Letras]. O sr. Presidente apresenta ofício nº166/80 já encaminhado ao Magnífico Reitor para apreciação do Conselho Setorial em face da criação do Departamento de Artes, propondo a divisão das vagas solicitadas ao Departamento de Filosofia com o Departamento de Artes, ficando para o Departamento de Filosofia 02 (duas) vagas para Auxiliar de Ensino, 05 (cinco) vagas para Professor Assistente, 02 (duas) vagas para Professor Adjunto e 1 (uma) vaga para professor Titular. Para o Departamento de Artes, 12 (doze) vagas para Auxiliar de Ensino, 03 (três) vagas para Professor Assistente, 1 (uma) vaga para Professor Adjunto e 1 (uma) vaga para professor Titular"(CS, 08/80). Estavam dadas as condições institucionais para uma verdadeira batalha entre os departamentos – não limitada aos departamento de Artes e de Filosofia – na rede setorial. "Em votação, aprovado o encaminhamento ao Magnífico Reitor de adendo ao ofício referente a esta *redistribuição*"(grifo nosso) (CS, 08/80).

A mesma situação pode ser observada quando da "distribuição de vagas para Auxiliar de Ensino". Em discussão, esclarece o Sr. Presidente que o teor do parágrafo único do Art. 2º da Resolução do 17/80 do CEP lembrando 'Os Conselheiros Setoriais distribuirão as vagas de Auxiliares de Ensino atribuídas aos respectivos setores por todos os departamentos didáticos' necessita ser observado, propondo a seguinte distribuição"(CS, 09/80). Após sugerir uma divisão de vagas, "em votação, todavia, optou a plenária pela exclusão das vagas propostas para os Departamentos de História e de Filosofia [uma vaga para cada departamento], contra o voto do Sr. Presidente e professora Beatriz Pellizzetti e abstenção da representante discente, aprovando a distribuição assim proposta pela professora Gilka Maryluz de Castilho (...) com voto contrário da professora Adalice Maria de Araújo, cuja proposta , prevendo a distribuição de (...) foi rejeitada pelo plenário. Em face dos resultados das sucessivas votações, foram atribuídas ao Departamento de Artes, 06 (seis) vagas; Departamento de Psicologia e Antropologia, 06 (seis) vagas; Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, 04 (quatro) vagas; Departamento de Comunicação e Ciências Sociais, 04 (quatro) vagas e Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas, 02 (duas) vagas"(grifo no original)(CS, 09/80).

Isto dado, visualizamos, primeiramente, como, a despeito da determinação do CEP, as tomadas de posição das unidades departamentais acabaram por afastar tanto o DEHIS como o DEFI da divisão de vagas. Talvez, o desfecho mesmo desta

situação não seja a parte mais significativa do que viria a se instaurar em toda rede setorial. Notemos, por ora, como este conjunto de tensões setoriais acabou por agregar à função *de ensino* dos departamentos, uma função propriamente política dentro da estrutura de rede setorial. A tensão característica das disputas de força em torno das vagas no corpo docente tem sua significação positiva na “declaração de voto do professor Cassiano Cordi: ressaltando que, como Chefe de Departamento de Filosofia, tem a disposição de lutar pelas duas vagas de professor Assistente, vota favoravelmente, entretanto, por acreditar ser oportuno e urgente esclarecer se a Resolução 17/80 vai ou não ser alterada pelo CEP, afim de que o Departamento saiba como agir” (CS, 09/80)¹²³.

O tema da divisão desta remessa de vagas não findava ali. A disputa pelos novos postos no corpo docente fôra por quase três meses interesse exclusivo do Conselho Setorial: “reunião extraordinária do Conselho Setorial, especialmente convocada para fins específicos de se estudar da distribuição das vagas para Auxiliar de Ensino”(CS, 10/80). Iniciando esta reunião, “com a palavra, o senhor Presidente que solicita ao Conselheiro Cassiano Cordi para ler expediente de seu Departamento (...) Em seguida, o senhor Presidente solicita à Conselheira Beatriz Pellizzetti, para ler expediente com as reivindicações do Departamento de História” (CS, 10/80). “O senhor Presidente, com base nos documentos apresentados, lê ofício a ser encaminhado ao CEP em que sugere sejam reservadas 02 (duas) vagas de Auxiliar de Ensino, uma referente ao Departamento de História, outra ao Departamento de Filosofia, confirmando a distribuição das demais 20 (vinte) vagas entre os outros Departamentos”(CS, 10/80). Após quatro propostas reprovadas em plenário, chega-se a uma conclusão.

A série de disputas desenroladas em torno da oferta de posições no corpo docente foi componente significativo da gestão entre 1980 e 82. Entretanto, esta forma de disputa não esteve restrita à posição do Conselho Setorial:

“Recurso contra o Departamento de Psicologia e Antropologia. (...) Com a palavra a senhora Professora Zulmara Posse que, iniciando, solicita seja transcrita na íntegra em ata o que passa a percorrer. *Solicito aos Conselheiros em reunião permissão para que conste em ata todo conteúdo que for lido por mim. Senhores Conselheiros, não sou Chefe do Departamento de Psicologia e Antropologia, legalmente eleito pelo Conselho Departamental. Estou representando os interesses do Departamento de Psicologia e Antropologia na qualidade de Chefe por circunstâncias especiais, e não sei até onde poderei fazer jus à responsabilidade que me foi atribuída (...) Pediria pois aos senhores Conselheiros que fizessem a gentileza de*

¹²³ A Resolução 17/80 do CEP segue, integralmente, em anexo.

ouvir as explicações que, como membro do Departamento de Psicologia e Antropologia entendo que devam ser-lhes dadas pelo respeito que tenho à Chefia de meu Departamento e aos Chefes dos demais departamento deste Setor.

Analisando o recurso administrativo referido pelo sr. presidente do Conselho Setorial, e baseada nas informações da Consultoria Jurídica, e nas resoluções que dispõem sobre os concursos públicos para professores nesta Universidade apresento [os documentos legais que orientam seu argumento] (...) Explico: é entendido como força de trabalho docente dos departamentos didáticos, a força de trabalho, composta pelos professores pertencentes ao quadro de docentes da Universidade. Deste modo não inclui a força de trabalho de colaboradores e visitantes que não pertencem ao referido quadro. E a força de trabalho do Departamento de Psicologia e Antropologia no sub conjunto Antropologia não apresenta déficit em relação à carga horária semanal. Portanto de acordo com a resolução 17/80 do CEP referido pelo recorrente não há necessidade de crescer mais força de trabalho.(...)

Para o Departamento de Psicologia e Antropologia foram distribuídas sete (7) vagas para professor Assistente, sendo quatro para o sub conjunto de Psicologia e três para o sub conjunto de Antropologia. Explico: conforme a Resolução nº17/80 do CEP em anexo foram atribuídas 7 vagas para professores Assistentes do Departamento de Psicologia e Antropologia, sem que constasse a distribuição de 4 vagas para o sub conjunto de Psicologia e 3 para o sub conjunto de Antropologia, conforme refere a requerente. (...) Por conseguinte infere-se das aludidas Resoluções o seu caráter oficial e, principalmente, o suporte fático fincado em levantamento das necessidades anteriores (...) O curso [de Psicologia] funciona com 16 colaboradores e 4 professores em atividade sendo 2 auxiliares de Ensino e 2 adjuntos. Não tem sequer professor assistente. O conjunto Antropologia, que não constitui um curso, funciona com 8 professores do quadro de atividade sendo 1 titular e 7 assistentes, sendo 6 mestres e 1 doutor (...) Não sei se estou sendo clara, mas o relato aqui é o que realmente ocorreu e se for interpretado de algum outro modo foge à realidade”(CS, 12/80).

Com base nesta descrição, é possível ter uma dimensão significativa de como viriam a se desenrolar as relações de força entre as unidades departamentais na estrutura de rede setorial. De modo sistemático, é válido apontar dois tipos distintos de embates: de um lado, os *inter-departamentais*, aqueles em cujo Conselho servira de arena apartando ou incentivando a disputa *entre* as posições departamentais; e, de outro lado, os embates *intra-departamentais*, em que a arena departamental opunha (1) os *saberes* degladiando-se em função de uma vaga disponível, ou ainda, (2) por razões de diversas ordens – ideológica, pedagógica, ou até subjetiva – os *docentes* contidos numa mesma unidade de ensino¹²⁴.

¹²⁴ Exemplo significativo deste tipo de embate intra-departamental pode ser visto na “Sindicância: Com a palavra o professor Igor Chmyz, relator, tendo em vista o final dos trabalhos da Comissão de Sindicância composta pelos Professores Osvaldo de Oliveria Portella, Odah Regina Guimarães Costa e Edmundo Henrique Dreher, incumbida através da ordem de serviço nº38/80 da Direção, a fim de apurar os fatos envolvendo os professores Gilka Maryluz de Castilho e Luiz Nicolau Mader Sunye, apresenta Parecer favorável ao arquivamento do processo, msa com um termo conciliatório entre ambas as partes. O senhor Presidente, propõe seja designada uma Comissão a nível de Conselho Setorial, composta pelos Senhores Conselheiros, Miguel Wouk, Maria Comninos e Luigi Castagnola, a fim de proceder a tentativa de reconciliação”(CS, 18/80). Ou ainda, no “Recurso. Das professoras Jamile Cury e Ivelise de Araújo Szamivski, contra a decisão do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas que aprovou o pedido de afastamento das professoras Suzel S. Chueri e Sandra Pereira para realizar curso de mestrado em 1983”(CS, 11/82).

Além disso, o relato da professora do Curso de Psicologia torna explícita a situação insustentável da quantidade de colaboradores e auxiliares de ensino, agora, maioria em vários dos cursos de graduação do Setor¹²⁵. A pressão exercida pelos ocupantes destas posições se faz reconhecer quando aparece positivamente como tema na 'ordem do dia': "Auxiliares de Ensino solicitam direitos"(CS, 14/80). Note-se como os temas da 'ordem do dia' são interdependentes: as disputas entre os departamentos de ensino giram em torno das posições para 'Professor Assistente' e 'Auxiliar de Ensino'; após realizada a distribuição dos postos entre as unidades, a pressão vem *de baixo*, vem daqueles que investiram pedagógica e academicamente na rede setorial. "Com a palavra, o Relator que apresenta recurso de quatorze professores Auxiliares de Ensino, solicitando esclarecimento sobre o benefício da preferência aos professores Auxiliares de Ensino com estágio probatório"(CS, 14/80).

Diferentemente da gestão anterior, a realização das provas para professor Assistente e Auxiliar de Ensino não ficaram sob o crivo administrativo do Conselho Setorial. Agora, são as unidades departamentais as responsáveis pela execução prática das formas de seleção. "Ordem do dia: Medidas relativas aos concursos. Of. nº187-189/80 do Departamento de Filosofia apresentando lista de nomes para comporem a Banca Examinadora dos concursos a serem realizados naquele Departamento (...) Of. nº94/80 do Departamento de História apresentando lista de nomes para a composição da Banca do concurso para professor Assistente"(CS, 18/80). Aqui, o grupo de interesse ativo na composição do espaço e da forma de seleção docente é o departamento de ensino; e não, mais, o Conselho Setorial.

Indício significativo desta mudança operada na transposição do encargo administrativo dos processos de seleção, pode ser observado através dos recursos analisados em Departamento e, posteriormente, apreciados em Conselho: "O senhor Presidente solicitou à Conselheira Gilka Maryluz de Castilho para informar sobre o processo de recurso da Professora Elizabeth Luz Vasconcelos. A senhora Conselheira informou que, o Departamento de Comunicação e Ciências Sociais indeferiu o pedido. Diante do exposto, o senhor Presidente solicitou a apresentação,

¹²⁵ Exemplo típico desta situação era o DEARTES, que à sua fundação tinha 5 professores no quadro único de docentes e 18 professores contratados, sendo 5 visitantes e 13 colaboradores.

para fins de homologação, dos resultados do concurso para Auxiliar de Ensino na área de Relações Públicas” (CS, 01/81).

Seguramente, isso não significa que os espaços de seleção deixaram de ser espaços de uso político. Significa apenas que, no que tange às formas de reprodução do corpo docente, houve uma *descentralização* das tomadas de decisão, engendrada pelo par complexificação-profissionalização do corpo docente e orientada *do Conselho Setorial para* os Departamentos. A departamentalização mesma significa a existência administrativa de unidades funcional e hierarquicamente dispostas, dentro da estrutura de rede setorial. Tomada neste sentido, a departamentalização correspondeu a uma descentralização dos mecanismos burocráticos de reprodução, o que acabou, indiretamente, por tornar os ‘departamentos’ em unidades de força departamental.

De certa forma, é válido situar no encontro destes dois fatores – de um lado, a pressão-entrada dos colaboradores e auxiliares, e, de outro, a departamentalização-descentralização – como a constituição de um campo de possibilidades de atuação efetiva para um novo grupo de interesse disposto na rede setorial. Cabe lembrar que paralela e externamente a estes fatores, transcorria a macro-determinação pela qual atravessavam todas as instituições brasileiras ao início da década de 80. É no bojo destas transformações estruturais, denominadas de ‘abertura política’, e à luz dos embates na rede setorial que a primeira ruptura com o poder universitário, até então estabelecido, ganha sentido.

A partir dali, a clivagem instaurada na rede setorial pode ser caracterizada pela oposição entre as ex-Diretoras de Setor, Cassiana Lacerda e Cecília Westphalen, de um lado, e de outro, os professores Carlos Alberto Faraco e Carlos Antunes¹²⁶. Seguramente tal clivagem ultrapassa a existência destes indivíduos se tomados singularmente. Antes de mais nada, tal caracterização serve para dar vulto aos projetos político-acadêmicos que as distintas partes sustentavam – a despeito de suas respectivas e evidentes divergências internas.

Como já observamos, as mudanças internas à rede setorial acompanham um movimento mais amplo de abertura política. Neste sentido, uma das formas assumidas pela oposição entre dois grupos docentes na rede setorial tem sua

¹²⁶ A seleção *destes* atores especificamente se deve, não apenas ao acúmulo de capital simbólico em seus departamentos advindo dos respectivos programas de pós-graduação, mas também à ocupação de postos burocráticos de peso, por eles alcançada, na hierarquia universitária.

expressão, em 1980, na organização de parte da categoria docente em torno da mobilização grevista. Aqui, dois pontos devem ser elucidados: as disputas em torno da Associação dos Professores bem como a pressão exercida por ‘colaboradores’ e ‘auxiliares’, agora fração significativa do corpo docente.

A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, APUFPR, existe como entidade desde 1960¹²⁷. A história política da Associação dos Professores da UFPR acompanha de perto as mudanças ocorridas setorialmente; entretanto, não podemos nos deter nos pormenores desta organização¹²⁸. Destacamos apenas como os embates em torno da Diretoria da Associação ficaram, pelo menos desde 1979¹²⁹, acirrados devido àquela oposição entre os grupos docentes na rede setorial. Neste sentido, parte do corpo docente que promoveu e aderiu à greve de 1980 esteve ligado à ‘Universidade Necessária’, auto-denominação que posteriormente tornou-se ‘Movimento dos Professores’¹³⁰: “O grupo de professores ligados ao movimento ‘Universidade Necessária’ resolveu realizar algumas reuniões coletivas, verdadeiras assembléias, sem ter porém, caráter oficial. Esses professores, nós entre eles, não constituíam a Associação. Foi dessas assembléias que conseguimos retirar uma decisão de greve que praticamente paralisou toda a Universidade, à revelia da Associação”¹³¹.

¹²⁷ Segundo consta nos depoimentos, à época de sua fundação, a Associação “tinha por objetivo congregar pessoas que não tivessem somente uma relação profissional com a Universidade, mas também uma identidade com a instituição”(WESTPHALEN *apud* EVANGELISTA, 1991, p.8).

¹²⁸ ‘Memória da organização dos professores’ é o título da coletânea que reúne depoimentos dos presidentes da Associação dos Professores da UFPR. Coletados entre 1990 e 1991, a sequência dos depoimentos dá o formato da batalha instaurada por toda a Universidade, ao início da década de 80. Tal coletânea é, para nós, significativa da auto-consagração de um grupo de docentes, que ao início da década de 90, colhia os dividendos e as divisões adquiridas com seu sucesso político-universitário.

¹²⁹ “Havia três chapas concorrendo: a ‘Democracia e Desenvolvimento’, que era nossa, a ‘Independência’ e a ‘Universidade Necessária’. Ganhamos a eleição com 418 votos, a ‘Universidade Necessária’ perdeu por 14 [votos]”(COMNINOS In: EVANGELISTA, 1991, p.33-4).

¹³⁰ Uma parcela significativa do corpo docente no Setor encampou um projeto sindical representativo em âmbito setorial. A ‘sindicalização’ foi um projeto abertamente político-ideológico que veio responder aos anseios, até mesmo de caráter didático-pedagógico, destes docentes. Em oposição ao conjunto de mecanismos de controle estatal a que estava sujeito todo ensino superior brasileiro, a mobilização política deste grupo resultou na consuição da chapa para APUF/PR denominada ‘Universidade Necessária’, título da crítica desenvolvida por Darci Ribeiro, que teve como objetivo combater as formas centralizadas pelas quais se davam as tomadas de decisão a partir de posições-chave em toda a Universidade.

¹³¹ SANTOS In: EVANGELISTA (1991, p.45).

Exemplo característico do período da ‘abertura’, este movimento de greve tem orientações político-ideológicas que ultrapassam, em muito, a rede setorial¹³²; portanto, suas implicações últimas não podem ser aqui abordadas. Cabe, entretanto, destacar que uma das formas de conter a greve nacional foi *encaixar efetivamente*, por meio de decreto ministerial¹³³, toda a fração de auxiliares nos seus respectivos departamentos de ensino. A pressão advinda *de baixo*, das posições de colaborador e auxiliar, acabou por produzir efeitos na balança de poder universitário devido à sua inserção em múltiplos espaços de decisão acadêmica, especialmente nos departamentos¹³⁴.

Certamente, toda esta movimentação propriamente política dentro e fora da rede setorial está expressa nas atas do Conselho Setorial. Entretanto, a única tradução deste período na ‘ordem do dia’ passa pelo alto grau de formalização das atas: “O senhor Presidente comunicou: a) as decisões do Conselho de Reitores realizado em Maceió a respeito do cumprimento das leis e decretos já existentes concernentes à autonomia das Universidades e em favor dos professores contratados em [dezembro de] 80 e que não foram beneficiados pelo Decreto de dezembro do mesmo ano. b) o reencaminhamento aos Departamentos dos processos referentes à alteração de regimes de trabalho dos professores, para reapreciação” (CS, 10/81).

Em certa medida é possível observar, no que diz respeito à Associação de Professores, como as tomadas de posição a partir de fora da rede setorial foram centrais na inserção desta rede no processo de ‘redemocratização’, significativo do período. Neste sentido, é possível elencar, através da seguinte ata, aqueles

¹³² Em nível mais amplo, o ponto culminante da organização docente está, em 1981, na criação da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, ANDES-Sindiactio Nacional.

¹³³ Ver decreto nº85.487, de 11 de dezembro de 1980, em anexo. Dentro da legislação nacional, a respeito da normatização da carreira docente, o ponto de ruptura pós-Reforma universitária se dá neste ponto. Segundo Art.3º, da Lei n.5.539 de 1968, que *dispõe sobre o estatuto do Magistério Superior*, “os cargos e funções da carreira do magistério abrangem as seguintes classes: I – professor titular; II – professor adjunto; III – professor assistente”. Com este decreto de 1980, os auxiliares de ensino passavam a constituir mais uma posição na carreira docente. Sobre o período anterior ver ‘Ensino Superior: Legislação e Jurisprudência’, Carvalho (1975).

¹³⁴ Em 1980, “inscrevera-se duas chapas, a de ‘situação’ encabeçada pelo prof. Ivo Arzua e a de ‘oposição’ pelo prof. Carlos Antunes. A situação dos professores contratados [os colaboradores], portanto não associados na época, poderia decidir a eleição em termos quantitativos. Fizemos então uma reunião entre as duas chapas, pois era necessário que os dois candidatos chegassem a um consenso, a uma atitude política de abertura e entendimento, dando direito aos contratados de se tornarem associados e portanto exercerem seu direito de voto. Assim, deu-se a Eleição, a oposição venceu tomando posse em ambiente festivo, de afirmação democrática e respeito à decisão das urnas”(apud SILVA, In: EVANGELISTA, 1991, p.41).

departamentos de ensino cuja mobilização político-acadêmica coincide com as posições de maior peso relativo dentro da estrutura de rede setorial: “O senhor Presidente apresentou expediente com manifestações do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, Departamento de Psicologia e Antropologia, Departamento de História e Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas a respeito das sugestões da nova Universidade. Os senhores Conselheiros manifestaram-se favoráveis à ampliação de prazo e de preferência que pudessem trabalhar em cima de um anteprojeto”(CS,15/81). As mesmas unidades departamentais aparecem em ata quando o Diretor do Setor “apresentou ofícios do Departamento de História e Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas, com sugestões para reposição das horas aulas faltantes, motivados pelo período em que os professores estiveram em greve”(CS, 16/81).

Deste modo, se, para o período entre 1974 e 80, é possível observar na posição do Conselho Setorial uma disposição centralizadora, no que tange à divisão do trabalho de reprodução burocrática; agora, a posição mesma do Conselho se encontra num processo de intensa transformação *interna*. Tomada dentro do processo de departamentalização, a disposição do Conselho Setorial pode ser caracterizada como *fragmentada* uma vez que é para a tensão entre demandas e disputas departamentais que se orienta tal posição.

Externamente são as transformações políticas em transcurso no campo social global que ocupam posição central para a compreensão deste período e, em especial, para a compreensão da disposição político-ideológica dos grupos de interesse nele atuantes. No entanto, o grau de *refração* da configuração setorial se faz notar de forma a conservar determinadas práticas institucionais. “Em seguida, o senhor Presidente fez ponderações sobre o manifesto lançado pelo DARPP [Diretório Acadêmico do Setor] a propósito das eleições para as Coordenações de Cursos. Nos termos em que foi redigido, o manifesto deforma capciosamente a realidade, além de conter inverdades. O próprio representante discente reconheceu essa circunstância, votando favoravelmente à moção apresentada pelo Conselheiro Luigi Castagnola, em apoio à Direção do Setor, injustamente atingida por um manifesto de teor despropositado, sendo a proposição unanimemente aprovada” (CS, 03/81).

Além de uma certa indisposição com os representantes estudantis, observa-se a prática da indicação das Chefias das Coordenações de Curso¹³⁵, mediante lista tríplice com votação estando restrita ao âmbito do Conselho Setorial¹³⁶. A transformação nas práticas e principalmente nas trocas institucionais não decorrem direta e mecanicamente do conflito deflagrado entre duas frações opostas no corpo docente. A ruptura com os nós centralizados e centralizadores de poder universitário - convulsionada pela oposição político-acadêmica entre dois grupos ideologicamente distintos - foi operada processualmente. Vejamos, através da trajetória da gestão 1982-86, como um jogo de avanços e de retrocessos logrou instaurar a substituição funcional dos grupos de interesse na rede setorial.

No período entre 1983 e 86, o professor Noel Edmar Samways ocupou a posição de Diretor do SCHLA. Entre outubro e dezembro de 1982, foram realizadas apenas três reuniões do Conselho Setorial¹³⁷. O conteúdo destas atas reúne significativamente o processo de disputas departamentais e das reivindicações docentes delineado no período precedente. “O senhor Presidente comunicou: a) que estão sendo providenciadas instalações para a vice-direção que atenderá no período da tarde (...) b) comunicou a *descentralização* do controle do ponto do corpo docente. Cabendo à chefia imediata o controle” (grifo nosso) (CS, 12/82).

As demandas e disputas departamentais continuam com espaço significativo nas reuniões: “O Conselheiro Edmundo Henrique Dreher solicitou urgência no processo que se refere à transferência de Departamento do professor Roberto Caparelli Figurelli. A Conselheira Maria Inês Mancini de Boni apresentou a solicitação da coordenadora da Pós-Graduação de História de ser enviado 1 (um) Agente Administrativo para atendimento da Seretaria. O Conselheiro Luigi Castagnola informou da dificuldade futura na área de Italiano quando ocorrer sua aposentadoria”(CS, 12/82).

¹³⁵ A existência prática ou efetiva das Coordenações de Curso levaria a outra discussão. Cabe apenas apontar que até 1976, vários Cursos de Graduação não tinham sequer Coordenador: “Regularização dos Colegiados de Cursos: levou ao conhecimento, a senhora Presidente, da necessidade de se fazer eleições para a regularização dos Colegiados”(CS, 42/76). “De acordo com o parágrafo 1º e 2º do art. 22 do Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná, foi procedida a eleição por escrutínio secreto e em votações uninominais sucessivas da lista tríplice para coordenadores” (CS, 43/76).

¹³⁶ Raras foram às vezes em que a posição dos ‘Coordenadores de Curso’ foi requisitada dentro do Conselho; quer dizer, na estruturação setorial, e desde a perspectiva do Conselho, a posição de ‘Coordenador’ foi, lentamente, se conformando como posição de poder universitário.

¹³⁷ São elas: CS (12/82); CS (13/82); CS (14/82).

Com efeito, é possível observar o peso político das manifestações do corpo docente, a partir do início da década de 80, através da comunicação “da Chefia do Departamento de Filosofia: a) solicitou esclarecimentos sobre como proceder a respeito da frequência dos professores que estão em greve”(13/82). Em reunião extraordinária, estava na “ordem do dia: Calendário Escolar: Com a palavra o Senhor Presidente que apresentou expediente da Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, solicitando convocação urgente do Conselho Setorial com os coordenadores de cursos, a fim de deliberar a respeito da regularização do encerramento do período letivo em curso, tão logo cessem os motivos da paralização total ou parcial das atividades de ensino no Setor. Depois de amplamente debatida a matéria, ficou aprovado por unanimidade de votos que *cada Departamento resolveria seus problemas internos* e posterior comunicação à Direção, através de ofício”(grifo nosso)(CS,14/82). Através deste exemplo, aquilo que denominamos de ‘departamentalização’ torna-se objetivado em seu duplo significado: processo que corresponde à disposição efetiva na rede setorial enquanto resultante *interna* das relações de força na unidade departamental.

Além disso, mais uma cisão departamental estava na “ordem do dia: Desmembramento de Departamentos. Processo 62156/2 solicitando a criação do Departamento de Psicologia através do desmembramento do atual Departamento de Psicologia e Antropologia [DEPAN]”(CS, 13/82). Como se observa em ata, esta cisão se deve, dentre outros motivos, à impossibilidade física de abrigar todos os Cursos num só edifício: “Com a palavra, a professora Coordenadora do Curso de Psicologia que fez um apelo aos integrantes do Conselho Setorial no sentido de melhor esclarecer a comunidade discente no que se refere aos objetivos da mudança do CPA, Departamento e Coordenação do Curso de Psicologia, para o prédio da praça Santos Andrade”(CS, 13/82). Como havíamos observado, os problemas de espaço físico são, desde a gênese setorial, recorrentes. Cabe, entretanto, destacar como até mesmo a distribuição física dos Departamentos corresponde às transformações globais operadas na rede setorial.

As reuniões do Conselho realizadas nos anos de 1983 e 84 apresentam uma diferença radical em relação às demais gestões: agora, problemas de caráter pedagógico-acadêmico ocupam espaço expressivo nas atas. Junto destes, aparecem significativamente as questões relativas à ‘progressão funcional’ do corpo

docente. Vejamos, como ambos os conjuntos de temas da 'ordem do dia' refletem as mudanças configuracionais em processo bem como a implantação eficaz de um novo grupo de interesse nos mais diversos pontos da hierarquia universitária.

Durante os anos de 1983 e 84 foram realizadas 36 reuniões do Conselho Setorial¹³⁸. No que diz respeito às questões pedagógico-acadêmicas, aparecem na 'ordem do dia': 'Monitoria', 'Eleição para Coordenadores', 'Criação de Disciplinas', bem como, 'Licenciaturas'. "Ordem do dia: Licenciaturas. Reunião especialmente convocada para pronunciamento do Setor quanto à 'Proposta para reformulação dos Cursos de Preparação de Recursos Humanos para Educação'"(CS, 11/83). Este conjunto de temas ilustra como, ao menos inicialmente, um grupo específico de docentes, através da ocupação dos espaços de decisão relativos à política pedagógica, logrou difundir e imprimir, em âmbito setorial e extra-setorial, uma nova racionalidade acadêmica.

Neste sentido, é válido destacar duas atas em que o Conselho elege representantes setoriais para as esferas universitárias, então, responsáveis por tais questões. "Eleição para representante do Setor no colegiado da Coordenação Central dos Cursos de Graduação na PREP [Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa]"(CS, 01/83), ou ainda, na "reunião para eleição do representante do Setor junto ao CEP [Conselho de Ensino e Pesquisa]"(CS, 03/83). Os docentes eleitos para ocupar uma posição em tais esferas universitárias foram Cleusa Cesar de Paula e Marise Lorenci, para a PREP, como titular e suplente, respectivamente. Além de Carlos Alberto Faraco e Roseli Maria Rocha dos Santos eleitos como titular e suplente, respectivamente, para o CEP. Note-se que dentre estes quatro eleitos no Conselho Setorial, dois deles ocupavam posições centrais no movimento político organizado pelo corpo docente através da Associação de Professores¹³⁹.

É possível visualizar a ocupação das posições-chave - por parte deste grupo, que se reconhece tanto por sua disposição ideológica quanto acadêmica - também na hierarquia setorial: "sob a presidência do professor Noel Edmar Samways, Diretor do Setor, estando presentes os professores [recém-empossados] José Erasmo Guriginski, Maria Ignês Mancini de Boni, Maria José Justino, Ailton Caminha

¹³⁸ Foram 15 encontros no ano de 1983, e 21 encontros no ano seguinte.

¹³⁹ Carlos Alberto Faraco foi presidente da APUFPR entre 1973 e 75. Roseli Rocha dos Santos era esposa do Presidente da APUFPR, Carlos Antunes dos Santos, presidente da APUFPR, nos anos de 1981 e 82.

Gonçalves Júnior, Luiz André Kossobudzki, Carlos Danilo Costa Cortes, José Luiz da Veiga Mercer”(CS, 07/83)¹⁴⁰.

A clivagem instaurada na rede setorial entre dois grupos, acadêmica e ideologicamente distintos, tem seu exemplo sintomático na única ata que, em todo processo de pesquisa, foi por duas vezes redigida em livro oficial de atas – para a clareza do argumento a ata foi diferenciada entre CS(07/84a) para a primeira edição, e CS(07/84b), para a segunda edição.

O primeiro tema abordado em ata diz respeito a uma tomada de posição pedagógica dissonante da vontade do Conselho. “Com a palavra, a senhora professora Marise Lorenci informou do voto do representante do Setor junto ao CEP [ausente na reunião], contra o deslocamento de professores para outros cursos. Consideram os senhores professores a existência de consenso formado neste sentido favorável ao deslocamento de professores aos cursos, concluindo da necessidade da presença do [referido professor]”(CS, 07/84a). Esta reunião, devido à ausência do Diretor do Setor, teve de ser suspensa.

Dois dias depois, “o senhor Presidente deu por reinstalada a reunião do Conselho Setorial com a presença dos Conselheiros (...) Presentes também os coordenadores (...) O representante do Setor no CEP, professor Carlos Alberto Faraco e a representante do Setor na PREP, professora Cleusa Cesar de Paula” (CS, 07/84a). O tema referente ao ‘deslocamento de professores’ é tratado somente após a ‘ordem do dia’¹⁴¹. Antes da ‘ordem do dia’, porém, uma pequena discussão, em torno da presença ou não dos coordenadores na reunião reinstalada, torna explícita as indisposições dentro do Conselho Setorial.

“Iniciando, o senhor Presidente justificou sua ausência à reunião (...) Com a palavra a Conselheira Maria José Justino, considerou os problemas a serem tratados não serem de interesse dos coordenadores, não vendo porquê da sua convocação, que constituiria um desvirtuamento. O senhor Presidente afirmou ser regimental a convocação, bem como ressaltou o fato de que não havia nenhum assunto reservado ou secreto a ser tratado, e, mesmo tratar-se de reuniões que

¹⁴⁰ Maria José Justino foi presidente da APUFPR entre 1985 e 87.

¹⁴¹ O desenlace desta questão vem ao fim da ata: “Com a palavra a coordenadora de curso Marise Lorenci, que levantou o problema do voto do representante do Setor no CEP contra o deslocamento de professores dos Setores aos Cursos. O professor Carlos Alberto Faraco informou que seu voto contra, digo, foi contra decisão de se alterar um procedimento no próprio curso de período letivo, sendo no entanto favorável a que se chegue a uma solução racional”(CS, 07/84a,b).

devem ser *democraticamente* abertas à comunidade setorial. Em discussão, o Conselheiro Luiz André Kossobudzki considerou ser pertinente a presença dos coordenadores, pois seriam tratados assuntos administrativos. O senhor Presidente informou que a convocação deveu-se também pelo fato de os coordenadores já terem sido convocados na primeira reunião, início da presente, tendo sido tratado assunto que merecia a atenção do professor Carlos Alberto Faraco, agora presente. Ordem do dia”(grifo nosso)(CS, 07/84a).

A ata CS (07/84) pode ser dividida em três partes: aquela referente ao primeiro encontro, esta relativa à discussão sobre a presença ou não dos coordenadores, e a terceira, que concerne à ordem do dia. Ao fim da primeira edição da ata consta ‘s/ efeito’, sendo que nenhum dos Conselheiros à subscreve. A única mudança observada entre as duas edições da ata se situa no intervalo em que a presença dos coordenadores é debatida.

“Iniciando, o senhor Presidente justificou sua ausência à reunião (...) Com a palavra a Conselheira Maria José Justino considerou os problemas a serem tratados não serem de interesse dos coordenadores, não vendo porquê da sua convocação, que constituiria um *desrespeito* aos senhores Coordenadores terem sido convocados para uma reunião meramente administrativa bem como ao próprio Conselho Setorial que tomaria mais tempo para encaminhar estas questões. [A fala do Diretor se repete *ipsis literis*] O senhor Presidente afirmou ser regimental a convocação, bem como ressaltou o fato de que não havia nenhum assunto reservado ou secreto a ser tratado, e, mesmo tratar-se de reuniões que devem ser democraticamente abertas à comunidade setorial. [Vem a contraposição] A Conselheira Maria José lembra que uma reunião *efetivamente* democrática deveria estar aberta a todos os professores e sugere que esta prática seja assumida pelo Conselho Setorial. Em discussão, o Conselheiro Luiz André Kossobudzki, embora concordando com o pensamento da Conselheira Maria José, considerou ser pertinente a presença dos coordenadores, pois seriam tratados assuntos administrativos relevantes às coordenações. O senhor Presidente informou que a convocação deveu-se também pelo fato de os coordenadores já terem sido convocados na primeira reunião, início da presente, tendo sido tratado assunto que merecia a atenção do professor Carlos Alberto Faraco, agora presente. Ordem do dia”(grifo nosso)(CS, 07/84b).

A oposição que ora se coloca não gira em torno da participação, ou não, dos coordenadores nos processos de decisão 'administrativa'; supostamente, dividindo os favoráveis daqueles contrários a esta participação. Antes de tudo, o objeto aqui em disputa é a idéia mesma de 'democracia'. E talvez mais do que isso, a *verdadeira* idéia de 'democracia', uma idéia 'efetivamente democrática'. Tomada neste sentido, a 'democracia-de-verdade' é consagrada como bem simbólico gestado por aqueles cujo movimento de inserção para dentro da hierarquia universitária parecia como irresistível. Em tempos de redemocratização, a auto-imagem de ambos os grupos espelha mais ou menos ideais 'democráticos': "O senhor Presidente (...) ressaltou o fato de que não havia nenhum assunto reservado ou secreto a ser tratado, e, mesmo tratar-se de reuniões que devem ser democraticamente abertas à comunidade setorial"(CS, 07/84a,b). No entanto, enquanto mandatários *efetivos*, quer dizer, como mensageiros válidos e validados para fazer o uso legítimo – 'o uso verdadeiro' – desta idéia, cabia a eles distingui-la.

A clivagem que se desvela opõe, não apenas dois grupos ideológicos, mas duas racionalidades distintas *no que tange aos seus 'projetos de universidade'*. Quer dizer, embora sejam distintos seus projetos político-acadêmicos, e com estes projetos os usos e as representações do espaço acadêmico, tais racionalidades estão reciprocamente implicadas. Veremos esta reciprocidade mais adiante. Por ora, vale compreender a positividade de uma ata por duas vezes redigida como expressão da tensão ali instaurada. Neste sentido, indício significativo das relações de tensão na rede setorial é a não-ratificação, por parte dos Conselheiros, da primeira redação da ata. Ao produzir outra versão da mesma ata, este grupo torna 'sem efeito' a primeira. Com efeito, eles lograram impor sua auto-imagem de 'verdadeira' e 'efetivamente democráticos'.

Voltando ao caso empírico, observamos anteriormente que, junto das questões pedagógico-acadêmicas, estava a 'progressão funcional' do corpo docente. Na maior parte das vezes, eram os pedidos de 'Mudança de Regime' advindos dos departamentos que demandavam a progressão. "Referendo. Para referendo o senhor Presidente apresentou os seguintes encaminhamentos: a) ofício nº81/83 do DEFI, encaminhando pedido do professor Potiguara Acácio Pereira para alteração de regime de trabalho de 40 horas para Regime de Dedicção Exclusiva.

b) of. nº111/83 DEPAN encaminhando pedido de alteração de regime de trabalho de 20 horas para 40 horas semanais mais Dedicção Exclusiva”(CS, 12/83).

Ao que tudo indica, os pedidos eram enviados dos departamentos para o Conselho e daí para a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD. Vale ressaltar, no entanto, que os pedidos de alteração de regime não foram imediatamente tampouco totalmente respondidos. Alguns pedidos chegaram a ficar por quase um ano sem resposta. Exemplo significativo dos empecilhos, supostamente administrativos, que circundavam tais pedidos pode ser observado quando das “Comunicações: Da Direção: a) a eleição da professora Cecília Maria Westphalen, para a presidência da CPPD, ressaltando as novas atribuições do órgão bem como solicitou consignação de um voto de congratulação àquela professora, tendo sido acompanhado pelos professores Carlos Danilo Costa Cortes, Brunilda Reichmann Lemos e Maria Inês Mancini de Boni. A Conselheira Maria José Justino se permite ficar ausente nas congratulações por considerar fundamental que os candidatos aos cargos dentro da UFPR apresentem-se publicamente e assumam compromissos e princípios com o Setor que irá representar” (grifo no original)(CS, 14/84).

Através desta situação é possível compreender o bloqueio de acesso à progressão vertical como um dos derradeiros micro-dispositivos universitários que serviram para refrear a substituição funcional de um grupo, agora de saída, dos postos-chave na burocracia acadêmica. Em resposta àquele bloqueio, por sua vez, o Conselho Setorial, agora composto por duas racionalidades antagônicas, faz imprimir o peso do capital universitário acumulado em sua posição hierárquica:

“Ordem do dia: Exame das prioridades do Setor relativas aos processos dos expedientes. (...) Consideraram os senhores Conselheiros que todas as solicitações são preferenciais e propõem que todos os processos sejam encaminhados à CPPD em expediente nos seguintes termos: *‘Dirijo-me à V.Exa. coma finalidade de, em atendimento ao prazo convencionado, encaminhar a essa Comissão a relação dos pedidos de mudança de regime de trabalho dos docentes deste Setor. Após buscar longamente o estabelecimento de critérios de preferência e o conhecimento de cada pedido, o Conselho Setorial decidiu por unanimidade: encaminhar a relação por ordem alfabética , pois considerou todos os pedidos como sendo preferenciais, sem graduação para mais ou para menos nas considerações relacionadas com o mérito de cada um. Outrossim, o Conselho Setorial considerou que no caso da CPPD*

utilizar como critério de avaliação dos pedidos o custo de cada um, os pedidos de mudança de regime de trabalho de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva deveriam ser tratados como sendo pedidos de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas. Desta forma, acredito que essa Comissão, com base em critérios próprios e fundados em disposições regimentais ou normativas, possa estabelecer preferência, no caso de os recursos orçamentários serem insuficientes para atender a todos'. Aprovado”(CS, 18/84).

De forma sintética, o que se observa após 1980 é um acirramento das tomadas de posição ideológicas, não apenas na posição do Conselho, mas em toda a rede setorial. A ‘ordem do dia’, dos exemplos acima descritos, exprime a substituição funcional dos grupos de interesse junto do movimento de departamentalização de rede. Neste contexto, o projeto político-sindical do corpo docente, cujas tomadas de posição ideológicas são distintivas, teve peso significativo.

Como vimos, além das posições-chave dentro da hierarquia universitária, também a representação mesma do que é ‘democrático’ foi alvo de disputas. Tal disputa tornou-se explícita num debate a respeito do caráter das reuniões do Conselho Setorial: seriam as reuniões do Conselho ‘democráticas’? A resposta a esta questão foi, em certa medida, o canal político através do qual, abalizado por parcela significativa do corpo docente setorial, um grupo de interesse logrou se imprimir.

“Aos dias seis de julho (...) no anfiteatro do 1º andar do Edifício D. Pedro I, reuniu-se o Conselho Setorial do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, em sessão aberta, sob a presidência do decano deste Setor (...) Ordem do dia: Posição frente ao projeto de equiparação. Depois de amplamente debatida a matéria, então *sob a presidência da vice-diretora* professora Brunilda Reichmann, os professores chegaram às seguintes conclusões: 1) reiteram sua posição de rejeição firmada pela Assembléia Geral do dia 4p.p. a manifestarem sua indignação pelo desrespeito com que vêm sendo tratados pelo MEC” (CS, 10/84).

Esta ata reúne significativamente vários dos componentes típicos do processo democratizante pelo qual adentrara a rede setorial. Primeiramente, embora não se trate da primeira reunião realizada fora da sala da Direção, o espaço físico onde se

desenrola esta reunião, o anfiteatro do 1º andar, é significativo das transformações na disposição política do Conselho Setorial. Estas transformações não ocorrem, entretanto, sem resistência como aquela observada na substituição da posição de Presidente da reunião¹⁴². Quer dizer, as mudanças configuracionais em processo na rede setorial não ocorrem sem que a concorrência entre racionalidades afaste – simbólica, política e positivamente – atores cuja racionalidade não se encaixe àquelas transformações.

Tais mudanças configuracionais ficam também expressas nas formas de decisão: quem orienta tal tomada de decisão? Agora, são ‘os professores’ que chegaram a uma decisão advinda de ‘Assembléia Geral’¹⁴³. Seguramente, a forma de auto-denominação ‘os professores’ é resultante de uma contra-posição em relação àquela feição centralizadora típica das primeiras gestões do Conselho. ‘Os professores’ é resultado de uma auto-imagem que, embora reconheça seus pares em sua identidade ‘democrática’, visa dar conta de uma diversidade tão vasta quanto às rixas departamentais¹⁴⁴. Neste sentido, a crise implantada no Setor tem sua expressão mais evidente na oposição entre dois grupos docentes constitutivos da rede setorial.

Muito embora num espectro político-ideológico os grupos acadêmicos se classifiquem, isto é, se distingam numa polaridade correspondente àqueles ‘de esquerda’ em oposição àqueles ‘de direita’, tal bipolaridade não dá conta da teia de sentidos e da rede de forças ali em jogo. Em outras palavras, num nível microssocial das relações de dependência acadêmico-setoriais não é possível atribuir todo um processo configuracional a um conflito exclusivamente ideológico¹⁴⁵. Mesmo em tempos de ‘abertura política’, o jogo acadêmico não se reduz a um jogo ideológico¹⁴⁶. Sem dúvida, historicamente, esta oposição ideológica existiu e existe;

¹⁴² Presidida inicialmente por Danilo Costa Cortes, a reunião tem como presidente, ao seu fim, Brunilda Reichmann.

¹⁴³ ‘...os professores chegaram às seguintes conclusões’ (CS, 10/84).

¹⁴⁴ Pense-se nas descontinuidades na ocupação da posição de Reitor que este grupo logrou alcançar. Reitores entre 1986 e 2002: Riad Salamuni: 1986 a 1990; Carlos Alberto Faraco: 1990 a 1994; José Henrique de Faria: 1994 a 1998 e; Carlos Roberto Antunes dos Santos: 1998 a 2002.

¹⁴⁵ Vale dizer, o jogo acadêmico não pode ser representado como unicamente bipolar. O espaço onde se desenrolam as relações de dependência acadêmica é, sobretudo, como um *continuum* em cujos atores deslizam, de pólo a pólo, com uma teatralidade tão ambígua quanto distintiva. Este caráter ambíguo, nas mais das vezes necessário à convivência e à conveniência departamentais, está no núcleo do ‘mal-estar’ das relações ali gestadas.

¹⁴⁶ Exemplo significativo disso pode ser observado na posição ocupada pelo(a) Chefe de Departamento de História; que, mesmo criticando “o rompimento do compromisso publicamente

nela, as tomadas de posição aparecem – tal qual aquelas acima descritas – como produto exacerbado típico da tensão ali instaurada.

Por fim, cumpre destacar o peso simbólico da ‘Assembléia Setoriais’, enquanto canal político acionado pelo corpo docente setorial. Como é possível observar em ata, as assembléias serviram como um tipo de espaço *paralelo* de discussão político-acadêmica: “O Conselheiro José Luiz da Veiga Mercer complementando sugeriu que os chefes levassem aos professores o assunto antes da Assembléia que será realizada no próximo dia 16 de dezembro”(CS, 16/83). Tomando o caso anteriormente descrito, em relação a esta fala, é possível distinguir dois tipos de encontros de discussão político-acadêmica: de um lado, as ‘Assembléias Gerais’ e, de outro, as ‘Sessões abertas do Conselho Setorial’.

As sessões abertas se fazem presentes no Conselho Setorial a partir de 1983, quando estava na “ordem do dia: Aprovação do Plano Setorial 84/86”(CS, 15/83). Entretanto, naquele caso específico, “durante as discussões, conclui-se pelo retorno da matéria em reunião ordinária do Conselho”(CS, 15/83). Contrapondo este caso àquele em cujo Presidente da reunião não está presente ao fim da sessão, é possível visualizar como o jogo de avanços ‘democráticos’ corresponde, factual e simbolicamente, a um processo custoso de abertura dos espaços de decisão acadêmica. Esta abertura é custosa tanto para aqueles cujos anseios democráticos demandavam espaço, como àqueles cujos olhos viam o fim da hierarquia universitária.

“No anfi-teatro do 1º andar, reuniu-se o Conselho Setorial em sessão aberta aos professores, funcionários e alunos, especialmente convocados (...) Ordem do dia: Regimento Setorial”(CS, 15/84). Da mesma forma que nas gestões anteriores¹⁴⁷, os pontos modificados no Regimento expressam significativamente os interesses agora em jogo. “Depois de discutida a matéria, foram colocadas em votação as seguintes alterações na redação: art. 103, § 4º - “Os prazos de inscrição, contados da data da publicação do Edital no Diário Oficial da União, serão de, no mínimo, cento e oitenta (180) dias para Professor Titular e de, no mínimo 90 (noventa) dias

assumido pelo MEC de discussão ampla dos assuntos referentes à reestruturação da Universidade”(CS,05/83), ‘consigna um voto de congratulação’(CS, 14/84) a sua colega de departamento ‘eleita’, de forma não-debatida, em instância superior para tratar de assunto relativo ao Setor. Uma vez lembrado o peso das contracoerções departamentais, esta situação não precisa ser sociologicamente compreendida como *contraditória*. Ela só aparece como tal se resumirmos a realidade acadêmica a uma bipolaridade exclusivamente ideológica.

¹⁴⁷ Ver, neste trabalho, p.55.

para as demais classes docentes”(CS, 15/84). Não apenas interesses estão reproduzidos em ata, mas também os anseios do corpo docente setorial: “Em seguida foi colocada a questão das eleições diretas para todas as instâncias administrativas. Na discussão o Professor Jair Mequelusse apresentando a proposta do Departamento de História, defendeu a inclusão de eleições diretas no regimento como meio de levar o assunto aos Conselhos Superiores; de outra parte, o Professor Carlos Alberto Faraco considerou que tal inclusão seria inconveniente para a tramitação do projeto, cabendo optar por expediente paralelo, que sensibilize esses órgãos superiores. A matéria não entrou em votação”(CS, 15/84).

A partir dali, foram várias as sessões abertas realizadas pelo Conselho Setorial. “Com a palavra o Senhor Presidente que observou a existência de grande número de propostas de alteração do ante-projeto, inclusive da parte dos funcionários do Setor, e que, dada a complexidade do trabalho, sugeria a criação de uma Comissão paritária de professores, alunos e funcionários para relatarem e/ou consolidarem essas emendas”(CS,16/84). “Ordem do dia: Regimento do Setor – Relator: Professor José Luiz da Veiga Mercer, foram examinadas as emendas definidas em Assembléia Setorial; e após longa discussão, foi aprovado o [novo] Regimento do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes”(CS, 07/85).

Se, por um lado, o conteúdo das reuniões extraordinárias denominadas de ‘sessão aberta’ espelha os interesses e os anseios do corpo docente setorial, por outro lado, são as ‘assembléias setoriais’, que simbolizam para este grupo o espaço mesmo de mobilização político-acadêmica. A organização destas assembléias significou a instauração de um canal político que deu uma forma mais ou menos coesa aos ‘professores’ do Setor, bem como acabou por se tornar instrumento significativo das articulação de oposição aos gestores acadêmico-burocráticos, até então, estabelecidos na UFPR¹⁴⁸. A própria trajetória das ‘assembléias’ corresponde às mudanças ocorridas no Setor. Se, ao início dos anos 80, o receio de organizar greve e, posteriormente, assembléia é significativo do seu caráter oficioso¹⁴⁹; no ano de 1985, as assembléias *entram* no Regimento Setorial, tal qual seus agentes

¹⁴⁸ “As atividades abrangeram também aquelas de conteúdo político, pois politizar, em nossa gestão, era exatamente mobilizar e conscientizar os professores, viabilizando todo um processo a partir da tomada de decisão deles diante dos fatos que mais lhes interessassem diretamente. Por isso, até fomos acusados de assembleísmo, em virtude das diversas assembléias que fizemos” (*apud* SANTOS, In: EVANGELISTA, 1991, p.47).

¹⁴⁹ A UFPR foi uma das últimas universidades a aderir à paralização nacional, no ano de 1980.

organizadores lograram entrar na hierarquia universitária. Ou seja, a trajetória da 'assembléia' ganha sentido tomada dentro dos embates universitários do período.

De todo modo, é válido destacar que, para além da explicitação do palco dos embates universitários, as atas de reunião do Conselho Setorial datadas de 1985 e 86 delineiam uma certa continuidade com a concentração pedagógico-acadêmica anteriormente mencionada. Agora, porém, esta concentração está expressa nas atividades denominadas 'de extensão' e 'de pesquisa'. Neste sentido, praticamente todos os departamentos de ensino aparecem abordando diversos temas: 'Criação do Mestrado de Língua Portuguesa'¹⁵⁰, 'Projeto de Curso de Especialização em Antropologia'¹⁵¹, 'Proposta do curso de extensão: 'Cinema Paranaense por ele mesmo', promovido pelo departamento de Artes'¹⁵². Ou ainda quando das Comunicações: "do Presidente comunicando o recebimento do ofício da Comissão Organizadora da 15ª Reunião Brasileira de Antropologia, a realizar-se de 23 a 26/03/86 nas dependências do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes"(CS, 01/86), bem como "do professor Jayme Antonio Cardoso comunicando a realização do Curso de Extensão em Semiologia Gráfica pelo Departamento de História"(CS, 06/86).

Se tomarmos este conjunto de atividades 'de extensão' e 'de pesquisa' em relação tanto àqueles pedidos de alteração no regime de trabalho como em relação àquelas atividades pedagógico-acadêmicas, é válido observar a continuidade daquele processo *profissionalizante* utilizado para descrever as transformações na rede setorial. Em certa medida, esta continuidade aparece como uma inserção definitiva do corpo docente na própria rede setorial. Quer dizer, não apenas um grupo específico logrou inserir-se em posições-chave da hierarquia universitária, como também, todo o corpo docente passou por uma profissionalização que enreda, cada vez mais, os próprios docentes no jogo acadêmico¹⁵³.

Exemplo típico dessas atividades 'de extensão' pode ser observado no "Curso de Extensão Universitária em Língua Inglesa – Reciclagem e nivelamento. Relator, prof. Carlos Danilo Costa Cortes apresentou o [referido] projeto: (...) para realização

¹⁵⁰ CS (20/84)

¹⁵¹ CS (01/85)

¹⁵² CS (06/85)

¹⁵³ Sem dúvida, os pedidos de licença para cursar pós-graduação seguem aparecendo na 'ordem do dia'. Contudo, este tipo de pedidos, além de não ocupar espaço significativo nas atas, chega ao Conselho como resultado das relações de força departamentais.

no período de março a dezembro de 1985 – a ser coordenado pela prof. Dra. Otilia Arns e que foi apreciado e aprovado pelo Plenário Departamental do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, tendo como justificativas a necessidade de reciclagem de professores de Inglês e seus objetivos estão de acordo com o plano de Ação do Departamento para o período 1983/87, e vem sendo ministrado aos professores da comunidade por 10 anos consecutivos. Parecer: O projeto atende aos requisitos básicos exigidos pelos órgãos superiores da Universidade, razões pelas quais recomendamos sua aprovação pelo Conselho Setorial do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes”(CS, 21/84).

Este exemplo ilustra significativamente a estruturação burocrática da rede setorial. Se, por um lado, as atividades didático-acadêmicas ‘de extensão’ significam, a seu modo, a profissionalização do corpo docente; por outro lado, destaca-se a atuação de diferentes departamentos no processo de decisão. Como havíamos destacado, a departamentalização pode ser compreendida como decorrente da descentralização das responsabilidades administrativo-burocráticas num movimento que vai *do* Conselho *para* os Departamentos. Neste caso, é responsabilidade do DELEM decidir em ‘plenário departamental’ sobre o ‘projeto de extensão’; as relações intra-departamentais determinam a orientação deste ‘projeto’.

Neste mesmo movimento, que vai *do* Conselho *para* os Departamentos, é válido compreender a departamentalização como difusão do trabalho burocrático extra-departamental. Esta difusão pode ser visualizada na atuação do representante do DECOMCISO, dando ‘Parecer’ em questão relativa ao DELEM. Portanto, a atuação departamental, em questões acadêmico-burocráticas, pode ser diferenciada entre (1) aquelas resultantes das relações de força intra-departamentais e (2) aquelas atuantes por sobre questões extra-departamentais. Ambas as formas de atuação departamental são duas faces do mesmo processo, ambas são eixos da estruturação burocrática ocorrida globalmente na rede setorial.

Este tipo de atuação burocrática em questão extra-departamental está expressa também quando da “Ordem do dia: Desmembramento do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais. Relator: Prof. Jayme Antonio Cardoso [DEHIS], que efetuou um relato completo sobre a pretendida divisão e emitiu parecer favorável recomendando sua aprovação pelo Conselho Setorial. Aprovado por unanimidade o desmembramento”(CS, 02/86). Neste caso, especificamente, além da

diferenciação entre as áreas do saber, também a deficiência setorial em relação ao espaço físico foi componente fundamental na divisão do DECOMCISO¹⁵⁴.

Para concluir a análise da fração cronológica por nós selecionada, é necessário vislumbrar a transição do mandato da Diretoria do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, ocorrida em meados de 1986. “O Senhor Presidente declarou aberta a sessão e passou à ordem do dia: composição da comissão eleitoral de que trata a resolução 01/86 da assembléia setorial de 31/03/86 foi o assunto debatido e os conselheiros indicaram a seguinte comissão eleitoral para acompanhar o processo eleitoral de 15 de maio próximo: professor Noel Edmar Samways, professor José Borges Neto, funcionário Ricardo Sabchuk, funcionário Luiz Machado, acadêmica Maria Valéria da Nova e o acadêmico Elton Luiz Barz” (CS, 04/86).

Tomada como resultante das múltiplas tensões instauradas entre dois grupos antagônicos, esta ata expressa de forma nítida as mudanças configuracionais. Neste sentido, é significativa a participação de determinados elementos, antes apresentados em ata apenas num contexto de vigilância e de violência. A participação de ‘acadêmicos’ e de ‘funcionários’ – precisamente as duas últimas posições na disposição hierárquico-universitária¹⁵⁵ do grupo descendente na burocracia setorial – pode ser apreendida em seu duplo-sentido: o grupo ascendente assegura, por meio desta participação, uma coação simbólica e física sobre o procedimento eleitoral ao mesmo tempo em que torna efetiva a difusão de sua concepção democratizante do mundo acadêmico. Em outras palavras, a representação ‘ideológica’ defendida por este grupo tem peso simbólico na redistribuição efetiva de poder universitário em processo¹⁵⁶.

A reunião em que é realizada a eleição para o novo Diretor setorial não consta entre as atas do Conselho¹⁵⁷. Ao que tudo indica, também esta transição de

¹⁵⁴ “Transferência do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais e Coordenações dos Cursos de Turismo, Comunicação Social, Estudos Sociais e Moral e Cívica, para o 2º andar do edifício da Praça Santos Andrade”(CS, 01/83).

¹⁵⁵ “... leva ao agradecimento coletivo, desde os Magníficos Reitores, os Conselhos Superiores, os Órgãos da Reitoria, ao Conselho Setorial, às Coordenações de Curso, a todos os serviços do Setor, aos professores, aos estudantes e aos funcionários” (grifo nosso) (SCHLA, 1980, p.24a-b).

¹⁵⁶ Ao diferenciar ‘ideologia’ de ‘estruturas de poder’, Elias observa o peso da ‘função ideológica’ como aspecto decisivo na distribuição de poder efetiva. Ver ELIAS (2001, p.274).

¹⁵⁷ As atas subseqüentes ao encontro no qual é composta a comissão eleitoral, CS(04/86), tratam de temas departamentais e orçamentários: “Ordem do dia: regimento interno do Departamento de História”(CS, 05/86); “Ordem do dia: Proposta orçamentária do Setor”CS(06/86).

mandato foi realizada com a votação restrita aos domínios dos Conselheiros. “Reuniu-se em caráter ordinário o Conselho Setorial do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes em sua sala, sob a presidência do senhor Diretor, professor José Luiz da Veiga Mercer”(CS, 12/86).

Representante do grupo cuja racionalidade político-acadêmica vinha, desde fins da década de 70, tentando desfazer determinadas práticas centralizadoras na rede setorial, assume o novo Diretor: “o professor José Luiz da Veiga Mercer [que] apresentou as linhas gerais do trabalho administrativo que pretende desenvolver na Direção do Setor: a) comissões especiais: foi comunicada a formação de comissões especiais, encarregadas de diagnóstico de seis aspectos relevantes da atual situação do Setor: 1- corpo docente, 2- organizações estudantis, 3- ensino, pesquisa e centros vinculados no Setor, 4- espaço físico e equipamentos, 5- situação contábil e de almoxarifado e, 6-organização administrativa e funcional. b)Organograma Setorial: comunicou-se também a alteração da organização setorial, ficando delineada a seguinte maneira: 1- Conselho Setorial, 2- Direção e Vice-Direção, 3- Secretaria de Apoio Administrativo: recepção, protocolo, controle contábil, almoxarifado, mecanografia e manutenção” (CS, 12/86).

A partir desta descrição, poderíamos dizer que, desde 1975, as questões recorrentes no Setor são praticamente as mesmas¹⁵⁸: corpos docente e discente, ensino e pesquisa, e, obviamente, espaço físico. A descrição deste ‘trabalho administrativo’ hierarquiza *quais* mecanismos e espaços acadêmico-burocráticos são ‘relevantes’ para a ‘atual situação do Setor’. Mas, além disso, esta descrição informa *como* estes mecanismos de regulação e de regulamentação devem ser transpostos segundo a nova racionalidade que se pretende institucionalizar.

Neste sentido, a constituição e pulverização de ‘comissões especiais’ ganham seu sentido político se tomados em contraposição às tentativas de bloqueio, quase sempre frustradas, à inserção definitiva de novos agentes no jogo acadêmico. A racionalidade que agora se instala está posicionada *contra* os nós centralizadores produzidos e legitimados burocraticamente. Ao ocupar postos burocrático-acadêmicos de peso significativo na rede setorial, este grupo visava também desatar determinados nós. A inversão do ‘organograma setorial’ não significa senão isso:

¹⁵⁸ “Tópicos do relatório do ano de 1975. Providências tomadas objetivando a definição da estrutura Setorial: Elaboração do Regimento Setorial; Lotação de Docentes; (...) relatório salienta com ênfase o grave problema da necessidade de ampliação de espaço físico do Setor” (CS, 39/76).

aos seus olhos, as orientações e determinações dos representantes departamentais – sejam elas produto de uma guerra interna ou não – devem se sobrepor às decisões de uma única posição.

Em suma, é possível observar no período entre 1980 e 86, o acirramento das relações de oposição entre dois grupos de interesse na rede setorial. Esta oposição pode ser compreendida como um defasagem entre duas racionalidades distintas, parafraseando Weber, entre duas ‘visões de mundo acadêmico’. Sem dúvida, as orientações ideológicas são componente decisivo na caracterização da auto-imagem deste dois grupos; no entanto, ambas as racionalidades acadêmicas não se resumem a sua disposição ideológica. Como vimos, os laços de dependência acadêmica, nas mais das vezes, são coercitivos para a dinâmica interna da rede setorial, especialmente, nos embates, ora disfarçados ora eclodidos, em âmbito intra-departamental. Quer dizer, mesmo tomado num contexto de ‘abertura política’, o acirramento das tomadas de posição propriamente ideológicas estão circunscritos pelo jogo e pelo mal-estar acadêmicos; sobretudo, numa fase de *transição*, não apenas política, mas também entre os grupos em jogo.

Objetivamente, esta transição, que denominamos de substituição funcional na ocupação de posições-chave dentro da hierarquia burocrático-acadêmica, foi por toda a Universidade¹⁵⁹ desencadeada pelos embates entre dois grupos específicos. Mas tal oposição está circunscrita historicamente pelos efeitos não-planejados decorrentes da Reforma universitária de 1968: as possibilidades de uma nova racionalidade se fazer encaixar na burocracia acadêmica estão dependentes da consolidação das unidades departamentais como micro-espacos de disputas de diversas ordens. Em outras palavras, as formas localmente assumidas pela ‘departamentalização’ preconizada pela Reforma estão na base da redistribuição efetiva de poder universitário.

Através da trajetória do Conselho tornamos objetivado o campo de possibilidades dentro do qual se estrutura aquela oposição e da qual ela é, dentro de determinados limites, estruturante. Este ‘campo de possibilidades’ foi constituído

¹⁵⁹ Ao final do ano de 1985, foi realizada a primeira eleição para Reitor da UFPR aberta aos diversos níveis hierárquicos e funcionais da Universidade.

através de um movimento que possibilitou uma nova distribuição efetiva de poder na rede.

Se é bem verdade que o projeto político-sindical de um grupo específico logrou sucesso universitário, isto não se deu sem o processamento de uma hierarquização não-planejada da estrutura de rede. O processo não-planejado pelos atores em jogo foi a departamentalização *efetiva* da estrutura de rede setorial¹⁶⁰. Na medida em que (1) a descentralização dos encargos burocráticos, junto da (2) profissionalização e complexificação do corpo docente caracterizaram as unidades departamentais como órgãos *efetivamente* burocrático-administrativos, as chances de acionar determinadas formas e práticas de controle universitário tenderam a diminuir.

O conjunto de tentativas, de parte a parte, no sentido de se inserir em instâncias hierárquico-universitárias de decisão, ou então, de barrar o acesso a tais posições, é uma das faces assumidas neste contexto. A contra-face desse mesmo contexto reside justamente naquele movimento que vai *do Conselho para o Departamento*, como um movimento ramificador, por sobre o qual estes grupos combatem. A substituição funcional dos grupos ocorre dentro desse processo, sendo que tal oposição convulsiona as mudanças configuracionais em curso.

Podemos denominar tal processo não-planejado de hierarquização¹⁶¹ departamental como 'estruturação setorial'. Esta estruturação foi engendrada, a um só tempo, pelo conjunto das relações de força – tendo como exemplo máximo a série de disputas por vagas para o corpo docente, no Conselho – bem como por uma oposição entre duas racionalidades acadêmicas.

Tomando-se todo o período pesquisado, entre 1974 e 86, é possível observar um movimento de autonomização política da rede setorial. Se, em 1974, a partir da posição do Conselho Setorial e, especialmente, a partir de sua composição, a dependência setorial em relação às esferas politicamente dominantes é notória, ao fim do período, são as eleições realizadas no âmbito departamental que orientam política e simbolicamente o jogo acadêmico. Esta autonomização é conexas à

¹⁶⁰ A nosso ver, é a concepção de processo histórico construído por Norbert Elias que está ora em jogo: "Se percebermos a história essencialmente como um nexo de planos conscientes e propósitos engenhosos, feitos por indivíduos ou grupos, as rivalidades e discórdias entre as elites podem facilmente parecer pequenos fenômenos secundários, insignificantes para o curso ou 'a explicação' da história"(ELIAS, 2001, p.274).

¹⁶¹ O termo utilizado por Elias é 'hierarquização não-planejada'. Ver, em especial, 'Notas sobre a classificação da teoria do processo e da figuração', in: ELIAS (2002).

atuação *efetiva* das unidades departamentais. Neste processo, as *funções* desempenhadas seja pela posição do Conselho Setorial seja pelos departamentos de ensino são configurativamente transformadas. A ramificação das funções de controle administrativo acaba por alterar a balança de poderes universitários de forma a favorecer um grupo específico.

Os pontos em que os diversos fatores – profissionalização/complexificação bem como burocratização/descentralização – se enlaçam constituem o tecido onde se desenrolam as disputas acadêmicas. Por exemplo, em unidades departamentais de saberes diferentes, a profissionalização acaba por provocar uma cisão departamental, alterando o palco das disputas em torno das vagas docentes em nível setorial. Da mesma forma, a entrada efetiva dos auxiliares acabou revertendo a distribuição de votos para os Chefes de departamento, complexificando o jogo acadêmico. A nosso ver, é neste ponto que reside o calibre argumentativo da ‘rede de interdependências’. Pois que não apenas indivíduos e posições são interdependentes, mas também os múltiplos níveis e dimensões sociais que se cruzam numa dada rede.

5.3 MECANISMOS BUROCRÁTICOS DE REPRODUÇÃO

No capítulo anterior delineamos através da trajetória do Conselho Setorial uma série de mudanças configuracionais que marcaram profundamente a gênese do Setor de Ciências Humana, Letras e Artes da UFPR. Para tanto, utilizamos o conteúdo veiculado na 'ordem do dia' como expressão das múltiplas relações de dependência operantes na rede setorial. O desfecho desta trama acabou por ilustrar um movimento, que vai do Conselho para os Departamentos, como componente capital na nova hierarquização que deu forma à estrutura de rede. A nosso ver, a base significativa deste movimento pode ser caracterizada pela existência dos novos laços político-acadêmicos desenrolados no espaço universitário.

A partir daí, selecionamos para este capítulo eventos específicos que denominamos de situações-limite. Assim como no capítulo anterior, utilizamos aqui as atas de reunião do Conselho Setorial. Os casos analisados têm como critério de seleção episódios em que as chances de acesso à ocupação dos postos docentes é solucionada na posição do Conselho. Neste sentido, denominamos como mecanismos burocráticos de reprodução do corpo docente a série de dispositivos acionados através e a partir daquela posição-chave na burocracia acadêmica.

Para uma compreensão mais ampla destas situações-limite, utilizamos a obra de Pierre Bourdieu, a respeito do campo universitário francês¹⁶², bem como a obra de Max Weber, 'Sobre a Universidade'¹⁶³. Para o primeiro autor, o 'poder universitário' seria caracterizado como "espécie de poder [que] repousa principalmente sobre a autoridade dos instrumentos de reprodução do corpo docente"(1989, p.106). Assim sendo, os mecanismos burocráticos devem ser compreendidos à luz desta definição que enfatiza, indiretamente, os efeitos de poder advindos do monopólio de determinadas posições institucionais. Vejamos, portanto, através das formas de acionamento de tais dispositivos os limites do jogo acadêmico e, principalmente, o limite das racionalidades acadêmicas em jogo.

¹⁶² Refiro-me, especificamente, ao livro 'Homo Academicus'(1989).

¹⁶³ Podemos antecipar o tom crítico deste conjunto de conferências de Weber através da seguinte fórmula: "Todo aquele que se acostume a atuar como padrinho, utilizando suas relações pessoais em favor de seus protegidos, renuncia ao peso moral que deveria ser atribuído a sua opinião como perito e como alguém que exerce oficialmente o poder"(WEBER, 1989, p.44). A utilização desta obra visa, apenas, comparar processos análogos em contextos ou campos universitários radicalmente distintos. Nos reportamos, portanto, à especificidade e à equivalência observada nas significações que orientam a *utilização* dos diferentes procedimentos burocráticos.

5.1 POLÍTICA E VIGILÂNCIA BUROCRÁTICAS

Como observamos anteriormente, a Reforma de 1968 provocou profundas modificações na estrutura burocrática universitária. A formação dos departamentos de ensino, decorrente da extinção das cátedras monopolizadoras, acabou por criar uma nova hierarquia no corpo docente: auxiliar de ensino, professor assistente, professor adjunto e professor titular – em ordem crescente de importância na carreira funcional¹⁶⁴. Compete aos “membros do corpo docente as atividades de ensino, pesquisa e extensão, constantes dos planos de trabalho e dos programas elaborados pelos Departamentos, além de atividades administrativas determinadas pelos órgãos superiores” (RG, 1974?, p.47).

Além da criação dos departamentos, foram criados de novos postos dentro da divisão do trabalho docente. No que tange o período pesquisado, o corpo docente do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes passou de 129, em 1974¹⁶⁵, para 229 professores, em 1988¹⁶⁶; devido a este aumento expressivo, não foi possível realizar um levantamento estatístico das entradas efetivas para o corpo docente – entenda-se *entrada efetiva* como correspondente à ocupação do cargo de auxiliar de ensino. Deste modo, tratamos de observar, neste circuito interno de postos docentes, os contextos universitários em que são e como são ativados argumentos que justificam a interdição de acesso a cargos hierarquicamente bem posicionados. Para tanto, foram selecionadas as atas - referentes aos períodos de concurso para professor titular, para professor assistente, bem como, para auxiliar de ensino - que ilustram de forma emblemática quem são, por exemplo, “os professores que têm condições e interesse no concurso” para determinada posição funcional.

Entre 1974 e 1976, período em que a professora Cassiana Carollo Lacerda, esteve à frente do Setor, a primeira grande ‘remessa’ ou entrada de auxiliares de ensino deu-se em janeiro de 1976. “Dando continuidade ao assunto contratação de auxiliares de ensino[,] a Senhora Presidente informou ter enviado resposta à Assessoria de Planejamento sobre a distribuição por Departamentos das dezoito vagas ao Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, tomando por base os levantamentos das necessidades departamentais”. (CS, 20/75).

¹⁶⁴ Fonte: UFPR, 1974?, p.47.

¹⁶⁵ Fonte: CS, 01/74.

¹⁶⁶ Fonte: (WESTPHALEN, 1988, p.51-3).

Antes de indicarmos a distribuição das vagas ocupadas em janeiro de 1976, é necessário apontar um dado relativo às 'necessidades departamentais'. Como pode ser observado na primeira ata de reunião do Conselho Setorial, o número de unidades departamentais estava diretamente atrelado ao número de professores, independentemente da titulação destes: Departamento de História, com 20 (vinte) professores; Departamento de Comunicação e Ciências Sociais, com 33 (trinta e três) professores; Departamento de Psicologia e Antropologia e Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, com 22 (vinte e dois) professores, cada departamento; Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas e Departamento de Filosofia, com 16 (dezesesseis) professores, cada departamento.

Isto posto, verifica-se como a repartição das vagas seguiu em certa medida, as tais 'necessidades departamentais': "A distribuição proposta foi cinco vagas para Departamento de Comunicação e Ciências Sociais; quatro vagas para o Departamento de Psicologia e Antropologia, cinco vagas para o Departamento de Filosofia; e quatro vagas para o Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas"(CS, 20/75). Vale lembrar que os cursos de Psicologia e de Artes foram constituídos no ano de 1973 e 1975, respectivamente, e, como veremos, "sofreram difícil implantação, pela ausência de espaço físico, impedindo a instalação adequada de oficinas, [além d]a insuficiência de professores" (WESTPHALEN, 1988, p.53).

As vagas para o 'exame de suficiência', como era denominado o processo de avaliação dos auxiliares de ensino, foram divididas entre quatro das seis unidades departamentais. Considerando a urgência dos casos de Psicologia e Artes, cuja lotação se dava no DEPAN e DEFI, os referidos foram beneficiados pela 'remessa'. Outro Departamento que fez parte desta remessa foi o DECOMCISO; é provável que, com a normalização do curso de 'Estudos Sociais', lotado nesta unidade, houvesse uma demanda significativa para este. O quarto departamento que contou com vagas foi o DLLCV, cuja situação frente aos outros, especificamente DEHIS e DELEM, era desvantajosa.

Depois de constituídas as bancas para o exame de suficiência foram realizadas as provas e os resultados foram homologados. "Em atendimento ao Regimento da Universidade Federal do Paraná é levado a consideração do Conselho a aprovação dos resultados do exame de suficiência de Auxiliar de ensino"(CS, 21/75). Entretanto um Departamento, o DECOMCISO, devido à

interposição de recurso contra o resultado do exame de suficiência, não apresenta sua homologação: estava, portanto, na “ordem do dia: recurso apresentado por Eloísa Beloto, Iria Zanoni, Lucia Cunha, Carmen Regina Ribeiro, Carmen Broli, Nadia Ragio e Hilária Zimovski candidatos ao exame de habilitação pra auxiliar de ensino em Sociologia, conforme razões apresentadas em documento”(CS, 26/75). “Requerem expressamente (1) a não homologação dos resultados, (2) a revisão no julgamento efetuado pela Comissão Julgadora ou (3) a declaração de nulidade do concurso”(CS, 26/75).

“A Senhora Presidente comunicou ao Conselho Setorial haver designado a professora Cecília Maria Westphalen para relatar o referido recurso”(CS, 26/75). Diz a professora relatora: “Ainda que não se trate de concurso mas de simples exame de habilitação, somos de Parecer pelo acolhimento do recurso” (CS, 26/74).

As requerentes apresentam cinco motivos que justificam o apelo formal ao Conselho Setorial. “Vejam os motivos apresentados e que fundamentam o recurso. 1º O resultado final do concurso não foi publicado em sessão pública (art. 120, parágrafo 2º do Regimento Setorial); 2º A não efetivação e publicação de todas as atas de cada uma das fases do concurso (art. 106, Regimento Setorial); 3º A não divulgação de parecer escrito elaborado pelo conjunto da Comissão Julgadora, no qual estivessem especificados os critérios e razões da classificação (art. 120, parágrafo 1º do Regimento Setorial); 4º o não estabelecimento de critérios unificados para o julgamento dos títulos apresentados por todas as candidatas; 5º A inexistência de julgamento por escrito e individual, e julgamento comparativo, entre os títulos apresentados por todos os candidatos”(CS, 26/75).

A relatora, no entanto, observa que “carecem de amparo legal os motivos apresentados nos itens 4º e 5º. [Não obstante] quanto ao mérito, a Comissão Julgadora é soberana. No que respeita aos motivos apresentados nos itens 1º, 2º e em parte 3º, somos de Parecer que baixe em diligência junto ao Departamento”(CS, 26/75).

A questão é debatida na reunião consecutiva a esta, na qual “a professora Cecília Maria Westphalen na qualidade de relatora e tendo em vista o recurso ter sido baixado em diligência junto ao Departamento de Comunicação e Ciências Sociais, apresentou o seguinte parecer: ‘Indefere recurso de candidatos ao exame de habilitação em Sociologia, para auxiliar de ensino’”(CS, 27/75).

A resposta negativa ao apelo das requerentes se deu, uma vez que, “colocado o Processo em diligência, a Professora Chefe do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais procedeu à juntada dos documentos que seguem: 1. Fotocópia da ata da reunião extraordinária que definiu os exames. 2. Fotocópia da ata da reunião extraordinária que redefiniu as bancas, e listagens de pontos. 3. Fluxograma dos candidatos por ordem de inscrição. 4. Ordem e data das provas didáticas organizadas pela Banca Examinadora. 5. Edital referente às provas didáticas. 6. Ata das provas didáticas realizadas pelos candidatos. 7. Ata de exame de títulos dos candidatos. 8. Ata do julgamento final e divulgação de resultados. 9. Boletins individuais de resultados dos candidatos. 10. Avaliação final do exame de habilitação; 11. Anexos”(CS, 27/75). Isto dado, “não subsistem em consequência os motivos alegados pelas Requerentes. Somos do total indeferimento do Requerido (...) Por unanimidade foi aprovado o parecer da relatora ficando assim indeferido o recurso”(CS, 27/75).

Para esboçar uma análise do uso político deste espaço de seleção, utilizamos uma situação ilustrada por Weber ao comentar as relações entre ‘o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica’. Neste ensaio, Weber desenvolve uma crítica sistemática às formas de seleção das universidades realizadas em função da intervenção do Estado alemão. “Na Alemanha, aquele que – segundo as oscilantes correntes de poder e de opinião nos ‘cartéis’, ‘blocos’ ou ‘coalizões’ políticas predominantes – é encarado como um ‘inimigo do Império’ tem tudo contra ele” (WEBER, 1989, p.67).

Weber aponta que duas questões fundantes da ‘Universidade’, sua autonomia e a liberdade acadêmica, não funcionavam, isto é, não operavam sociologicamente segundo uma organização e racionalidade *próprias*; mas, antes, estariam sempre atreladas, dependentes tanto material como simbolicamente da vontade política do Estado alemão. O cientista que “é encarado pela *polícia política* como ‘perigoso para o Estado’ é impedido de ser nomeado para uma cátedra, em virtude do direito legal de controle que os funcionários podem exercer”(grifo nosso) (WEBER, 1989, p.67).

Voltando ao caso empírico em que o recurso de um grupo de aspirantes a auxiliar de ensino é recusado, pode-se observar como o espaço de recrutamento esteve somente *vigiado* pelo Conselho Setorial. É necessário observar que o Conselho, ele próprio, não interveio nesta situação como selecionador ativo no

espaço de seleção. O parecer da Relatora identifica, dentre os cinco argumentos levantados, três pontos que justificam *legalmente* uma revisão. O parecer, depois de enviado 'em diligência' ao DECOMCISO, volta a ser lido na reunião setorial consecutiva e decide por indeferir o recurso devido à resposta baseada na 'juntada de documentos' que comprovam a existência *formal* dos documentos solicitados pelas requerentes.

Fruto de um desencaixe operado no espaço de seleção, o recurso apresentado pelas requerentes demanda uma mínima *publicidade* de todas as etapas do processo de recrutamento. "Vejam os motivos apresentados e que fundamentam o recurso". Os três primeiros argumentos, reconhecidos pela professora parecerista como tendo 'amparo legal', giram em torno do caráter público do exame, giram em torno da necessidade do exame transcorrer publicamente – 'publicado em sessão pública', 'não efetivação e publicação' e 'não divulgação' são as expressões que caracterizam a base significativa do argumento.

Neste contexto, observa-se que, dentro da estrutura de rede setorial, o Conselho age, em função de sua posição bem como em relação à disposição do DECOMCISO, com uma postura legalizante, *tornando legítima* a resolução departamental *legalmente fundada*, limitando-se a ratificá-la. Note-se, entretanto, que é arriscado tratar de uma 'decisão departamental' já em 1975, uma vez que, como vimos, a *departamentalização* – como a atuação administrativa de unidades departamentais, funcional e hierarquicamente dispostas, dentro da estrutura de rede setorial – não logrou impor-se de imediato.

Neste ponto, além de encontrar uma aproximação nas análises de Bourdieu e de Weber¹⁶⁷ – pois que ambos pontuam o cerne do poder universitário ao caracterizá-lo por seu direito legal, isto é, institucional e institucionalizado de controle sobre o espaço universitário – cabe, ainda, tornar inteligível o que caracteriza esta interdição de acesso ao corpo docente, ou seja, o que justifica a ativação de dispositivos burocráticos de *proteção* do corpo docente. Em certa medida, o recurso interposto neste processo de seleção expressa um desencaixe; para compreender a natureza sociológica deste desencaixe observaremos outra situação análoga a esta.

¹⁶⁷ "No campo da pesquisa e instrução científicas, a burocratização dos sempre existentes institutos de pesquisa das universidades é uma função da crescente procura de meios materiais de controle" (WEBER, 1979, p.259.).

Especificamente nesta situação, é possível observar como o espaço de entrada na rede docente foi *indiretamente* controlado pelo Conselho Setorial. Neste caso, o Conselho aparece antes como um espaço decisório de acionamento de dispositivos burocráticos fundado sobre a concentração de poder universitário. Isto é, os conselheiros, chefes de departamento, agentes investidos de poder universitário se incubem, reciprocamente, de assegurar a reprodução *legal* do corpo docente, isto é, reprodução prevista legalmente – “O Conselho Setorial [é] órgão deliberativo e consultivo das Unidades [Setoriais]”¹⁶⁸; para utilizar a expressão weberiana, o Conselho Setorial acionou uma espécie de *polícia política*, utilizando-se de sua posição institucional de poder¹⁶⁹. Em suma, no que diz respeito aos mecanismos burocráticos de reprodução do corpo docente é possível afirmar que o Conselho esteve dotado de condições institucionais e da possibilidade de policiar os espaços de seleção.

Como vimos, à reformulação estrutural do campo universitário brasileiro correspondeu, no caso da UFPR, a formação das Unidades Setoriais e, daí decorrente, a constituição da posição institucional denominada ‘Conselho Setorial’. “São órgãos da administração dos Setores: I) o Conselho Setorial; II) a Diretoria”¹⁷⁰. Compreendido enquanto ‘órgão administrativo’, tanto regulamentado por estatuto quanto regulamentador de práticas, o Conselho desempenha uma função *burocrática* – na acepção weberiana do termo – dentro da estrutura universitária.

Segundo Weber, duas das principais propriedades constituintes de uma organização tipicamente burocrática seriam a existência legal de um *estatuto*, bem como a definição rigorosa de *competências funcionais* para postos hierarquicamente especializados. O conteúdo subjacente a esta caracterização típico-ideal de organização burocrática trata da significação do grau racionalizante observado na administração de qualquer organização social ou política moderna – seja numa empresa capitalista ou em todo um Estado¹⁷¹ – cujos “princípios da hierarquia dos

¹⁶⁸ Fonte: RG, 1974?, p. 11.

¹⁶⁹ Exemplo empírico que reafirma esta compreensão do Conselho Setorial com uma disposição político-vigilante pode ser observada na “Ordem do dia: Aprovação da indicação do nome do Professor (...) A senhora Diretora solicitou ao Professor Miguel Wouk para fazer uma exposição de motivos, que o fez demonstrando o alto gabarito do referido professor fazendo um rápido estudo de seu curriculum vitae. É esclarecido no momento que o Departamento que indica o Professor é responsável pela indicação por ser conhecedor, o Conselho age como controlador” (CS, 10/74).

¹⁷⁰ Fonte: RG, 1974?, p.11.

¹⁷¹ “A burocracia, assim compreendida, se desenvolve plenamente em comunidades políticas e eclesiásticas apenas no Estado moderno, e na economia privada, apenas nas mais avançadas

postos e dos níveis de autoridades significam um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação” (WEBER, 1979, p.230).

Dentre as várias competências funcionais *estatuídas* pelo Regimento Geral da UFPR ao Conselho Setorial encontram-se: “aprovar a composição de comissões Julgadoras de concursos e provas de seleção de pessoal docente”¹⁷², além de, “deliberar sobre processos de ampliação ou redução do corpo docente, bem como transferência, temporária ou permanente, de docentes entre Departamentos”¹⁷³. Observa-se, portanto, a posição propriamente burocrática ocupada pelo Conselho, (co)agindo segundo ‘leis administrativas’ sobre a configuração setorial. Isto posto, é válido apresentar outra situação empírica em que o Conselho Setorial atua conforme sua ‘posição burocrática’; sem, entretanto, ter na sua relação acadêmica uma ‘disposição propriamente burocrática’.

Em setembro de 1977, uma reunião extraordinária do Conselho Setorial foi “especialmente convocada para estudar proposição oriunda do Departamento de Filosofia no sentido da transferência do professor Roberto Martins do Departamento de Física do Setor de Ciências Exatas para o referido Departamento”(CS, 64/77). Como vimos, de acordo com o Regimento Geral da Universidade, cabia ao Conselho deliberar a respeito desta questão.

Após ter tido problemas acadêmicos no departamento de Física, uma Comissão de averiguação da Reitoria foi aberta e “concluiu que, pela situação de animosidade e intolerância, não mais se recomendava a sua permanência no Departamento de Física. Por sua vez, a Assessoria Jurídica da Reitoria informou ao Magnífico Reitor somente haver as alternativas da rescisão do contrato ou a sua transferência para outro Setor ou Departamento”(CS, 64/77).

Devido ao seu interesse pela disciplina ‘Filosofia da Ciência’, o referido professor procurou o Departamento de Filosofia, fato que segundo a chefe de departamento seria pedagogicamente oportuno uma vez “viria a suprir a falta de

instituições do capitalismo. A autoridade permanente e pública, com jurisdição fixa, não constitui a norma histórica, mas a exceção. Isso acontece até mesmo nas grandes estruturas políticas, como as do Oriente antigo, os impérios de conquista alemães e mongóis, ou das muitas estruturas feudais do Estado. Em todos esses casos, o governante executa as medidas mais importantes através de pessoas de sua confiança pessoal, comensais, servo-cortesãos. Seus encargos e sua autoridade não são delimitados com precisão, e têm uma natureza temporária, sendo criadas para cada caso específico”(WEBER, 1979, p.329-30).

¹⁷² Fonte: RG, 1974?, p.12.

¹⁷³ Fonte: RG, 1974?, p.12

professores que ora sofre o Departamento em 3 (três) disciplinas. Disse [ainda] que vários professores fizeram elogios a sua competência. Seu currículo é grande, contendo inclusive várias publicações. Profissionalmente muito competente com recomendações de vários professores inclusive do professor Newton Freire Maia. No trato é cordato, não é agressivo, mas reage quando provocado. Quanto à vinda do professor para o Departamento de Filosofia a mesma foi aprovada em reunião departamental, pois diz ser importante a visão do cientista na Filosofia. E que, em caso de não satisfazer, não vacilaria em afastá-lo, pois está em período probatório (...) A indicação é motivada pela sua competência, pois vê com espírito aberto que a Universidade não se deve prender a graduação específica desde que haja competência na disciplina”(CS, 64/77). O argumento utilizado pela chefe do Departamento de Filosofia se limita a relatar a *competência* didático-científica, para a lotação do professor em questão, em função das necessidades pedagógico-departamentais.

Surgem, entretanto, oposições à entrada do professor do advindo Departamento de Física: “lendo o processo manifesta-se surpreso por ter o professor Roberto Martins, em tão pouco tempo, conseguido tantas inimizades. (...) Compreende seu valor científico, mas diz que precisamos é de ‘Filósofos’, no Departamento de Filosofia”(CS, 64/77).

Já a representante do DECOMCISO “vê no professor uma personalidade agressiva e, sobretudo, um autodidata pois que não é graduado em Filosofia[;] compreende que é difícil trabalhar com a falta de professor, mas que ele parece ser muito difícil de tratamento e que desrespeita a instituição criando muitos antagonismos dentro do Departamento de Física em tão pouco tempo. Não é contra a pessoa dele, mas que acima de tudo devemos respeitar a formação do Filósofo, diz ser uma questão de princípios, é formal mas é importante”(CS, 64/77).

A representante do DEPAN “considerou estar ele em estágio probatório e que muitos professores não têm a formação específica e até são improvisados como professores. É assim a favor da contratação do referido Professor para o Departamento de Filosofia, desde que o Departamento [de Filosofia] o aprovou assumindo a responsabilidade”(CS, 64/77).

A representante do DEHIS, por sua vez, “comenta que devemos acreditar na informação oral da Assessoria Jurídica quanto à legalidade da transferência trazida

pela professora (...) [do DEFI] e em se tratando de transferência, havendo aprovação do Departamento interessado, isto seria suficiente”(CS, 64/77).

“Com a palavra, a senhora Presidente indagou aos senhores professores se achavam que o caso estava suficientemente esclarecido, para em seguida passar a votação e como se tratava de assunto envolvendo pessoa se o voto seria secreto ou não”(CS, 64/77). Fica decidido que a votação transcorreria “com o voto em aberto. Assim se procedeu a votação sobre a transferência ou não do Professor Roberto Martins, do Departamento de Física para o Departamento de Filosofia”(CS, 64/77).

A votação transcorreu segundo às argumentações, contra e favor, da transferência do referido professor. Os representantes departamentais do DEFI, do DEHIS, do DEPAN e do DELEM votam a favor – quatro votos, portanto. Votam contra a transferência, o DECOMCISO, o DLLCV, Vice-diretor e Diretora. Deste modo, “tendo como resultado o empate de 4 (quatro) a favor e 4 (quatro) contra. A senhora Presidente faz sua declaração de voto usando, pela primeira vez, o direito de voto de qualidade, mantendo seu voto em contrário pelo motivo do referido professor não ser formado em Curso da Área de Ciências Humanas, pois que, como Diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, tem como dever prestigiar, não só do ponto de vista legal, como moral, os diplomas conferidos pelo Setor e que ela também assina”.

Esta situação vem a corroborar a primeira tese, anteriormente defendida, que considerava entender na posição do ‘Conselho Setorial’ uma *disposição político-vigilante*. Para além desta primeira idéia, podemos avançar no sentido de compreender em que medida o conjunto dos argumentos defendidos *dentro* do Conselho Setorial reflete a um só tempo uma racionalidade válida objetivada em função das tomadas de posição operadas *configuracionalmente*; quer dizer, tomadas de posição *significadas* – não apenas significativas da posição ocupada no Conselho, mas sobretudo – em relação à posição ocupada na estrutura de rede setorial.

Para começar, observemos aquelas tomadas de posição favoráveis a transferência do professor do Departamento de Física para o Departamento de Filosofia. É possível correlacionar, primeiramente, as tomadas de posição das representantes dos Departamentos de Filosofia e de Psicologia e Antropologia: ambas reconhecem como *urgente* a necessidade de docentes nos respectivos

departamentos, DEFI e DEPAN. A demanda expressa no Conselho expressa a deficiência na composição docente enfrentada pelos cursos de Filosofia e de Psicologia que em 1977, contavam com 15 e 11 professores, respectivamente. Para além dos dados quantitativos, ambas reconhecem o peso relativo dos mecanismos de controle – como o ‘estágio probatório’, por exemplo - “em caso de não satisfazer, não vacilaria em afastá-lo”. De certa forma, é possível objetivar esta tomada de posição como uma espécie de *equação posicional* – cálculo efetuado em função das necessidades departamentais, de um lado, e das possibilidades de encaixe setorial, por parte do professor interessado, de outro.

Outro parecer também favorável à transferência foi dado pela representante do Departamento de História. Dois aspectos significativos serão aqui abordados: primeiro, a margem de independência em relação à Diretoria do Setor, que à época tinha uma professora do mesmo departamento a sua frente; e, em segundo lugar, o caráter *burocrático* subjacente à construção do seu argumento.

Primeiramente, aquela certa ‘margem de independência’ pode ser considerada função de dois fatores tomados em correspondência com a posição na estrutura de rede setorial. Como veremos, a *honra acadêmica* investida à posição do Departamento de História *no* Setor, e *fora dele*, se deu devido ao acúmulo de duas espécies de capital que coexistiram – o capital universitário e o capital propriamente científico. Talvez, um dos fatores primordiais deste acúmulo tenha sido a (pré)existência de uma divisão mínima do trabalho intelectual no respectivo departamento. Em decorrência deste fator, a margem de decisão departamental característica do DEHIS, não esteve atrelada, necessária e diretamente à disposição da Direção. Cabe, entretanto, ressaltar que também a partir da perspectiva, isto é, a partir do ponto de vista da Diretoria foi necessária uma *gestão simbólica* das tensões setoriais. Nem a Direção e tampouco o Conselho Setorial regularam de forma irrestrita e absoluta toda a configuração setorial. A desconexão do voto, no episódio em questão, entre as decisões do Departamento de História e as tomadas de posição da Diretora, ilustra como o Conselho não se caracterizou por uma *unidade* político-acadêmica, além de apontar para uma certa necessidade tensional, para um arranjo minimamente necessário estabelecido no Conselho.

Em segundo lugar, o argumento da representante do DEHIS apresenta, pela primeira vez no período pesquisado, um nexos especificamente burocrático. Ela

“comenta que devemos *acreditar* na informação oral da Assessoria Jurídica quanto à legalidade da transferência”(grifo nosso) (CS, 64/77). Ao delimitar o *estatuto regimental*, e com ele seu peso jurídico, como horizonte objetivo de possibilidade para a interpretação do problema, este argumento pode ser caracterizado como tipicamente burocrático. O cálculo racionalizado e operante na fala da Conselheira está significado por meio da expressão ‘isto seria suficiente’; nesta significação, nesta tentativa de interpretação burocratizante do impasse no Conselho, tudo se passa *como se* não houvesse o algo a ser interpretado, pois que está previsto e foi apresentado pela ‘Assessoria Jurídica’ como legalmente possibilitado.

Este argumento pode ser considerado burocrático na medida em que reconhece a autoridade legal *estatuída* no Regimento; sendo que “a autoridade para ordenar através de decretos – legalmente atribuída às autoridades públicas – não dá à repartição [não dá ao Conselho] o direito de regular o assunto através de normas expedidas *em cada caso*, mas tão-somente para regulamentar a matéria abstratamente” (grifo nosso) (WEBER, 1979, p.231).

No que tange às tomadas de posição opostas à transferência do referido professor é possível observar o caráter significativamente *particularizante* dos argumentos. Neste sentido, as observações de Weber acerca da organização burocrática devem acentuar o perfil personalista do conjunto das tomadas de contrárias à entrada do professor *no Setor*.

Primeiramente, é possível situar os argumentos do Vice-Diretor e da representante do DECOMCISO numa mesma tomada de posição em decorrência da *ambigüidade dis-posicional* de ambos. O Vice-Diretor diz compreender o ‘valor científico’, quer dizer, valor profissional do cientista ou valor científico do professor, em questão; “mas diz [também] que precisamos é de ‘Filósofos’, no Departamento de Filosofia” (CS, 64/77). Em certa medida esta concepção *corporativa* é reforçada pela outra professora quando esta afirma que “acima de tudo devemos respeitar a formação do Filósofo”(CS, 64/77).

O núcleo das justificativas utilizadas por ambos apresenta, no limite, uma suposta disposição corporativa na medida em que defende os interesses da formação universitária de orientação exclusivamente filosófica – donde é válido presumir que ambos defendem um *encaixe* entre formação intelectual e atuação docente. A ambigüidade desta tomada de posição é objetivada ao situarmos as

posições departamentalmente ocupadas em função da formação universitária de ambos os Conselheiros: o primeiro professor, advindo dos espaços de formação eclesial está lotado, está *encaixado*, no Departamento de Filosofia, ao passo que, a chefe do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais, teve sua formação universitária baseada no curso de Filosofia¹⁷⁴.

Não se trata, entretanto, de comparar a situação dos Conselheiros em oposição à situação do professor advindo do Departamento de Física, uma vez que a estrutura concorrencial de formação intelectual ou de origem universitária, de parte a parte, não é coincidente. Trata-se, antes, de objetivar um contexto particular e significativo em que racionalizações justificantes, cujo par esquecimento-desconhecimento está na raiz da base argumentativa, são acionadas de forma a produzir um *desencaixe* em relação às possíveis entradas no corpo docente setorial.

Outra forma de produção significativa deste *desencaixe* está, em certa medida, expressa na *personalização* do processo decisório. Na descrição do professor aspirante à vaga no Departamento de Filosofia destacam-se, a favor, 'a sua competência', bem como, 'seu interesse pela disciplina'. Como observado, o central aqui é a *competência* para a ocupação da vaga.

De outro lado, em oposição à transferência, o professor é descrito por meio das suas 'tantas inimizades', devido a sua 'personalidade agressiva' e ' parece ser muito difícil de tratamento'. Os argumentos levados em conta para a interdição ao corpo docente são todos de ordem pessoal o que confere à situação uma dimensão propriamente *moral*: 'não é contra a pessoa dele', mas sobretudo, uma 'questão de princípios'. A justificativa moralizante da interdição está significada quando a *pessoa* do professor 'desrespeita a instituição'. Daí decorre que o desfecho da situação dar-se-ia através de votação, uma vez que, 'se tratava de assunto envolvendo pessoa' - e não assunto relativo à ocupação de posto no corpo docente.

No limite, o resultado mesmo da situação apresentada - o impedimento da transferência do referido professor - não é o ponto mais significativo em questão. O processo contextual e, junto dele, os dispositivos morais acionados em relação às posições departamentais, são sintomáticos da racionalidade configuracional que era fundada numa noção de *honra setorial*. A Direção setorial é, a seu modo, a posição mais implicada nesta *honra*: "pois que, como Diretora do Setor de Ciências

¹⁷⁴ Fonte: (WESTPHALEN, 1988, p.94).

Humanas, Letras e Artes, tem como dever prestigiar (...) os diplomas conferidos pelo Setor”. O ‘dever’ ‘prestigiar’, esta obrigação em reconhecer, isto é, esta obrigação de fazer existir socialmente está orientada não ‘só do ponto de vista legal’, não, somente, de acordo com uma perspectiva racional-burocrática; está orientada, antes e sobretudo, segundo seu caráter *moral*.

É por isso que acreditamos ser possível afirmar que nesta situação o Conselho Setorial age *seleccionando*, age, portanto, como órgão burocrático competente técnica e legalmente para desempenhar tal função; sem, porém, fazê-lo *burocraticamente*: “É decisivo para a natureza específica da fidelidade moderna ao cargo [burocrático] que, no tipo puro, ele [o funcionário ou o corpo de funcionários] não estabeleça uma relação pessoal “ (WEBER, 1979, p.232).

Uma racionalidade propriamente, mas não exclusivamente, burocrática orienta tarefas, regulamenta práticas e hierarquiza posições, de acordo com finalidades impessoais e funcionais. Segundo Weber, “o cumprimento ‘objetivo’ das tarefas significa, primordialmente, um cumprimento de tarefas segundo *regras calculáveis* e ‘sem relação com pessoas” (grifo do autor) (1979, p.250).

Em suma, é possível observar por meio desta situação como a posição do Conselho Setorial reflete uma espécie de racionalidade válida no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, à data de sua constituição; ao mesmo tempo, esta *honra setorial* deu condições objetivas de possibilidade aos Conselheiros de acionar *moralmente* mecanismos burocráticos de controle sobre os espaços de ingresso ao Setor. “Como as circunstâncias acabaram por demonstrar, não se tratava de quaisquer dificuldades estritamente acadêmicas ou formais; motivos de personalidade pesaram mais do que todos os outros” (WEBER, 1989, p.53).

Cabe aqui uma analogia com a situação descrita por Weber a respeito dos processos seletivos nas universidades alemãs. No exemplo em que se serve para defender a idéia de que não existe liberdade acadêmica na universidade alemã, Weber cita a carta de um professor congregado explicando os motivos pelos quais teria um candidato recusado, devido a sua conduta privada. “Como podia o [aspirante recusado] dr. Michels – que, para não deixar de lado algo ‘importante’, é um ‘ariano’ – ter duvidado (...) que um homem que *não permitisse que seus filhos fossem batizados* não seria tolerado em qualquer posição de alto nível?”(grifo do autor) (1989, p.62). Uma variável religiosa impede, portanto, a entrada do referido

professor na universidade. Além deste exemplo, noutra parte Weber comenta a condição enfrentada por Simmel que, devido a sua origem judaica, e apesar de seu amplo reconhecimento no campo intelectual alemão, jamais fora indicado para uma cátedra na Universidade de Berlim¹⁷⁵.

Mutatis mutantis, ambos os processos de decisão burocrática têm como eixo significativo a diferenciação *personalista* para a ocupação provável da vaga. “Esse fator estamental [decisivo para a seleção] nos casos individuais é reconhecido explícita e impassivelmente; por exemplo, na prescrição de que a aceitação ou rejeição de um aspirante a carreira oficial depende do consentimento (‘eleição’) dos membros do órgão oficial” (WEBER, 1979, p.233).

Dentro da tipologia weberiana, é possível definir o Conselho Setorial como um ‘órgão colegiado’: “esses órgãos”, diz Weber, “reúnem-se com o governante, e todas as questões importantes são examinadas de vários pontos de vista nos trabalhos dos respectivos peritos e seus assistentes, e pelos votos dos outros membros”(1979, p.273). Esta é uma síntese típico-ideal da posição administrativa do Conselho Setorial. Todas as situações em que os mecanismos de reprodução do corpo docente são acionados estão sintetizadas nesta fórmula. Num corte weberiano, entretanto, cumpre dar destaque à gestão dos interesses em jogo neste típico órgão colegiado.

Para tanto, utilizamos o conjunto de atas relativas ao transcurso das provas para ‘professor titular’ no SCHLA, entre 1977 e 78. As bancas para professor titular eram compostas por docentes notadamente reconhecidos em âmbito local ou nacional¹⁷⁶. Desta forma, a senhora Presidente do Conselho “fez um apelo para que os Chefes de Departamentos até o fim do mês [de novembro] indiquem as bancas para realização dos concursos de titular, propôs em seguida a realização do concursos na 2ª quinzena de janeiro”(CS, 70/77). Na mesma reunião, a Diretora do Setor “interpretou o Regimento com referência à apresentação da documentação na

¹⁷⁵ A crítica radical de Weber a esta situação está expressa nas seguintes idéias: “...o conteúdo dessa carta seria encarado, na maioria dos círculos acadêmicos, como bastante adequado. Isso é característico da nossa vida pública em geral e, em particular, da situação em nossas universidades. Honestamente, não posso ocultar o fato de ser convicção ‘pessoal’ minha que a existência e o prestígio de opiniões como essas, na verdade devidos exatamente à sua sinceridade, não honram a Alemanha e sua cultura, e que, mais do que isso, enquanto tais opiniões prevalecerem será impossível – no que me diz respeito – agir como se possuíssemos uma ‘liberdade acadêmica’ que alguém pudesse violar”(1989, p.62).

¹⁷⁶ Ver, especialmente, CS (71/77).

inscrição ao concurso de titular. Sendo que a documentação da legalidade deverá ser apresentada em 1 (uma) via, o currículo vitae em 5 (cinco) vias, e a documentação comprobatória do mesmo em 1 (uma) via, sendo aprovado” (CS, 70/77).

No encontro consecutivo, “iniciando a reunião a Senhora Presidente colocou em discussão a Ata da reunião anterior que foi aprovada. Em seguida a Senhora Presidente justifica a convocação de duas reuniões para o mesmo dia comunicando que a primeira foi convocada especialmente para aprovar as indicações feitas pelos Departamentos para composição das Bancas Examinadoras do Concurso para professor titular a ser realizado em janeiro próximo”(CS, 71/77). Foram estabelecidas, portanto, 7 bancas para professor titular de: Sociologia Geral, História da América, História Contemporânea, Antropologia Brasileira, História da Arte, Literatura Espanhola e Lingüística Aplicada ao Ensino¹⁷⁷.

Em reunião extraordinária, convocada para o dia 2 de janeiro de 1978, a ‘ordem do dia’ era “Quadro de Pessoal: A senhora Presidente faz conhecer os senhores Chefes de Departamentos da relação de professores com direito a progressão funcional por possuírem títulos. Os Chefes tomaram conhecimento da relação confirmando-a. A senhora Presidente faz notar algumas incorreções que deverão ser corrigidas. A Professora Cecília Helm lembra o caso do Professor Igor Chmz que é Doutor em curso não reconhecido. (...) A Professora Beatriz Pelizzetti pergunta se todos os estranhos aprovados nos concursos serão nomeados. A Professora Presidente esclarece que a validade do Concurso é por 4 (quatro) anos, havendo vagas todos serão nomeados. A senhora Presidente comunica que será encaminhado o caso hoje à Reitoria”(CS, 73/78).

No dia seguinte, estava na “Ordem do Dia: Concurso Titular. A senhora Presidente comunica que de acordo com art.102 do Regimento Setorial, designou através da Ordem de Serviço nº 01/78 o professor Artur Santos de Almeida para examinar a documentação e de acordo com seu Parecer a Direção indeferiu ou não as inscrições. Em seguida apresentou ao Conselho Setorial os pedidos de inscrição que ocorreram para o concurso de Titular”(CS, 74/78).

¹⁷⁷ A outra reunião do Conselho Setorial realizada no mesmo dia (CS, 72/77) tratou unicamente da renovação de contrato de professores colaboradores – como vimos, este tema fora significativo do período em questão.

Do exame dos pedidos de inscrição derivam dois tipos de resultado: aqueles “cuja documentação preenche os requisitos legais e regimentais. [Nos quais] a senhora Presidente deferiu a inscrição” e aqueles “segundo despacho da senhora Diretora a inscrição preenche os requisitos legais e regimentais, devendo entretanto ser a matéria submetida preliminarmente ao Egrégio Conselho de Ensino e Pesquisa para reconhecer a alta qualificação da candidata, considerando não ser professor Adjunto”(CS, 74/78).

Entre os pedidos deferidos se encontram as disciplinas de Sociologia Geral, História da América e História Contemporânea, todos com inscrição única. Já as disciplinas de Antropologia Brasileira, História da Arte, Literatura Espanhola e tiveram suas inscrições aceitas parcialmente, cabendo uma consulta ao CEP. O único concurso, porém, com duas inscrições fora para a “disciplina Linguística Aplicada ao Ensino, inscritos: 1) Maria das Dores Wouk, cuja documentação preenche os requisitos legais e regimentais. A senhora Presidente deferiu a inscrição. Em votação é aprovada. 2) Professor Agostinus Staub, o Parecer conclui que a inscrição preenche os requisitos legais contudo como o professor não é professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná, deverá ser encaminhada, para pronunciamento preliminar, ao Egrégio Conselho de Ensino e Pesquisa. Em discussão é aprovado o encaminhamento ao CEP”(CS, 74/78).

Na reunião consecutiva, foram homologados os resultados advindos do CEP. “Ordem do Dia: Concurso Titular. 1) Face o Parecer do CEP que examinou a alta qualificação da candidata ao Concurso para Professor Titular na disciplina de Literatura Espanhola, Professora Miguelina Soifer, a senhora Presidente deferiu a inscrição, em seguida foi levado à consideração do Conselho Setorial que homologou o referido deferimento”(CS, 75/78).

O resultado positivo também se deu nas disciplinas de Antropologia Brasileira e História da Arte. O único pedido negado esteve no “Parecer que estudou a alta qualificação do candidato ao concurso para professor Titular, professor Agostinus Staub, na disciplina de Linguística Aplicada ao Ensino, a senhora Diretora indeferiu a inscrição, em seguida foi levado à consideração do Conselho Setorial que homologou referido indeferimento”(CS, 75/78).

Desta forma, após serem realizadas as provas do “Concurso para Professor Titular. Para os fins de homologação, a senhora Presidente passa a relatar a

realização dos concursos”(CS, 76/78). Foram homologados, em ordem de descrição da citada ata, os resultados relativos às disciplinas de Sociologia Geral, de Lingüística Aplicada ao Ensino, de História da América, de Literatura Espanhola, de Antropologia Brasileira, de História Contemporânea, bem como, de História da Arte.

Após a homologação dos resultados, a senhora Diretora “congratula-se pela realização do concurso tanto pelo ponto de vista administrativo como pelo ponto de vista científico demonstrado pelo alto gabarito das teses apresentadas”(CS, 76/78). “Complementando, a professora Cecília Maria Vieira Helm ressaltou o ambiente que se criou de tranqüilidade e cordialidade que antecedeu e acompanhou a realização dos referidos concursos”(CS, 76/78). Em suma, como consta nas homologações, “as provas transcorreram dentro de absoluta normalidade”(CS, 76/78).

O conjunto das tomadas de posição acima elencadas dá contorno às relações de força atuantes na estruturação da rede setorial. A série de bancas para professor titular, além de oferecer uma dimensão significativa da racionalidade *empírico-burocrática* ali operante, ilustra o ‘sistema de garantias’ que fora estruturado através das trocas acadêmicas neste órgão colegiado.

Para compreender a disposição que orienta as tomadas de posição do Conselho Setorial, nesta situação específica, observemos a qual repertório objetivo de possibilidades se dirigem os Conselheiros. Inicialmente, temos “um apelo para que os Chefes de Departamentos até o fim do mês indiquem as bancas para realização dos concurso de titular”, bem como, uma interpretação do “Regimento com referência à apresentação da documentação na inscrição ao concurso de titular” (CS, 70/77). Aqui, é o ‘Regimento’ que serve de base para ‘interpretação’; na medida em que a Diretora do Setor dispõe deste Regimento, vale dizer, deste *estatuto* como base de sua interpretação, sua tomada de posição poderia ser caracterizada como tendo, nesta situação, uma disposição burocrática. Isto também pode ser observado quando há deferimentos para as inscrições “cuja documentação preenche os requisitos legais e regimentais”(CS, 74/78).

Da mesma forma ocorre, ao serem *homologados* os resultados das bancas¹⁷⁸: “as provas transcorreram dentro de absoluta normalidade, alcançando a candidata

¹⁷⁸ “A publicação é o ato de oficialização por excelência. O oficial é o que pode e deve ser tornado público, afixado, proclamado, em face de todos (...) O efeito de oficialização identifica-se a um efeito de homologação. Homologar, etimologicamente, significa assegurar que se diz a mesma coisa quando se dizem as mesmas palavras, significa transformar um esquema prático num código linguístico de tipo jurídico”(BOURDIEU, 1990, p. 103).

notas acima de 7 (sete) de todos os examinadores, Comissão Examinadora exarou Parecer declarando a referida candidata aprovada, indicando-a para Professor Titular do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais. Colocada a matéria em discussão, o Parecer da Comissão Julgadora. De acordo com a alínea XIV do art.35 do Regimento Geral, foi homologado por unanimidade”(CS, 76/78)¹⁷⁹.

De certo modo, esta poderia ser considerada uma situação em que o Conselho apresenta uma disposição propriamente racional-burocrática. Todavia, é necessário observar aquilo que Weber denomina de ‘justiça substantiva’ ou ‘justiça empírica’, característica das tomadas de posição em que “julgamentos formais são feitos não pela suposição de conceitos racionais, mas pelo recurso às ‘analogias’ e, dependendo dos ‘precedentes’ concretos e de sua interpretação”(1979, p.251-2).

A prática desta ‘justiça empírica’ pode ser observada através dos critérios que distinguem, sem justificativa formal, o professor Agostinus Staub da professora Maria da Dores Wouk, ambos candidatos à Professor Titular em Lingüística Aplicada. Talvez, esta distinção que opera uma separação jurídica entre ambos os candidatos possa ser empiricamente justificada pois que “o [referido] professor não é professor Adjunto da Universidade” (CS, 74/78). Uma vez que no Regimento Geral da UFPR não está prevista situação em que um candidato à vaga de professor titular não pertença à Universidade¹⁸⁰, cabe ao Conselho Setorial a ‘interpretação’, deliberando e decidindo sobre o caso.

Esta situação em que um professor é caracterizado por ‘não ser da Universidade’ tem uma afinidade significativa com a *dúvida* de uma Conselheira que “pergunta se todos os *estranhos* aprovados nos concursos serão nomeados” (grifo nosso)(CS, 73/78). Uma leitura sociológica apressada afirmaria simplesmente que ‘este Conselho considerou estranho à Universidade, todo docente não pertencente a ela’. Considerando-se a resposta dada pela Diretora¹⁸¹, no entanto, é válido compreender a enunciação desta dúvida como uma tentativa de se contrapor a uma racionalidade vigente no Conselho Setorial. Nesta perspectiva, ao questionar o fato

¹⁷⁹ Note-se que segundo a alínea XIV do art.35, compete ao Conselho Setorial “homologar pareceres das Comissões Julgadoras de concurso e provas de seleção de pessoal docente, ou rejeitá-los pelo voto de dois terços de seus membros”(RG, 1974?, p.12). Também aqui um estatuto, o Regimento Geral da UFPR, serve de parâmetro ‘objetivo’ que, não necessariamente orienta a posição do Conselho com relação à prova para titular.

¹⁸⁰ Ver, em especial Seção II, Da Admissão e Concurso, do Capítulo II, Do Corpo Docente.

¹⁸¹ “A Professora Presidente esclarece que a validade do Concurso é por 4 (quatro) anos, havendo vagas todos serão nomeados”(CS, 73/78).

de que ‘*todos os estranhos* aprovados nos concursos serão nomeados’, tal dúvida torna explícito um dos pólos do repertório de possibilidades de interpretação regimental. Quer dizer, a existência positiva da dúvida corresponde, lógica e sociologicamente, à existência *possível* de uma resposta negativa. Não foi esse o caso.

Outra situação análoga em cuja interpretação espelha significativamente a base ética operante no Conselho pode ser observada quando determinados docentes têm seu pedido de inscrição encaminhados a uma instância burocrática de hierarquia superior ao do Conselho Setorial. Uma interpretação substantiva distingue tais docentes, uma vez que seus pedidos “preenche[m] os requisitos legais e regimentais, devendo entretanto ser a matéria submetida (...) para reconhecer a alta qualificação da candidata, considerando não ser professor Adjunto”(CS, 74/78). Neste ponto, a condição contraditória imanente à relação entre uma dada visão de mundo e uma pretendida ‘objetividade burocrática’ torna-se explícita. Se um conjunto dado de docentes *não ocupa a posição de Adjunto*, este conjunto *não preenche*, formal e conseqüentemente, os requisitos legais e regimentais. “Esse *ethos* inevitavelmente entrará em choque com o formalismo e a ‘objetividade’ fria condicionada a regras da administração burocrática”(WEBER, 1979, p.256).

Quer dizer, a existência de ambigüidades relativas às regras burocráticas é rematada pela resultante dos interesses em jogo numa dada situação. Para ilustrar o nível de interesse implicado na tomada de posição é possível assinalar o espaço para onde são ‘encaminhadas’, isto é, para onde são orientados, política e significativamente, os *casos dúbios* do Conselho.

1) Dúvidas encaminhadas para o CEP, órgão consultivo superior no qual um representante, eleito no Conselho Setorial, tem assento podendo influenciar, ou não, no resultado final; ou 2) para a Assessoria Jurídica, onde o resultado dos Pareceres é orientado, mormente, segundo critérios *legais*. Como é o caso, por exemplo, da “inscrição para Exame de Habilitação em Livre Docência do Professor Donato Parissotto. Face o parecer da Assessoria Jurídica o Conselho Setorial deliberou: a) exigir do candidato inscrito o atendimento aos novos requisitos legais”(CS, 42/76)¹⁸².

¹⁸² Note-se que também no caso anteriormente analisado, (p.86-93), é à Assessoria Jurídica que se dirige o processo de transferência de professor do departamento de Física para o de Filosofia.

Todavia, para compreender o interesse na ocupação da posição de ‘professor titular’ é válido lembrar a disposição *vigilante* do Conselho que, nesta situação, cerceia as chances de acesso à tal posição. É no cruzamento desta disposição com as trocas acadêmicas operadas no Conselho, que é possível observar o ‘sistema de garantias’ ali instaurado.

Por um lado, é possível visualizar esta vigilância na forma como alguns Conselheiros circulavam em torno da probabilidade de lograr tal posição: “Iniciando é colocada em discussão a ata nº 71 que foi aprovada com as seguintes retificações: nas folhas 29 verso deveria constar a abstenção do voto da professora Maria Olga Mattar [candidata à vaga para professor titular em Sociologia Geral] quando da constituição da Banca do concurso de Titular em Sociologia Geral I e II; nas folhas 30 deveria constar a abstenção do voto da professora Cecília Maria Vieira Helm, quando da constituição da Banca do concurso de titular em Antropologia Brasileira [para o qual a referida professora era candidata]”(CS, 74/78). Ou ainda, quando da homologação do resultado do concurso para “Professor Titular do Departamento de Psicologia e Antropologia. Colocada a matéria em discussão, o Parecer da Comissão Julgadora. De acordo com a alínea XIV do art. 35 do Regimento Geral, foi homologado com abstenção de voto da professora Cecília Maria Vieira Helm”(CS, 76/78).

Por outro lado, exemplo típico do ‘sistema de garantias’ operante na posição do Conselho pode ser observado na relação entre as professoras Cecília Vieira Helm e a Diretora do Setor, Cecília Maria Westphalen. Embora suas orientações político-ideológicas sejam notada e abertamente opostas, ambas as professoras *dominam* no duplo sentido do termo o jogo acadêmico em suas respectivas áreas do saber, Antropologia e História¹⁸³. O encaixe entre estes dois pólos, ora antagônicos ora complementares, é operado, ele é *garantido* através do acionamento dos dispositivos burocráticos. Este ‘sistema de garantias’ assegurado burocraticamente

¹⁸³ É possível visualizar neste ponto o alcance possibilitado pela utilização do método weberiano típico-ideal. Ao construirmos um ‘Conselheiro-típico’ (p.45) concebíamos como fundamentais determinadas propriedades, em particular uma espécie distintiva de *capital institucional acumulado* para a possibilidade objetiva de ocupação da vaga de Conselheiro. A construção típico-ideal não serve para encerrar a compreensão das realidades históricas. Pelo contrário, a ‘irrealidade’ do tipo-ideal dá significação a um conceito construído que permite examinar o desenvolvimento real e ilustrar a vida empírica em seus elementos mais importantes e singulares, ou seja, a ‘idealidade’ do ‘Conselheiro-típico’ expande, analiticamente, a compreensão do jogo acadêmico em suas nuances.

serviu de base para a orientação da oferta de bens acadêmicos possíveis através do fechamento das chances de acesso à posição de ‘professor titular’.

Além disso, uma analogia entre a posição de ‘professor titular’ e a posição de ‘catedrático’ é possível, uma vez que ambas correspondem ao ápice da hierarquia universitária dentro de suas respectivas configurações. Dos sete candidatos às sete vagas, cinco docentes tiveram sua formação universitária na extinta Faculdade de Filosofia¹⁸⁴. Neste sentido, é possível compreender o jogo de exclusão-inclusão em torno das vagas para titular como função do peso do capital simbólico reconhecido e investido, por estes atores, em tal posição.

Diferentemente dos casos anteriores tratados neste capítulo, através desta situação, foi possível observar um jogo de encaixes no Conselho. Neste jogo das reciprocidades acadêmicas asseguradas burocraticamente visualizamos um ‘sistema de garantias’, notadamente em função da prática vigilante em torno das chances de acesso à posição de titular. Se nos casos anteriores é o desencaixe atuante nas fronteiras da rede setorial que permite uma caracterização *político-vigilante* bem como uma distinção honorífico-setorial; neste caso, é o jogo burocrático de encaixes que, mesmo num período tão marcado pelas contrastantes tomadas de posição ideológica, reflete a rede de tensões cujas trocas acadêmicas lograram ou ao menos pretendiam estabilizar – tudo isso, no âmbito do Conselho Setorial.

O fundamental, em ambos os tipos de situação, seja de encaixe seja de desencaixe, é destacar como as formas de utilização dos mecanismos burocráticos de reprodução do corpo docente espelham, além da estruturação da rede setorial, uma racionalidade acadêmica cuja vigilância burocrática esteve no topo da rede. A disposição burocrática observada a partir da posição do Conselho Setorial ilumina as formas pelas quais o peso do capital universitário se faz notar, ao mesmo tempo em que torna objetivada uma racionalidade que serviu de base para uma série de justificativas e de tomadas de posição.

¹⁸⁴ Das cinco candidatas advindas da Faculdade de Filosofia, três estavam a meio passo da posição de professor catedrático. Naquela hierarquia funcional, a posição abaixo à posição de ‘Professor Catedrático’ era denominada ‘Docente Livre’. “Concursos para a Docência Livre: (...) 1958, Maria Olga Mattar, Sociologia (...) 1959, Altiva Pilatti Balhana, História da América (...) [e] 1965, Maria das Dores Wouk, Didática Especial” (WESTPHALEN, 1988, p.86). Já, as demais docentes – Odah Regina Guimarães Costa, graduada em História e Geografia, e Cecília Maria Helm, graduada em Ciências Sociais – concluíram seus cursos de graduação, na FFLC, em 1956 e 1959, respectivamente.

5.2 O DISPOSITIVO BUROCRÁTICO COMO PODER E COMO VALOR

Como vimos, ao início da década de 80 a racionalidade acadêmica caracterizada tipicamente por sua disposição *centralizadora* ou *ordenadora* foi duramente contestada. Vejamos, por meio da última situação selecionada, o palco dos embates entre duas gerações, entre duas ideologias, ou mais precisamente, entre duas moralidades.

Trata-se de uma situação, ocorrida em fins de 1985, na qual um dispositivo burocrático, tal como nas situações anteriormente descritas, é também acionado. Estava na “ordem do dia: recurso de professores do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais *contra* decisão do Diretor do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes em processo de transferência do professor João Correia de Freitas” (grifo nosso) (CS, 15/85). As singularidades deste recurso podem ser vislumbradas já de início. É a primeira vez, entre 1974 e 1985, que a tomada de posição do Diretor de Setor é o propósito final de um recurso administrativo. Se compreendido dentro da estrutura de rede setorial, é possível observar que tal recurso está *orientado*, de forma inédita, para o próprio Conselho¹⁸⁵.

“Relator: Prof. José Luiz da Veiga Mercer, o qual efetuou um relato completo do assunto em pauta. Em seguida, houve uma ampla discussão sobre a questão por parte dos Conselheiros presentes ficando definido o seguinte Parecer: O Conselho Setorial não pôde emitir juízo sobre o pedido em tela por considerá-lo intempestivo. Nada obstante, impressionado com os fatos nele expostos, o Conselho Setorial decidiu por unanimidade encaminhar ao Senhor Reitor ofício com o seguinte teor: ‘O Conselho Setorial tem a honra de vir à presença de Vossa Magnificência para expor-lhe suas graves inquietações a respeito dos seguintes fatos: 1º) em reunião de 27/9/85, este Conselho apreciou o processo nº 023075. 013229/85-44, pelo qual professores do Departamento de Comunicação e Ciências Sociais recorriam da decisão do Diretor do Setor, que em 05/08/85 solicitou ao Departamento de Pessoal as providências necessárias à efetivação da transferência, para esta Universidade, do prof. Adjunto João Correia de Freitas, da Fundação da Universidade do Rio Grande. Ora, para a mencionada decisão, referente à carreira docente, não foi ouvido em momento algum, sequer para referendo, muito embora o Regimento Geral da Universidade, pelo seu art. 35 (incisos XVI e XVIII) institua claramente o Conselho Setorial como uma das instâncias decisórias para matéria. O fato senhor Reitor, recobre-se de tanto maior gravidade quando se observa que se trata de reincidência. 2º) Embora sensibilizado pelos fatos expostos pelos subscritores do pedido de recurso atrás mencionado, este Conselho não pôde acolher o pedido por julgá-lo intempestivo. E mais, percebeu ele mesmo não contar com prazo hábil para recorrer da decisão do Senhor Diretor do Conselho Universitário por só nesta data ter-se inteirado dos fatos. Justamente por não desconhecer que ‘a ninguém é dado ignorar a lei’, este Conselho sente-se na obrigação de denunciar o impasse kafkiano a que se reduz a comunidade universitária, que não poderá jamais recorrer em prazo legal de decisões administrativas tanto

¹⁸⁵ Cabe apontar que o Diretor de Setor não esteve presente a esta reunião: “...realizou-se mais uma reunião do referido Conselho em caráter extraordinário, sob a presidência da Vice-Diretora, Brunilda Reichman Lemos”(CS, 15/85).

quanto estas sejam tornadas públicas com extrema lentidão, como ocorreu neste caso. Na esperança de estarem colaborando com a nossa Universidade, subscrevem-se respeitosamente os Conselheiros presentes à sessão do dia 27/9/85”(CS, 15/85).

Para compreender o recurso acima descrito, faz-se necessário desvelar as formas de classificação acionadas no Parecer tomando-as como significativas da auto-imagem deste novo grupo de interesse, agora, em ascensão na hierarquia setorial. Tais formas de classificação, que são sempre produtos de uma seleção, ganham sentido na comparação com as situações, anteriormente, descritas neste capítulo.

Primeiramente, as ‘graves inquietações’, decorrentes dos ‘impressionantes’ fatos, dão uma dimensão sintomática das contrastantes racionalidades que pareciam coexistir, nesta gestão, no âmbito do Conselho Setorial. O tom ‘denunciativo’, como consta em ata, espelha a crise de sucessão entre duas gerações de docentes e suas indisposições político-acadêmicas. A atuação destes representantes departamentais, se orienta com fins a *resguardar* a comunidade universitária, se orienta para que esta comunidade não se reduza, simbólica e politicamente, às formas de controle e violência típicas dos mecanismos burocráticos.

Além disso, o destaque dado pelo Parecer para classificar a ‘extrema lentidão’ das decisões administrativas e, daí decorrente, a necessidade de ‘torná-las públicas’, tem uma proximidade significativa com outros dois casos já abordados. Um deles tratou da situação em cujas candidatas à vaga de Auxiliar de Ensino para Sociologia demandam a *publicidade integral* do processo de seleção.

Outro, menos aparente, diz respeito ao conjunto de bancas para professor Titular. Em relação a este caso, o estereótipo de ‘extrema lentidão’ parece não servir de base para fechar e assegurar as chances de acesso às vagas para Titular. De forma totalmente diversa, ali foi possível observar como o ritmo, acelerado ou refreado, dos processos administrativos é função da resultante dos interesses em jogo numa dada situação.

Ambas as demandas do Parecer, publicidade e agilidade, se aproximam significativamente do ‘caráter sigiloso do saber burocrático’ apontado por Weber: “toda burocracia busca aumentar a superioridade dos que são profissionalmente informados mantendo secreto seu conhecimento e intenções. A administração burocrática tende sempre a ser uma administração de ‘sessões secretas””(1979,

p.269). Mas onde estavam os Conselheiros quando da transferência de professor para o DECOMCISO?

A contraposição do Diretor vem na reunião seguinte. Antes de apresentar seu argumento, cumpre destacar que “o Presidente declarou aberta a reunião e colocou em discussão as atas 14 e 15/85; a 14/85 foi aprovada por unanimidade e a 15/85 com 3 abstenções foi aprovada”(CS, 16/85). No que diz respeito, especificamente, à utilização dos dispositivos burocráticos, o Conselho não era mais um bloco homogêneo.

“Comunicações: o Presidente comunicou aos Conselheiros que encaminhou ao Reitor ofício com o seguinte teor: *‘Dirigjo-me à Vossa Magnificiência, com o objetivo de tecer algumas considerações a respeito do documento que, segundo cópia de ata em anexo, lavrada em reunião do Conselho Setorial deste Setor, deve ser encaminhada a essa Reitoria. Em primeiro lugar, devo esclarecer que não compareci à referida reunião, por haver-me declarado impedido, uma vez que se tratava de reunião especialmente convocada para apreciar recurso contra a decisão desta Direção em processo de transferência de docente. Naquela ocasião, conforme se depreende da leitura da mesma ata, decidiu-se pelo não acolhimento do recurso, por intempestividade, mas ao mesmo tempo se aprovou envio de correspondência a essa Reitoria, manifestando o que foi denominado de ‘grandes inquietações’ a respeito de alguns fatos. Estes fatos, Magnífico Reitor, foram enfocados diversamente da interpretação mais correta dos dispositivos do Regimento Geral. Os incisos XVI e XVII do Art. 35 absolutamente não se reportam ao caso concreto, procedimento de transferência de docentes de uma IES para outra, movimentação admitida pelo Estatuto de Magistério Superior na sua parte não revogada e outras disposições aplicáveis ao pessoal civil da União. Senão, vejamos: a) o inciso XVI prevê como competência do Conselho Setorial, verbis: ‘Apreciar e aprovar propostas dos departamentos quanto a planos de aperfeiçoamento e admissão de docente, autorização de afastamento e rescisão de contrato de trabalho’. Transferência não é plano de aperfeiçoamento, não é admissão contratual de docente, não é afastamento e nem tampouco rescisão de contrato de trabalho; b) Quanto ao invocado inciso XVII, verbis: “Deliberar sobre processos de ampliação ou redução do corpo docente, bem como sobre transferência temporária ou permanente entre Departamentos”. Também este não se refere à movimentação, na figura da transferência entre Universidades Federais (...) Na verdade, a figura da transferência de docente de outra instituição oficial de ensino superior para a Universidade, ou desta para aquela, está disciplinada no Art. 179 do mesmo Regimento. Por ele verifica-se que apenas o departamento e o Conselho de Administração são instâncias administrativas: o Conselho Setorial não é ouvido a respeito. Assim procedi, com relação a recentes transferências da Universidade Federal do Espírito Santo para esta Instituição, de dois docentes que, por coincidência, são signatários do recurso. no caso desses professores, nunca se questionou a validade das respectivas transferências e nem mesmo se discutiu o encaminhamento do assunto por esta Direção. Se é esta alegada reincidência de que trata a carta, evidentemente, é alguma força de expressão, pois as decisões que tomei na época – e como agora no presente caso – foram fundamentadas exclusivamente nos dispositivos estatutários e regimentais”*(CS, 16/85).

Aos olhos do Diretor setorial, o fato de ser constrangido pelos seus pares não fazia qualquer sentido:

“O que não posso entender é ainda ser responsabilizado pelo erro dos requerentes ao, em primeiro término, movimentarem um plenário departamental para interpor recurso sobre uma questão a qual, posteriormente, poderia ser reconsiderada como de fato o foi. Os prazos são

definidos pelo Regimento Geral; o caminho foi opção dos requerentes: não foi portanto um impasse digno de Kafka, mas uma falha dos apelantes, ao deixarem esgotar o prazo de recurso adotando uma medida sujeita a duas confirmações para se tornar matéria vencida no âmbito do Departamento. O recurso anterior, aliás, já era meio inepto, pois já há até parecer do CEP discordando que os próprios órgãos da universidade entrem com medidas recursais uns contra os outros! (...) Cumpre-me informar ainda que as decisões Setoriais e as da Direção são tornadas públicas através de Edital. Exceção, naturalmente, com relação a maioria dos despachos. Aqueles que, porventura esta Direção reconhecer se tratarem de assuntos polêmicos tem sido dado a conhecimento de interessados pela Secretaria de apoio. Foi precisamente o caso; a cópia da seguiu ao Departamento no mesmo dia da decisão”(grifo no original)(CS, 16/85).

Todo o argumento do Diretor de Setor combate, ponto a ponto, as demandas postuladas pelo Conselho na ata anterior. Em sua defesa, cada controvérsia levantada pelos Conselheiros corresponde a um dispositivo estatutário ou regimental. Utilizando o ‘Regimento Geral’ como baliza orientadora, o Diretor justifica legalmente sua tomada de decisão em relação ao caso da transferência de professor. Decorre daí, que a disposição que está na base da tomada de decisão do Diretor pode ser caracterizada como tipicamente burocrática. Uma vez que ele se vale de parâmetros *estatuídos* em Regimento para orientar o processo de transferência de professor.

Temos nesta situação uma oposição entre o Diretor do Setor, de um lado, e os Conselheiros, de outro. Temos dois mecanismos burocráticos em jogo: um, relativo ao ‘processo de transferência’, e outro, que sai do DECOMCISO, ganha vulto entre os Conselheiros, e se opõem àquele primeiro. Tal situação é inédita no Conselho, um dispositivo orientado burocraticamente é alvo de outro dispositivo. Cabe compreender, portanto, de que forma está orientado o dispositivo acionado pelos Conselheiros.

Como vimos, os Conselheiros desta gestão consideravam as práticas ‘reincidentes’ do Diretor de Setor como ‘graves’ e ‘inquietantes’. Estas classificações se dirigem às formas através das quais um processo de transferência teria sido gestado pelo Diretor. Do que se depreende de sua defesa, os procedimentos se basearam, unicamente, nos Regimentos. Ele próprio afirma não compreender o porquê de tais denúncias posto que suas decisões “foram fundamentadas exclusivamente nos dispositivos estatutários e regimentais” (CS, 16/85).

O único ponto convergente entre os lados seria quanto ao caráter intempestivo do recurso do DECOMCISO. Isso significa, tanto para os Conselheiros

quanto para o Diretor, que não cabe consideração sobre o assunto nessa instância hierárquica. Ambos reconhecem, portanto, que o Conselho ‘não *pode* emitir juízo’.

Porém, enquanto mandatários de uma nova racionalidade, e com fins a resguardá-la, estes Conselheiros se obrigam reciprocamente em ‘denunciar o impasse kafkiano’. Ao enunciar o caráter intempestivo do recurso, este grupo admite não ter posição hierárquica legal para emitir juízo; mas, ao mesmo tempo em que o enuncia, se justifica, vendo em si a *obrigação* de fazê-lo. Quer dizer, embora reconheça não poder acolher o recurso, este Conselho toma para si o *dever moral* de denunciá-lo¹⁸⁶.

Produto de um projeto político-ideológico, estes mandatários se reconheciam na responsabilidade em romper com as tomadas de decisão centralizadoras – típicas na rede setorial e observada também nesta situação: “Foi precisamente o caso; a cópia seguiu ao Departamento no mesmo dia da decisão” (CS, 16/85). Decide-se, depois se consulta outras instâncias. Neste sentido, como observado anteriormente, tanto as ‘assembléias’ como as ‘sessões abertas’ do Conselho significam uma tentativa de ruptura com as ‘sessões secretas’, como descrito por Weber.

Dentre o conjunto de mudanças, por eles classificadas como *necessárias*, estavam as práticas institucionais, especialmente, aquelas político-administrativas¹⁸⁷. De forma diferente dos casos anteriores, aqui há um desencaixe dentro do próprio Conselho Setorial. A singularidade deste desencaixe reside no fato de que quando o dispositivo burocrático é utilizado segundo uma orientação regimental ele é interditado; ele é alvo de outro dispositivo. Não se está apontando para os limites da rede setorial - agora sob o vigilância departamental. Aqui, como no caso das bancas para Titular, a explosão entre dispositivos tem como detonador a ocupação de vaga no corpo docente. Com uma diferença radical: neste caso, não é a chance de acesso que determina a forma de utilização dos mecanismos, mas, a forma mesma de sua utilização que é questionada *moralmente* por alguns dos Conselheiros.

Agora, duas racionalidades coexistem neste Conselho. É por este motivo que o próprio Diretor não vê razões ‘racionais’ para ser alvo de denúncias. Ele próprio

¹⁸⁶ Tal qual na gestão do Conselho Setorial, entre 1976 e 1980, quando a Diretora do Setor se incumbia o ‘dever de reconhecer determinados diplomas’.

¹⁸⁷ “Denunciamos ainda o caráter autoritário do processo de constituição do CPPD. Organizamos, como disse, uma série de consultas: para direção do Setor, para chefia de departamento, para representação junto ao CEP” (*apud* ANTUNES, In:EVANGELISTA, 1991, p.52).

resume, de início, a questão a uma divergência em torno do 'enfoque'. Neste sentido, tudo não passaria de uma divergência quase técnica, não fosse sua observação significativa a respeito "da interpretação mais correta dos dispositivos" (CS, 16/85).

Com efeito, o que sociologicamente este último caso significa, tomado em relação com os demais casos abordados, corrobora a idéia de substituição funcional dos grupos de interesse na rede setorial. No entanto, uma leitura sociológica poderia apreender desta série que no transcurso 'da Faculdade à Academia' a rede setorial *ganha* uma racionalidade propriamente burocrática. Como se este processo histórico fôsse linear, e sempre para frente, e nele, a rede setorial obtivesse, através dos entraves entre dois grupos, um caráter própria e weberianamente *racional*. Dois são os motivos que impedem esta leitura: primeiramente, os dados selecionados não são suficientemente significativos, temporal ou estatisticamente, para inseri-los num processo tão amplo como a 'racionalização' tal qual problematizado por Weber¹⁸⁸. Em segundo lugar a oposição racional-irracional não tem rendimento heurístico nesta situação, uma vez que se considerando o espaço social, referente à rede setorial, pelo qual dois grupos disputavam, é sociologicamente impossível e improvável que uma visão de mundo acadêmico racional, mecânica e simplesmente, substituísse outra visão mundo supostamente irracional.

Para compreender este conjunto das tomadas de posição, é à empreitada sociológica de Norbert Elias que nos reportamos¹⁸⁹: é na medida em que a auto-imagem dos grupos em jogo ganha sentido *em sua relação com* o grupo oposto que o par racional-irracional desaparece. Neste sentido, um dos instrumentos acionados

¹⁸⁸ No conjunto da obra weberiana, as referências à 'racionalização' como processo histórico tipicamente *ocidental e moderno* estão expressas nas introduções à 'A Psicologia Social das Religiões Mundiais' (1979) e à 'Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo' (1994). Após elencar as mais diversas esferas de atuação, desde a Arte e a Arquitetura até a constituição do Estado-Nação, Weber inquir: "Porque em todos os casos citados, trata-se do 'racionalismo' específico e peculiar da cultura ocidental. (...) Racionalizações têm existido em todas as culturas, nos mais diversos setores edos tipos mais diferentes. Para caracterizar sua diferença do ponto de vista da história da cultura, deve-se ver primeiro em que esfera e que direção elas ocorreram. Por isso, surge novamente o problema de reconhecer a peculiaridade específica do racionalismo ocidental. e, dentro deste moderno racionalismo ocidental, o de esclarecer a sua origem" (1994, p.11)

¹⁸⁹ Para investigar 'A Sociedade de Corte', Elias formula um problema sociológico que escapa da oposição racional-irracional assumindo que apenas aos olhos da racionalidade burguesa, várias atitudes e especialmente os gastos cortesãos não fazem sentido, ou seja, eles seriam irracionais. "...no caso do tipo burguês de controle do comportamento, o cálculo de perdas e ganhos financeiros desempenha um papel primordial em sua 'racionalidade' própria, enquanto tal papel é desempenhado no tipo aristocrático de corte, pelo cálculo das chances de poder através do prestígio e do status" (ELIAS, 2001, p.109).

nesta oposição foi a própria classificação do quê é 'racional': "O professor Carlos Alberto Faraco informou que seu voto contra, digo, foi contra decisão de se alterar um procedimento no próprio curso de período letivo, sendo no entanto favorável a que se chegue a uma solução *racional*" (grifo nosso)(CS, 07/84a,b). Sem dúvida, a disputa por espaço acadêmico é sempre uma disputa pela representação do quê é o espaço acadêmico.

Corroborando a idéia de substituição funcional, este último exemplo demonstra o peso que os embates burocrático-acadêmicos tiveram na estruturação setorial. É necessário destacar, porém, que a série tanto das tomadas de posição orientadas para a ocupação de posições-chave na hierarquia acadêmica como o conjunto das formas de inserção em espaços de decisão político-pedagógicas são apenas uma das expressões desta oposição. Da mesma forma, o acionamento dos mecanismos de reprodução do corpo docente, por sua vez, reitera o palco dos conflitos de interesse propriamente acadêmico.

O que sociologicamente este capítulo acabou por demonstrar ultrapassa uma interpretação limitada às disputas por posições burocrático-acadêmicas. O jogo de encaixes e de desencaixes vislumbrado a partir da posição do Conselho Setorial reflete, certamente, os interesses em jogo: interesse, por exemplo, em excluir atores cuja ideologia comunista representa um perigo à instituição, bem como interesse em extinguir posturas centralizadoras que desrespeitam à comunidade universitária.

Estas formas de utilização dos mecanismos de reprodução, distintas entre si, expressam antes de tudo duas *noções morais* de Academia. Aqueles interesses não têm existência própria e tampouco são produzidos, aleatoriamente, frente a uma situação particular de interesse. Eles são significativos das racionalidades que visam consagrar, isto é, as relações de força ali travadas, representadas pelos interesses em jogo, estão circunscritas e orientadas por concepções acadêmicas que estes agentes defendem *moralmente*. A substituição funcional dos grupos na rede setorial não é apenas uma disputa por espaço; é uma disputa pela representação do quê este espaço vem a ser e, principalmente, do quê ele *deve ser*.

A posição ocupada pelos dispositivos burocráticos nesta moralidade 'democratizante' alcança estatuto de 'valor'; ou mais precisamente, a forma mesma de sua utilização é englobada *valorativamente* nessa racionalidade. O adjetivo que designa as formas de utilização do aparato burocrático, cujo limite está expresso na

oposição centralizado-descentralizado, é função da noção moral de Academia por eles consagrada. Quer dizer, o próprio dispositivo burocrático foi moralizado, ele ganhou um outro caráter moral. Neste sentido, é válido interrogar, apenas hipoteticamente, como este englobamento moralizante do aparato burocrático constitui uma das propriedades fundantes do poder acadêmico, na medida em que o caráter 'racional' das disposições acadêmico-burocráticas corresponde à justificação e à pretensão 'universais', vale dizer, à representação 'democrática' do espaço universitário.

Como se vê no exemplo em questão, acionar um dispositivo burocrático *segundo um regimento* não faz necessariamente sentido e tampouco 'o mesmo sentido' em distintas racionalidades acadêmicas. Isto é, 'chegar a uma solução racional' ganha sentido apenas na oposição entre duas auto-imagens, nas trocas ora violentas e coercitivas ora coniventes e pacíficas entre docentes, na relação destes com o corpo discente, enfim, na teia de sentidos compartilhados e disputados acadêmica e simbolicamente.

Daí decorre, que o acionamento de mecanismos de reprodução do corpo docente não é operado, exclusivamente, em função de um conjunto de regras burocráticas; ele não é produto de uma interpretação unicamente regimental. Mas, antes, que este acionamento está sempre sujeito à *interpretação mais correta*.

Este ato interpretativo, além de ser uma resultante dos interesses em jogo, é produto de uma dada visão de mundo acadêmico. Através de suas práticas e trocas específicas, ambos os grupos difundem e veiculam sua racionalidade, vale dizer, sua moralidade acadêmica. Uma das práticas institucionais que os caracteriza burocraticamente e os distingue moralmente são os próprios mecanismos de reprodução do corpo docente. Em outras palavras, para além do monopólio destes mecanismos e seus efeitos de poder¹⁹⁰, foi fundamental compreender, através das trocas acadêmico-burocráticas asseguradas na posição do Conselho, como duas racionalidades orientam e justificam suas tomadas de posição entendidas, sempre, como formas de simbolização.

¹⁹⁰ "O uso de palavras como 'dominação' ou 'autoridade' [ou 'monopólio'] como *termini technici* sociológicos também pode obstruir o caminho para compreendermos a relação entre coerção e contrac coerção nas redes de interdependências humanas"(ELIAS, 2001, p. 264).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese que serviu de base para esta pesquisa tratava dos efeitos produzidos indiretamente pela Reforma universitária de 68. Neste sentido, a hipótese ganhou corpo à medida que as singularidades da sociogênese do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes ficavam explícitas. Como decorrência direta das pressões reformistas, vimos como a formação deste Setor pode ser compreendida como uma incapacidade propriamente local de caráter político em alocar determinados interesses numa dada situação. Exemplo cabal desta incapacidade foi a extinção dos prematuros Institutos de Ciências Humanas bem como de Artes e Letras.

Se foi possível visualizar aspectos diretamente decorrentes da Reforma de 68 por meio da *formação* do Setor de Ciências Humanas, foi através da *conformação* e principalmente da *transformação* nele ocorridas que apreendemos um processo sociogenético, a um só tempo, impossível de ser reduzido às macro-determinações advindas da Reforma e por ela impulsionado. Baseados numa análise configuracional e a partir de uma posição possível dentro do que caracterizamos como 'rede setorial', visualizamos a *estruturação* interna desta rede sempre tomada em relação às determinações externas a ela. De forma geral, é possível destacar dois fatores que, se tomados dentro da estruturação, estiveram na base do jogo setorial: a departamentalização efetiva e a utilização dos mecanismos burocráticos de reprodução.

Tentamos delinear aspectos significativos deste jogo acadêmico durante o primeiro capítulo, na medida em que o tratamento da 'ordem do dia' ressaltava, notadamente, os jogos de controle e de deslocamentos ali instaurados. Por sua vez, o segundo capítulo demonstrou como a oposição tensa entre duas racionalidades não se limita à série de disputas por espaço acadêmico, mas que tal oposição distingue, definitiva e radicalmente, duas noções morais de Academia. Quer dizer, a forma de utilização de determinados dispositivos burocráticos foi questionada *moralmente*, vale dizer, segundo juízos de valor distintamente sacralizados pelos grupos em jogo.

De modo geral, a estruturação setorial entendida como a departamentalização efetiva das unidades constituintes da rede, junto da oposição nela operante, espelha uma *substituição funcional* na medida em que os grupos de interesse se alternam em

posições-chave da burocracia acadêmica; ao mesmo tempo em que significa uma *ruptura* com uma racionalidade específica típica da gênese da rede setorial.

Em certa medida, a expressão que sintetiza de forma singular a estruturação setorial é descrita por WESTPHALEN (1988), que diz: “Substitui-se o *feudo* da cátedra pelo *soviet* do departamento” (grifo da autora) (1988, p.57). Através desta fórmula, a historiadora traduz, a seu modo, o processo por nós denominado de ‘departamentalização’: a disposição administrativa efetiva dos departamentos de ensino na rede setorial enquanto unidades de força departamental.

Prossegue a professora: “naquele [feudo], o professor catedrático indicava seus auxiliares e assistentes, assumindo inteira responsabilidade pela qualificação científico-profissional dos indicados. Neste [soviet], pela participação com direito a voto de auxiliares, assistentes, alunos e funcionários, muitas vezes igualitária, a responsabilidade resta diluída, portanto, não é de ninguém”(1988, p.57-8). A utilização do termo *soviet*¹⁹¹ é significativa de uma representação ‘revolucionária’ da organização universitária como tendo sido ‘invadida por comunistas’¹⁹². Outro ponto significativo diz respeito à responsabilidade departamental, que em sua fala aparece como ‘não sendo de ninguém’, precisamente o oposto da tese, sobre departamentalização, por nós defendida.

Aos olhos desta professora, os efeitos da Reforma são irracionais devido à desestruturação universitária: “Estruturalmente, porém, foi ainda mais grave na reforma de 1973, a extinção *sine ratio* dos corpos intermediários fundamentais para a preservação da hierarquia e da disciplina universitárias (...) alunos votando em assuntos nos quais não possuem competência técnica-científica. Funcionários votando com o poder de decisão em matéria alheio ao seu preparo”(1988, p.57). Através desta representação, quase trágica, de como tal professora via a situação da universidade, é possível vislumbrar a racionalidade de um grupo cujos olhos não

¹⁹¹ Espécie de micro-conselhos politicamente autogovernados e espalhados por toda Rússia pré-Revolução. Ver HOBBSAWM(1995).Ver, em especial, ‘A Revolução Mundial’ (p.61-89).

¹⁹² No decorrer de sua obra, Westphalen cita alguns discursos políticos que ressoam como verdadeiros sermões: “Conforme pregava Bento Munhoz da Rocha Neto [governador do Paraná, de 1951 a 55, e ex-catedrático de Sociologia] *há na cátedra universitária, um dever supremo – o dever da verdade, libertada da moda, do gosto tirânico da época*” (1988, p.59). Em outra parte, lê-se a transcrição de outra ‘pregação’: “A pobreza é uma das maiores doenças nacionais. Não há (como) proceder à cura, senão estimulando a iniciativa pessoal, criadora de riquezas, com a justa garantia do capital. A não ser que se prefira o processo soviético, que fez a prosperidade da Rússia, escravizando os russos. É um preço tão bárbaro, que não há florescimento econômico que o pague” (WESTPHALEN, 1988, p.27-8).

poderiam ver na departamentalização senão uma verdadeira guerra, uma ‘sovietização’.

O tom sobrepujado das diversas expressões – ‘o esgarçamento da disciplina’, ‘há um clamor geral pela restauração da dignidade acadêmica’, e ‘a destruição da hierarquia e disciplinas universitárias’ – reflete o deslocamento sofrido por um grupo de docentes no jogo de forças acadêmico. Como vimos, neste jogo de encaixes e de desencaixes, este grupo cuja racionalidade fora gestada nos moldes da Faculdade de Filosofia saiu derrotado¹⁹³. Em certa medida, é possível afirmar que tal racionalidade estava baseada em princípios de visão de divisão do mundo que distinguem quem tem senso hierárquico-disciplinar de quem não o tem¹⁹⁴.

De um lado, situamos esta obra como evidência significativa do desencaixe institucional experimentado por estes atores que passaram de uma categoria centralizadora do saber – dos mecanismos de transmissão e do conteúdo deste saber – a uma posição situada *dentre* outras posições. Daí a representação da ‘responsabilidade departamental’ como ‘não sendo de ninguém’. “Sem dúvida, a extinção da cátedra e a conseqüente perda de espaço acadêmico do professor catedrático, contribuíram para a diluição da autoridade funcional, didática e científica dos mais experientes”(1988, p.58). Isto é, aos olhos de um ex-catedrático dividir funções e decisões pareceu, de fato, uma guerra. ‘A responsabilidade resta diluída’ ganha sentido se situarmos o movimento de deslocamento de posições sofrido por este grupo de agentes. Este foi o desencaixe acadêmico que alguns atores vivenciaram ao serem submetidos ao constrangimento de discutir decisões político-pedagógicas ou acadêmico-burocráticas.

De outro lado, observa-se como a racionalidade acadêmica do grupo docente oposto pode ser caracterizada por sua auto-imagem democrático-profissional. “Na Universidade, a [primeira] campanha para reitor foi algo marcante. (...) Organizamos,

¹⁹³ “É preciso que a Faculdade de Filosofia retome suas funções de animadora e guardiã da ciência e da cultura, banindo do seu meio, os incompetentes, os demagogos e, sobretudo, os relapsos que nada produzem em termos de ensino e pesquisa. (...) para que o espírito e a essência da Faculdade de Filosofia não desapareçam por completo, estiolando a vida universitária, urge a restauração dos colégios intermediários representados pelas Congregações, com poder disciplinar e hierárquico, capazes de devolver a disciplina, a competência, a ordem e o trabalho às atividades acadêmicas hoje tão desprestigiadas” (WESTPHALEN, 1988, p.58-9).

¹⁹⁴ “Não foi tarefa das mais fáceis dirigir o Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, sobretudo pela implantação de novos Cursos, a insuficiência de recursos, e do número de funcionários, bem como de professores em algumas áreas. Sobretudo, porém, pela transição política verificada no País quando alguns entenderam que revogados os atos de exceção estava também revogada toda ordenação jurídica, desde o Código Civil ao Código Penal”(SCHLA, 1980, p.24a).

como disse antes, uma série de consultas: para direção de setor, para chefia de departamentos, para representação junto ao CEP”(ANTUNES, 1991, p.52). Este exemplo ilustra de forma significativa como este grupo representou as formas de utilização dos dispositivos burocráticos bem como os processos de decisão. Nesta racionalidade, a utilização ‘racional’ de dispositivos ou os processos ‘abertos’ e ‘publicizados’ de decisão não são apenas práticas institucionais que eles aspiram fazer imprimir. O que essas práticas espelham é a veiculação moral de uma política democratizante por eles difundida. Quer dizer, a idéia mesma do que é ‘racional’ foi englobada por uma visão de mundo acadêmico ‘democrático’ por eles difundida.

A oposição entre duas racionalidades tão distintas ganha uma de suas expressões mais significativas através do conjunto de formas acadêmicas de classificação dos grupos em jogo. Se, por um lado, é à ‘instituição’¹⁹⁵ que se deve respeito, por outro lado, é à ‘comunidade’¹⁹⁶ universitária que se deve consagrar. Esta oposição fica também expressa nas formas de desclassificação acionadas com vistas a macular a auto-imagem do grupo oposto, formas estas não publicadas e, algumas vezes, não publicáveis. Os ‘recém-doutores’ são classificados pela ‘velha guarda’ como ‘arrogantes’. Ao passo que os integrantes da ‘velha guarda’ são designados, devido ao controle sobre o corpo discente, como ‘pelegos’. Estes, por sua vez, afirmam que aqueles não passaram de ‘assembleístas’, defensores de um ‘democratismo’ a todo custo; enfim, que não passavam de ‘esquerdistas-voluntaristas’.

Como vimos, a substituição dos grupos em jogo corresponde à ruptura com determinados princípios de visão de mundo acadêmico. Os mandatários da ‘democracia’ lograram através de sua organização político-sindical se fazer imprimir no jogo acadêmico. Neste sentido, a transformação global da estrutura de rede

¹⁹⁵ A ‘instituição’ aparece em momentos significativos: “Há um clamor geral pela restauração da dignidade acadêmica na Universidade, fundada na competência e, pois, no governo dos melhores. Clamor este que se levanta pela salvação da instituição universitária” (WESTPHALEN, 1988, p.58). Ou ainda quando, uma Conselheira “compreende que é difícil trabalhar com a falta de professor, mas que ele parece ser muito difícil de tratamento e que desrespeita a instituição” (CS, 64/77).

¹⁹⁶ A forma de classificação ‘comunidade universitária’ sintetiza de forma ímpar a auto-imagem deste grupo: “Voltando à plataforma de nossa chapa, vale anotar que a grande bandeira dentre as questões da Universidade era a da democratização interna da UFPR, o que significa, aquele contexto, a escolha direta dos dirigentes pela comunidade”(apud FARACO, In:EVANGELISTA, 1991, p.57). Ou ainda, quando “a Professora Milena Maria Costa Martinez solicita ao Conselho Setorial encaminhar um telex ou ofício ao órgãos competentes, tendo em vista que até a data não foi indicado o Vice-Reitor o Professor Dante Romanó Junior, eleito pela comunidade universitária. Solicitação aprovada” (CS, 14/86).

setorial esteve na raiz dos embates ideológico-acadêmicos. Tanto a responsabilização administrativa das unidades departamentais quanto até mesmo as querelas subjetivas ou objetivas dentro dos departamentos são componente indireto, mas também fulcral, nesta ruptura. A transformação da estrutura de rede setorial é engendrada pelos laços de dependência produzidos dentro de uma nova divisão burocrático-administrativa. A partir daí, o desencaixe experimentado pelos excatedráticos é operado tanto em sua oposição ideológica quanto em sua disposição acadêmica.

Levando esta tese a um limite extremo, é como se as desavenças departamentais fossem um dos fatores centrais do processo de redemocratização deste espaço universitário. Neste sentido o macro e o microssociológico se entrecruzam na trama de relações acadêmicas: não há 'abertura política' sem este processo capilarizado de trocas, ao mesmo tempo em que, sem determinantes estruturais, dificilmente haveria substituição funcional de grupos na rede setorial. O fundamental não é isolar uma variável (hiper)determinante, seja ela macro ou microssociológica. Trata-se de observar como um processo não-planejado pelos próprios grupos em jogo foi constituindo-se como um campo de possibilidades, lógico e sociológico, por sobre o qual se opuseram duas visões de mundo acadêmico.

Vale destacar, no entanto, que esta transformação acadêmica característica da gênese setorial é operada também em outros níveis: a prática pedagógica, a relação entre gêneros tanto no corpo discente como no corpo docente, as reformas curriculares dos cursos de graduação, dentre tantos outros fatores, são dimensões nas quais se desenrolam tal transformação configuracional.

Seguramente, a instalação de uma racionalidade que se distingue por sua orientação democrático-profissional, por toda a universidade, não é um estado de coisas. Embora os embates aqui enfatizados tenham constituído o núcleo das relações de força na Universidade, os espaços de socialização acadêmica, desde a sala de aula às confeitarias e cantinas, não se tornaram, em 1987, 'democráticos'. A partir de 1980, após o acirramento das tomadas de posição – especialmente aquelas propriamente ideológicas – esta outra racionalidade político-acadêmica passou a ocupar o núcleo de uma estrutura de rede complexificada com 10 departamentos de ensino girando em torno de outros bens acadêmicos possíveis. Ou seja, a

estruturação setorial abre outro campo de possibilidades para a constituição de outras batalhas universitárias.

7. REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. et alii. **A Profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. A Codificação. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.96-107.

_____. **Homo Academicus**. Paris: Editions Minuit, 1984.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Os usos sociais da ciência – Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

CARDOSO, M.L. **Departamento Universitário: estrutura e funções**. São Paulo: Loyola, 1984.

CARVALHO, G. I. **Ensino Superior: Legislação e Jurisprudência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

ELIAS, N. Considerações sobre o método. In: ELIAS & SCOTSON. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. **Envolvimento e Distanciamento**. Estudos sobre sociologia do conhecimento. Lisboa: Domquixote, 1997.

ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**. Rio: Jorge Zahar, 2001.

_____. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio: Jorge Zahar, 1994.

_____. Tarde demais ou cedo demais: Notas sobre a classificação da teoria do processo e da figuração. In: **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio, Jorge Zahar, 2002.

_____. Introdução à Edição de 1968. In: **O Processo Civilizador**. Uma história dos costumes (vol.1). Rio: Jorge Zahar, 1990.

_____. **O Processo Civilizador**. Uma história dos costumes (vol.1). Rio: Jorge Zahar, 1990.

FÁVERO, L. **A Universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

FURTADO, M. R. José Loureiro Fernandes e 'possibilidades de pesquisa e de exercício de atividades técnico-profissionais'. In: **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**. Curitiba, n.13, 1999.

_____. O Poder da Igreja nos bastidores do intervencionismo. In: FURTADO. **A Prática Museológica em Curitiba**. mimeo

_____. O cotidiano acadêmico e científico (anos 40). In: FURTADO. **A Prática Museológica em Curitiba**. mimeo

GRACIANI, M. S. **O Ensino superior no Brasil: A Estrutura de Poder na Universidade em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990, p.535-49.

MARANHÃO, F. **Do Museu para a Academia: a trajetória intelectual de Loureiro Fernandes e a institucionalização da antropologia no Paraná**. no prelo.

MASSI, F. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI. **História da Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989, v.1.

MICELI, S. O Cenário Institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: **História da Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1995, p.7-24, v.2.

_____. Biografia e Coopatação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p.347-56.

_____. **O que ler nas ciências social brasileira(1970-1995)**. São Paulo: Sumaré: ANPOCS, 2002, v.2.

MICELI, S. Norbert Elias e a questão da determinação. In: WAIZBORT, L. (org) **Dossiê Nobert Elias**. São Paulo: EdUSP, 1999.

MOELLER & MARANHÃO. **Histórico do Curso de Geografia – 50 anos (1938-1988)** Curitiba: UFPR, 2002.

OLIVEIRA, M. **A construção e a consolidação do campo científico da Sociologia no ensino superior paranaense (1938-2004)**. Projeto de Pesquisa. Curitiba: UFPR, 2004.

OLIVEIRA, R. **O Silêncio dos Vencedores: Genalogia, Classe Dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PONTES, H. Elias, renovador da ciência social. In: WAIZBORT, L. (org) **Dossiê Nobert Elias**. São Paulo: EdUSP, 1999.

SAVIANI, D. **Política e Educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino. São Paulo: Autores Associados, 1987

SCHWARCZ, L. O Nascimento dos Museus Brasileiros (1870-1910). In: MICELI (org.) **História da Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1989, p.20-70, v.1.

SCHWARTZMAN, S. **Um Espaço para a Ciência**. Formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. 2001.

VIANNA, L.W. et alli. Cientistas sociais e vida pública. **DADOS Revista de Ciências Sociais**. Rio: IUPERJ, 1994.

WACHOWICZ, R. **A Universidade do Mate**. História da UFPR. Curitiba, APUFPR, 1983.

WEBER, M. Burocracia. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio: Zahar, 1979, p.229-82.

_____. Introdução à **Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1994.

_____. A Psicologia Social das Religiões Mundiais. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio: Zahar, 1979, p.309-346.

_____. Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva. In: **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Sobre a universidade**: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica. São Paulo: Cortez, 1989.

8. FONTES DOCUMENTAIS

ARNS, Frei Crisóstomo. **Educação: Passos de uma Jornada**. Curitiba, 2002.

CS. Atas de reunião do Conselho Setorial do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do paraná. 1974-1978.

CS. Atas de reunião do Conselho Setorial do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do paraná. 1980-1986.

EVANGELISTA (org.) **Memória da organiza o dos professores da APUFPR**. Curitiba: APUFPR, 1991, (p.33-8; p.44-56).

ICH. Instituto de Ciências Humanas. Atas da Congrega o. 1971.

ILA. Registro das reuniões da Comissão do 'Plano de Implanta o do Instituto de Letras e Artes' da UFPR. 1970.

SCLHA. Ata de Sessão de instala o do Conselho Setorial do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. 1973.

SCHLA. Relatório da Dire o. O Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. 1976/80.

UFPR. Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná. 1974?.

WESTPHALEN, C.M. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos**. Curitiba: SBPH-PR, 1988.

_____. **Universidade Federal do Paraná – 75 anos**. Curitiba: SBPH-PR, 1987.

FONTES SELECIONADAS ENTRE 1975 E 1978.

	Período de transição	Reuniões extraordinárias	Processos/ recurso	Outros
	X			
Ata nº02/74			X	
Ata nº03/74				X
Ata nº04/74				X
Ata nº05/74				X
Ata nº06/74			X	
Ata nº07/74		X		
Ata nº08/75				X
Ata nº09/75	X		X	
Ata nº10/75			X	
Ata nº11/75				X
Ata nº12/75				X
Ata nº13/75	X			
Ata nº14/75				X
Ata nº15/75				X
Ata nº16/75				X
Ata nº17/75				X
Ata nº18/75			X	
Ata nº19/75				X
Ata nº20/75				X
Ata nº21/75		X		
Ata nº22/75				X
Ata nº23/75				X
Ata nº24/75				X
Ata nº25/75				X
Ata nº26/75			X	
Ata nº27/75			X	
Ata nº28/75				X

Ata nº29/75			X	
Ata nº30/75	X			
Ata nº31/75				X
Ata nº32/76				X
Ata nº33/76				X
Ata nº34/76				X
Ata nº35/76				X
Ata nº36/76				X
Ata nº37/76				X
Ata nº38/76	X			
Ata nº39/76*	X			
Ata nº40/76	X			
Ata nº41/76				X
Ata nº42/76	X			
Ata nº43/76				X
Ata nº44/76				X
Ata nº45/76				X
Ata nº46/76				X
Ata nº47/76				X
Ata nº48/76*				
Ata nº49/76				
Ata nº50/76				
Ata nº51/76				
Ata nº52/76				
Ata nº53/76				
Ata nº54/76				
Ata nº55/77				
Ata nº56/77		X		
Ata nº57/77				
Ata nº58/77				X
Ata nº59/77				X

* Ata não encontrada.

Ata nº60/77				X
Ata nº61/77				X
Ata nº62/77				X
Ata nº63/77				X
Ata nº64/77		X	X	
Ata nº65/77				
Ata nº66/77		X		
Ata nº67/77				
Ata nº68/77				
Ata nº69/77			X	
Ata nº70/77				
Ata nº71/77		X		
Ata nº72/77		X		
Ata nº 73/78			X	
Ata nº 74/78		X		
Ata nº 75/78			X	
Ata nº 76/78		X		
Ata nº 77/78				X
Ata nº 78/78				X
Ata nº 79/78		X		
Ata nº 80/78		X		
Ata nº 81/78				X
Ata nº 82/78				X
Ata nº 83/78				X
Ata nº 84/78				X
Ata nº 85/78			X	
Ata nº 86/78				X
Ata nº 87/78				X
Ata nº 88/78			X	

FONTES SELECIONADAS ENTRE 1980 E 1986.

Nº ata / ano	Período de transição	Reuniões extraordinárias	Processo/ recurso	Outros
Ata nº03/80			X	
Ata nº04/80	X	X		
Ata nº05/80*	X	X		
Ata nº06/80	X			
Ata nº07/80				X
Ata nº08/80				X
Ata nº09/80				X
Ata nº10/80				X
Ata nº11/80			X	
Ata nº12/80		X		
Ata nº13/80				X
Ata nº14/80			X	
Ata nº15/80				X
Ata nº16/80				X
Ata nº17/80				X
Ata nº18/80				X
Ata nº19/80		X		
Ata nº20/80				X
Ata nº21/80				X
Ata nº22/80			X	
Ata nº23/80			X	
Ata nº01/81				X
Ata nº02/81				X
Ata nº03/81				X
Ata nº04/81				X
Ata nº05/81				X
Ata nº06/81				X
Ata nº07/81				X

Ata de transmissão do cargo da Direção do Setor.

X				Ata nº08/81
X				Ata nº09/81
			X	Ata nº10/81
			X	Ata nº11/81
X				Ata nº12/81
X				Ata nº13/81
X				Ata nº14/81
				Ata nº15/81
	X			Ata nº16/81
X				Ata nº17/81
X				Ata nº01/82
X				Ata nº02/82
			X	Ata nº03/82
X				Ata nº04/82
X				Ata nº05/82
X				Ata nº06/82
X				Ata nº07/82
X				Ata nº08/82
X				Ata nº09/82
X				Ata nº10/82
				Ata nº11/82
	X			Ata nº12/82
	X			Ata nº13/82
			X	Ata nº14/82
			X	Ata nº01/83
	X			Ata nº02/83
				Ata nº03/83
X				Ata nº04/83
X				Ata nº05/83
X				Ata nº06/83
X				Ata nº07/83
X				Ata nº08/83

Ata nº09/83		X		
Ata nº10/83		X		
Ata nº11/83				X
Ata nº12/83			X	
Ata nº13/83				X
Ata nº14/83				X
Ata nº15/83		X		
Ata nº16/83		X		
Ata nº01/84				X
Ata nº02/84				X
Ata nº03/84				X
Ata nº04/84				X
Ata nº05/84				X
Ata nº06/84				X
Ata nº07/84(a,b)			X	
Ata nº08/84				X
Ata nº09/84				X
Ata nº10/84				X
Ata nº11/84				X
Ata nº12/84				X
Ata nº13/84				X
Ata nº14/84				X
Ata nº15/84				X
Ata nº16/84				X
Ata nº17/84		X		
Ata nº18/84		X		
Ata nº19/84				X
Ata nº20/84				X
Ata nº21/84			X	
Ata nº01/85			X	
Ata nº02/85				X
Ata nº03/85				X

Ata nº04/85				X
Ata nº05/85				X
Ata nº06/85				X
Ata nº07/85		X		
Ata nº08/85				X
Ata nº09/85			X	
Ata nº10/85				X
Ata nº11/85				X
Ata nº12/85				X
Ata nº13/85				X
Ata nº14/85				X
Ata nº15/85		X		
Ata nº16/85		X		
Ata nº17/85				X
Ata nº18/85				X
Ata nº01/86				X
Ata nº02/86				X
Ata nº03/86			X	
Ata nº04/86			X	
Ata nº05/86			X	
Ata nº06/86				X
Ata nº07/86		X		
Ata nº08/86		X		
Ata nº09/86				X
Ata nº10/86				X
Ata nº11/86				X
Ata nº12/86				X
Ata nº13/86				X
Ata nº14/86				X
Ata nº15/86	X			
Ata nº16/86	X			

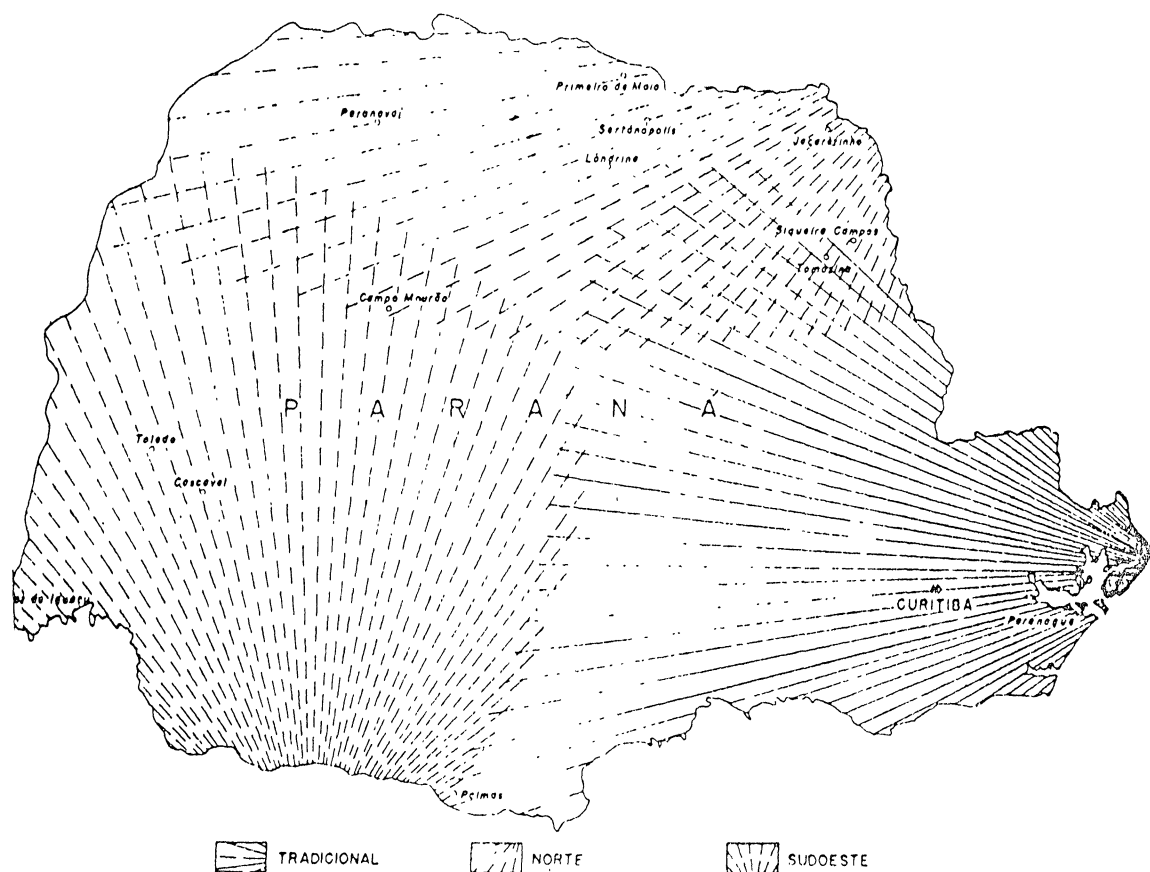
Conclusão do 'Relatório da Direção' (SCHLA, 1890).

“Não foi tarefa das mais fáceis dirigir o Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, sobretudo pela implantação de novos Cursos, a insuficiência de recursos, e do número de funcionários, bem como de professores em algumas áreas. Sobretudo, porém, pela transição política verificada no País quando alguns entenderam que revogados os atos de exceção estava também revogada toda ordenação jurídica, desde o Código Civil ao Código Penal.

Entretanto, houve o apoio e a colaboração da maioria dos bons. Assim, muitos agradecimentos deveriam ser aqui consignados. O receio de omissão, por lapsus memoriae ou por lapsus calami, justamente do mais merecedor, leva ao agradecimento coletivo, desde os Magníficos Reitores, os Conselhos Superiores, os Órgãos da Reitoria, ao Conselho Setorial, às Coordenações de Curso, a todos os serviços do Setor, aos professores aos estudantes e aos funcionários.

Os que de longa data privam com a Diretora que entrega o cargo, por término do seu mandato, sabem que ela pode repetir: ‘tive muitas esperanças, mas poucas se realizaram’.

Contudo, sabem também que, confiante nos destinos da Universidade Federal do Paraná, aguarda com tranqüilidade que elas sejam efetivadas pelos que lhe sucederem”.



"Comunidades paranaenses"

Fonte: BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN (1969) *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar.

Art. 2º - As ementas são as constantes do Catálogo Geral da Universidade Federal do Paraná, ano de 1977.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, ficando revogada a Resolução nº 38/75 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17/5/80

Ocyron Cunha - Presidente

■ RESOLUÇÃO Nº 17/80

Ementa: Distribui as vagas havidas nas categorias de magistério pelos departamentos didáticos da UFPr., O Conselho de Ensino e Pesquisa, usando de suas atribuições e considerando:

- 1) o que consta do Ofício Circular SESU/DP - nº 023/80 Ministério da Educação e Cultura (Proc. nº 21335/80);
- 2) a situação atual da força de trabalho docente dos departamentos didáticos em relação à respectiva carga de trabalho nas tarefas de ensino, pesquisa e extensão;
- 3) a titulação acadêmica dos docentes lotados nos departamentos, que os habilita à inscrição ao concurso de categorias superiores;
- 4) e os altos interesses da Universidade,

RESOLVE:

Artigo 1º - As vagas de pessoal docente a serem providas por concurso público de títulos e provas, autorizadas no exercício de 1980, são as seguintes:

- I—de professor titular, 29;
- II—de professor assistente, 140;
- III—de auxiliar de ensino, 178.

Artigo 2º - A distribuição das vagas pelos departamentos didáticos é a que consta do quadro anexo à presente Resolução.

Parágrafo único: Os conselhos setoriais distribuirão as vagas de auxiliar de ensino atribuídas aos respectivos setores por todos os

departamentos didáticos.

Artigo 3º - No prazo de 20 (vinte) dias, contados da vigência desta Resolução, os departamentos encaminharão ao Departamento de pessoal cópia dos programas elaborados para cada categoria docente e por área específica de conhecimentos, se for o caso.
Parágrafo único: O ofício será acompanhado de cópia da ata da reunião que decidiu a redistribuição e do número de vagas definido para cada categoria docente, em cada uma das áreas.

Artigo 4º - Quando o número de candidatos inscritos ou habilitados no concurso for inferior ao de vagas distribuídas para o departamento, as vagas restantes serão redistribuídas por outros departamentos do Setor, ou outras áreas do mesmo departamento, respectivamente, a critério do Conselho Setorial.

Parágrafo único. O Departamento de Pessoal fará publicar novo edital de abertura de inscrições aos concursos para preenchimento das vagas redistribuídas de acordo com o disposto neste artigo.

Artigo 5º - A Reitoria, por intermédio do Departamento do Pessoal, publicará edital único de abertura das inscrições para os concursos públicos de títulos e provas em todas as categorias docentes.

Artigo 6º - Esta Resolução entrará em vigor nesta data.

Sala das Sessões, em 17/06/80

Ocyron Cunha - Presidente

DECRETO Nº 85.487, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1980

Dispõe sobre a carreira do magistério nas instituições federais autárquicas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 9º do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980,

DECRETA:

TÍTULO I

Das Atividades de Magistério

Art. 1º Nas Universidades e nos estabelecimentos isolados mantidos pela União, entendem-se por atividades de magistério superior:

I - as pertinentes à pesquisa e ao ensino de graduação ou de nível mais elevado, que visem à produção, ampliação e transmissão do saber;

II - as que estendem à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa;

III - as inerentes à direção ou assessoramento exercidas por professores na própria instituição, ou em órgãos do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. São privativas dos integrantes da carreira de magistério superior as funções de administração acadêmica, exceto aquelas compreendidas nas áreas de planejamento ou equivalente, de pessoal, de finanças ou de serviços gerais.

TÍTULO II

Do Pessoal Docente

Capítulo I

Do Corpo Docente

Art. 2º O corpo docente de cada instituição de ensino superior será constituído pelos integrantes de carreira de magistério e pelos professores visitantes.

Parágrafo único. A distribuição do docente será feita pelo dirigente da instituição, ouvido o colegiado superior de ensino e pesquisa.

Art. 3º A lotação de professores da instituição constitui-se dos cargos e empregos da carreira de magistério superior necessários ao pleno atendimento de suas atividades de magistério.

§ 1º A lotação, proposta pela instituição, será aprovada pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, ouvidos previamente a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 2º A distribuição quantitativa dos cargos e empregos da lotação, pelas diferentes classes previstas neste Decreto, ajusta-se-á automaticamente à qualificação do seu corpo docente.

Art. 4º São atribuições do corpo docente as atividades de ensino superior, pesquisa e extensão constantes dos planos de trabalho da instituição, bem como as de administração universitária ou escolar.

Parágrafo único. Atendendo às respectivas peculiaridades, o Estatuto ou Regimento da instituição especificará as atribuições do corpo docente, de acordo com a hierarquia das funções exercidas.

Capítulo II

Da Carreira de Magistério Superior

Art. 5º Nas autarquias federais, a carreira do magistério superior será integrada pelas seguintes classes:

I - Professor Titular;

II - Professor Adjunto;

III - Professor Assistente;

IV - Professor Auxiliar.

Parágrafo único. Cada classe compreenderá 4 (quatro) referências, numeradas de 1 a 4.

Capítulo III

Dos Docentes não Integrantes da Carreira

Art. 6º Poderá haver contratação de Professor Visitante, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, na forma da legislação trabalhista, vedada a renovação do contrato.

§ 1º O Professor Visitante será pessoa de reconhecido renome, admitido após manifestação favorável do colegiado superior competente da instituição, para atender a programa especial de ensino ou pesquisa.

§ 2º A retribuição do Professor Visitante será fixada pela instituição, à vista da qualificação e experiência do contratado.

§ 3º As despesas com a retribuição do Professor Visitante correrão à conta de recursos próprios da instituição contratante.

Capítulo IV

Do Provimento dos Empregos

Art. 7º O provimento nos empregos de magistério superior será feito exclusivamente no regime da Consolidação das Leis do Trabalho, assegurada aos atuais professores em regime estatutário a manutenção desse regime, em qualquer classe a que obtenham progressão, na forma deste Decreto.

Parágrafo único. Os atos de provimento, de exoneração ou dispensa dos cargos e empregos da carreira de magistério superior, bem como os de admissão e dispensa de professores visitantes, serão da competência do dirigente da instituição.

Art. 8º O provimento no emprego de Professor Auxiliar far-se-á na referência 1 da classe, mediante concurso público de provas e títulos.

Parágrafo único. Para a inscrição no concurso a que se refere este artigo, será exigido diploma de graduação em curso de nível superior.

Art. 9º Haverá progressão horizontal de Professor Auxiliar para a referência consecutiva de sua classe:

I - automática, após interstício de 2 (dois) anos na referência em que se encontrar;

II - independentemente de interstício e por uma única vez, quando aprovado em curso de especialização ou de aperfeiçoamento.

Art. 10. Haverá progressão vertical do Professor Auxiliar:

I - da referência 4 desta classe para a referência 1 da classe de Professor Assistente, após o interstício de 2 (dois) anos, mediante avaliação de desempenho global do docente, segundo critérios estabelecidos pela instituição;

II - independentemente de interstício, da classe de Professor Auxiliar para a classe de Professor Assistente, após a obtenção do grau de Mestre.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, o Professor Auxiliar que ocupar a referência 1 ou 2 de sua classe progredirá para a referência 1 da classe de Professor Assistente; nos demais casos, para a referência imediatamente anterior à ocupada na classe de Professor Auxiliar.

Art. 11. O Professor Auxiliar ao obter o grau de Doutor ou o título de Docente-Livre, qualquer que seja a sua referência na classe, progredirá unicamente à referência 1 da classe de Professor Adjunto.

Art. 12. O provimento no emprego de Professor Assistente far-se-á:

I - na forma do artigo 10;

II - mediante seleção por títulos ou habilitação em concurso público, conforme disposto no Estatuto ou Regimento da instituição.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo exigir-se-á, no mínimo, o grau de Mestre.

Art. 13. Haverá progressão horizontal do Professor Assistente:

I - automática, para a referência consecutiva de sua classe, após interstício de 2 (dois) anos na referência em que se encontrar;

II - independentemente de interstício, da referência 1 para a 3 e das referências 2 ou 3 para 4, após a obtenção do grau de Mestre.

Art. 14. Haverá progressão vertical do Professor Assistente:

I - da referência 4 desta classe para a referência 1 da classe de Professor Adjunto, após interstício de 2 (dois) anos, mediante a avaliação de desempenho global do docente, segundo critérios estabelecidos pela instituição;

II - independentemente de interstício, da classe de Professor Assistente para a classe de Professor Adjunto, após a obtenção do grau de Doutor ou o título de Docente-Livre.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, o Professor Assistente que ocupar a referência 1 ou 2 de sua classe progredirá para a referência 1 da classe de Professor Adjunto; nos demais casos, para a referência imediatamente anterior à ocupada na classe de Professor Assistente.

Art. 15. O provimento no emprego de Professor Adjunto far-se-á:

I - na forma dos artigos 11 e 14;

II - mediante seleção por títulos ou habilitação em concurso público, disposto no Estatuto ou Regimento da instituição.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II exigir-se-á o grau de Doutor ou o título de Docente-Livre.

Art. 16. Haverá progressão horizontal do Professor Adjunto:

I - automática, para a referência consecutiva de sua classe, após interstício de 2 (dois) anos na referência em que se encontrar;

II - independentemente do interstício, da referência 1 para a 3 e das referências 2 ou 3 para a 4, após a obtenção do grau de Doutor ou do título de Docente-Livre.

Art. 17. O ingresso na classe de Professor Titular far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, no qual poderá inscrever-se o Professor Adjunto, bem como pessoa de notório saber.

§ 1º O Professor Adjunto aprovado no concurso previsto neste artigo proverá o cargo ou emprego de Professor Titular, na referência igual à que ocupava na classe de Professor Adjunto; nos demais casos, o provimento far-se-á na referência 1.

§ 2º O notório saber será reconhecido na forma do que dispuser o Estatuto ou Regimento da instituição.

§ 3º O concurso público de provas e títulos para Professor Titular obedecerá o disposto do Estatuto ou Regimento da instituição.

Art. 18. Haverá progressão horizontal automática do Professor Titular, para a referência consecutiva de sua classe, após o interstício de 2 (dois) anos na referência em que se encontrar.

Art. 19. A progressão vertical, em qualquer caso ou classe docente, dependerá de parecer favorável da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), a que se refere o artigo 30.

Capítulo V

Do Regime de Trabalho

Art. 20. O professor integrante da carreira de magistério ficará submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - de tempo parcial, com obrigação de prestar 20 (vinte) horas semanais de trabalho;

II - de tempo integral, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;

III - de dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho e proibição de exercer outra atividade remunerada, pública ou privada.

§ 1º A jornada correspondente a cada regime de trabalho destinar-se-á ao desempenho de atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração universitária ou escolar, conforme o plano de trabalho aprovado pelo departamento em que o professor tenha exercício, pela administração superior da instituição ou outro órgão responsável por atividade de ensino, pesquisa ou extensão.

§ 2º Sem prejuízo dos encargos de magistério, será permitido ao docente em dedicação exclusiva:

- a) a participação em órgão de deliberação coletiva de classe ou relacionado com as funções de magistério;
- b) o desempenho eventual de atividades de natureza científica, técnica ou artística, destinada à difusão ou aplicação de idéias e conhecimentos;
- c) participar em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino ou a pesquisa.

Art. 21. Serão estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura, em articulação com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Departamento Administrativo do Serviço Público:

- I - os critérios para a atribuição e a alteração dos regimes de trabalho dos docentes;
- II - os critérios para a fixação da carga didática semanal média por docente;
- III - o processo de acompanhamento e avaliação das atividades dos docentes;
- IV - o sistema de acompanhamento das progressões horizontal e vertical.

Capítulo VI

Da Remuneração

Art. 22. Os integrantes da carreira do magistério superior serão remunerados segundo o regime de trabalho.

Art. 23. Ao professor investido em função de direção ou coordenação será atribuída gratificação, conforme dispuser a lei.

Parágrafo único. As funções de que trata este artigo serão exercidas obrigatoriamente em regime de tempo integral e, facultativamente, em dedicação exclusiva.

Capítulo VII

Do Afastamento

Art. 24. Além dos casos previsto em lei, o ocupante do cargo ou emprego da carreira de magistério superior poderá afastar-se de suas funções nos seguintes casos:

- I - para aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras;
- II - para prestar colaboração temporária a outra instituição federal de ensino superior ou de pesquisa;
- III - para comparecer a congresso ou reunião relacionado com sua atividade de magistério.

§ 1º Os afastamentos previstos nos incisos I e II não poderão exceder a 4 (quatro) e a 2 (dois) anos, respectivamente, incluídas eventuais prorrogações; serão autorizados pelo dirigente do estabelecimento, após o pronunciamento favorável do colegiado do departamento ou outro órgão de ensino e pesquisa onde o docente tenha exercício, e aprovados pelo Ministério da Educação e Cultura.

§ 2º No caso do inciso III, o afastamento dependerá da autorização do dirigente da instituição, quando ocorrer em país estrangeiro. Tratando-se de evento no País, a autorização dependerá do dirigente da unidade ou do órgão de ensino e pesquisa onde o docente tenha exercício, ouvido sempre o colegiado do departamento ou equivalente.

§ 3º No caso dos incisos I e II, o professor somente poderá obter autorização para novo afastamento depois de exercer atividade de magistério, em sua instituição de origem, por período pelo menos igual ao do afastamento anterior.

§ 4º Em qualquer caso, a concessão de afastamento implicará o compromisso do docente de, no seu retorno, permanecer na instituição por tempo igual ou superior ao do afastamento, incluídas as prorrogações.

§ 5º O Colegiado Superior de Ensino e Pesquisa especificará as condições e normas a que devem obedecer os afastamentos previstos neste artigo.

TÍTULO III

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 25. O docente que, na data da entrada em vigor deste Decreto, ocupar o cargo ou emprego de Professor Titular, de Professor Adjunto ou de Professor Assistente será enquadrado nas diferentes classes da carreira, em função do tempo de efetivo exercício de magistério na classe em que se encontre e da respectiva titulação acadêmica.

Parágrafo único. Para fins do enquadramento previsto no "caput" deste artigo, o professor integrante da carreira estabelecida na Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974, alterada pelo decreto-lei 1.820/80, será enquadrado preliminarmente na classe de igual denominação, na forma abaixo:

- a) na referência 1, quando o tempo de exercício for de até 2 (dois) anos;
- b) na referência 2, quando o tempo de exercício for superior a 2 (dois) anos e de até 4 (quatro) anos;
- c) na referência 3, quando o tempo de exercício for superior a 4 (quatro) anos e de até 6 (seis) anos;
- d) na referência 4, quando o tempo de exercício for superior a 6 (seis) anos.

Art. 26. Computado o tempo de exercício na classe e identificada a referência atingida, o enquadramento definitivo será feito de acordo com os seguintes critérios:

I - O Professor Adjunto, portador do grau de Doutor ou do título de Docente-Livre será enquadrado conforme o disposto no inciso II do artigo 16;

II - O Professor Assistente portador do grau de Mestre será enquadrado conforme o disposto no inciso II do artigo 13.

Parágrafo único. O docente que não for portador de título de Docente-Livre, de grau de Doutor ou de Mestre ou de Certificado de Especialização, será enquadrado em função apenas do tempo de exercício na classe, observado o disposto no parágrafo único do artigo 25.

Art. 27. O enquadramento previsto nos artigos 25 e 26 será feito pela instituição no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação deste Decreto e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 1981, considerando-se provisório até a sua aprovação na forma do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. O enquadramento definitivo será feito pelo Ministério da Educação e Cultura, em conjunto com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 28. O professor que, na data da entrada em vigor deste Decreto, ocupar cargo ou emprego de magistério incluído em Quadro ou Tabela Suplementar, poderá optar pelo seu enquadramento na carreira, na forma dos artigos 25 e 26.

Art. 29. O professor que, na data da entrada em vigor deste Decreto, esteja investido em função de direção ou coordenação poderá, após seu enquadramento, optar pela respectiva remuneração ou pela de seu atual cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 30. Haverá em cada instituição de ensino superior federal autárquica, uma Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), incumbida de executar a política de pessoal docente da entidade, de acordo com as normas estabelecidas pelo Colegiado Superior de Ensino e Pesquisa da instituição.

Parágrafo único. Serão estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura as atribuições, o funcionamento e a composição da Comissão prevista neste artigo, de forma a não haver predominância de representantes de nenhuma classe de magistério ou área de conhecimento.

Art. 31. Para os efeitos deste Decreto, serão aceitos:

I - Os graus e títulos acadêmicos nacionais ou estrangeiros reconhecidos como válidos pelo Colegiado Superior de Ensino e Pesquisa da instituição, comprovado terem sido obtidos em condições equivalentes às que são exigidas em cursos credenciados de pós-graduação;

II - exclusivamente os graus, títulos e certificados obtidos em áreas de

conhecimentos correspondentes ou afins àquelas em que seja ou venha a ser exercida a atividade de magistério;

III - apenas os certificados de cursos de especialização ou aperfeiçoamento com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas e avaliação final de aproveitamento.

Art. 32. A contagem de interstício nas referências de cada classe iniciar-se-á em 1º de janeiro de 1981.

Art. 33. A dispensa ou a exoneração do professor, exceto se voluntária, dependerá da aprovação do colegiado do departamento a que esteja vinculado, ouvida a Comissão Permanente de Pessoal Docente, assegurados os direitos de defesa e de recurso.

Art. 34. As gratificações previstas no Anexo V do Decreto-lei 1.820/80, para os cargos de Vice-Reitor e Vice-Diretor, somente serão percebidas quando seu titular exercer atribuições administrativas de caráter permanente, estabelecidas em Estatuto o Regimento.

Art. 35. Os descontos para a Previdência Social, referentes aos ocupantes de cargos ou empregos de magistério abrangidos por este Decreto, incidirão também sobre as gratificações percebidos pelo docente.

Art. 36. Ficam absorvidos, pelos valores de vencimentos, salários e gratificações de que trata este Decreto, todos os incentivos funcionais e demais vantagens referentes aos cargos que integram o Grupo Magistério Superior, e determinada a cessação do seu pagamento, ressalvados apenas o salário-família, a gratificação adicional por tempo de serviço e as gratificações e indenizações especificadas no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, aplicáveis aos membros do magistério superior.

Art. 37. Ressalvado o disposto no artigo 36, nenhum docente poderá receber, a qualquer título, remuneração mensal superior ao vencimento ou salário da respectiva classe e referência em regime de dedicação exclusiva.

Art. 38. Este Decreto aplicar-se-á aos Centros Federais de Educação Tecnológica, no que couber, consideradas as peculiaridades da carreira de magistério desses Centros, a serem objeto de regulamentação específica.

Art. 39. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, ressalvadas as de que trata o § 3º do artigo 6º, correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 40. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da entrada em vigor deste Decreto, serão adaptados às suas disposições os Estatutos e Regimentos das instituições de ensino superior por ele abrangidos, os quais entrarão em vigor quando aprovados pelo colegiado superior da instituição e homologados pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 41. Até a aprovação do enquadramento definitivo a que se refere o parágrafo único do artigo 27, fica vedada qualquer alteração no regime de trabalho do pessoal docente que implique majoração de vencimento ou salários.

Art. 42. As atuais requisições de professores pelo Ministério da Educação e Cultura, para o exercício de cargos de direção ou assessoramento superiores, serão respeitadas como atividade de magistério superior, vedada a ampliação do atual número de requisitados e permitidas as substituições necessárias.

Art. 43. Os atuais Professores Colaboradores e Auxiliares de Ensino admitidos até 31 de dezembro de 1979 serão aproveitados na referência inicial da classe de Professor Assistente, desde que possuam diploma de graduação em curso superior e sejam aprovados em processo seletivo a ser organizado e aplicado pelas instituições de ensino superior dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados da entrada em vigor deste Decreto.

§ 1º - Os Professores Colaboradores e Auxiliares de Ensino admitidos após 31 de dezembro de 1979, serão incluídos, pelo prazo máximo de 2 anos, a contar da entrada em vigor deste Decreto, em tabelas especiais, em extinção, a serem

submetidas à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 2º - No prazo fixado no parágrafo anterior, as instituições de ensino superior realizarão concurso público de provas e de títulos para o provimento dos empregos de Professor Auxiliar, procedendo-se à inscrição *ex officio* dos docentes integrantes das tabelas especiais.

Art. 44. Os efeitos financeiros deste Decreto vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1981.

Art. 45. Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1981, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 11 de dezembro de 1980; 159º da Independência e 92º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Rubem Carlos Ludwig

<<Anexo>>